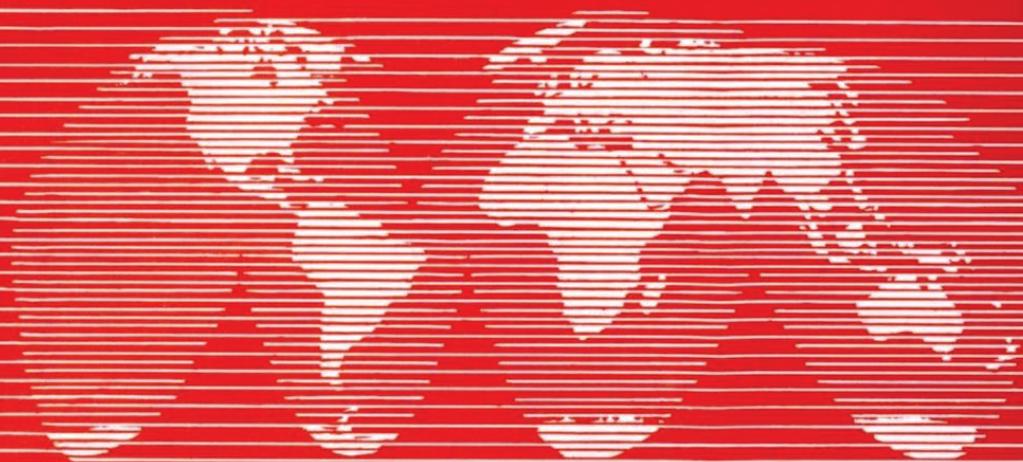


INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
FACULDADE DE LETRAS — UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Cadernos de Geografia

EMIGRAÇÃO E RETORNO: DINAMISMOS LOCAIS DA INTEGRAÇÃO

CONSEQUÊNCIAS DO REGRESSO DE EMIGRANTES NOS CONCELHOS DE SÁTÃO,
TONDELA E VISEU *

NORBERTO PINTO DOS SANTOS **

RESUMO

O retorno de portugueses das Ex-colónias, decorrentes do processo de descolonização, e o regresso de emigrantes, fundamentalmente da Europa, após a recessão económica mundial de 1973-1974, foram fenómenos que marcaram a sociedade portuguesa das décadas de setenta e oitenta. Embora as consequências imediatas se tenham registado a nível demográfico, as alterações sociais, culturais e económicas foram também expressivas. O seu impacto é sentido em todo o território português, se bem que, seja fundamentalmente no interior, onde o desenvolvimento está muitas vezes comprometido, que ele melhor se identifica. Daí a preocupação em estudar estes dois fenómenos numa área periférica em relação ao litoral, mais precisamente nos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu, através da identificação da população regressada e da população retornada, pela análise dos seus percursos de vida, das suas características sócio-culturais e através dos investimentos efectuados depois da sua fixação em Portugal, após o encerrar dos ciclos migratórios, entendidos tanto a título individual como colectivo. Pretende-se, desta forma, mostrar o papel importante que estas populações desempenharam na alteração de comportamentos, no consumo, no modo de vida dos habitantes das áreas onde se fixaram, sublinhando, também, a sua influência na melhoria das condições de habitação e no investimento em espaços periféricos e em áreas rurais.

* Versão resumida do trabalho de síntese apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra como Prova de Capacidade Científica.

** Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

RÉSUMÉ

Le retour compulsif des portugais des Ex-colonies, déclenché par le processus de décolonisation, et le retour des émigrants surtout de l'Europe, après la recession économique mondiale de 1973-1974, ont été des phénomènes marquants dans la société portugaise des années comprises entre 1970 et 1990. Bien que les conséquences immédiates aient été signalées au niveau de la démographie, les changements sociaux, culturels et économiques ont été aussi expressifs. Leur effet est éprouvé dans tout le territoire portugais, bien que ce soit surtout à l'intérieur où le développement est souvent compromis, qu'on mieux l'identifie. Ainsi, on s'est occupé à étudier ces deux phénomènes dans une région périphérique, par rapport au littoral, précisément dans les «concelhos» de Sátão, Tondela et Viseu, à travers l'identification de la population retournée, compulsivement ou non, par l'analyse de ses parcours de vie, de ses caractéristiques socio-culturelles et à travers les investissements effectués après sa fixation au Portugal, à la fin des cycles migratoires, conçus soit individuellement, soit collectivement. On prétend, de cette façon, montrer le rôle important que ces populations ont joué dans la modification de conduites, dans la consommation, dans la façon de vivre des habitants aux lieux où ils se sont établis, en soulignant, encore, leur influence dans l'amélioration des conditions d'habitation dans l'investissement en des espaces périphériques et aires rurales.

ABSTRACT

In the seventies and eighties the portuguese society was marked by two important phenomena: the return of portuguese citizens from the Ex-colonies, virtue of the process of decolonization, and the return of emigrants, fundamentally from Europe, after the economic recession of 1973-1974. Although the immediate consequences were of a demographic nature, the social, cultural and economic changes were also very significant. Their impact can be felt through out the portuguese territory, but it is in the inland, where development is often neglected, that they can be more clearly observed. Thus the need to study these two phenomena in an area distanced from the coast, namely the «concelhos» of Sátão, Tondela and Viseu. This is accomplished through the identification of the returned population, the analysis at both the individual and collective level of their histories, of their cultural and social characteristics and of their investments after definitive resettlement in Portugal with the closing of the migratory cycles. In this way, it is our intention to demonstrate the important role these populations played in the altering of behaviour, consumption and the way of life in the areas of settlement, underlining their influence in the improvement in housing and investment in peripheral spaces and rural areas.

Em Portugal, a emigração foi apontada ao longo da década de sessenta e setenta como fenómeno controverso de desenvolvimento. O efeito de «válvula de escape» para a falta de postos de trabalho, diversificada fora da agricultura, principalmente nos espaços rurais, o peso das remessas dos emigrantes e as perspectivas de mobilidade sócio-profissional, determinam a criação de uma ambiência favorável, em torno do fenómeno emigratório. Todavia, os resultados negativos fizeram-se também sentir, devido à responsabilidade que àquele coube no adiar dos problemas de que enfermava a economia portuguesa, debilitada pela falta de infraestruturas, pela existência de grandes assimetrias regionais, ampliadas, estas, por diferentes velocidades no processo de crescimento e desenvolvimento das regiões, e pela incipiência do investimento industrial, só ultrapassado pelo que foi efectuado por grandes multinacionais ou por projectos que rufam economicamente no momento em que eram mais necessários (caso do centro siderúrgico de Sines).

O presente trabalho tem o propósito de contribuir para uma análise dos movimentos da população portuguesa, fazendo-a incidir numa área amostra circunscrita aos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu, do distrito de Viseu (Fig. 1). Referir-se-á sobretudo o «encerrar do ciclo migratório», salientando-se a sua importância na evolução populacional e nas variações sócio-económicas dos últimos quinze anos. Novos comportamentos e um grande dinamismo no investimento, fundamentalmente ao nível da construção civil, do comércio e dos serviços, caracterizam esta população e motivam evoluções responsáveis por um crescimento económico e uma valorização social geral.

Ao longo da década de 1970, marcada pela crise económica mundial e pela política portuguesa de descolonização¹, desencadeou-se o movimento de

¹ A saída para as Ex-colónias nunca foi considerada como um movimento emigratório, mas como um movimento interno, relativamente ao território português. Este facto impôs, sistematicamente, a omissão ou a deficiente contabilização do fenómeno, resultando, deste tipo de procedimento, enormes dificuldades para a sua identificação. Os problemas ampliam-se precisamente com o retorno de milhares de portugueses, após a descolonização, vindo a impossibilitar o conhecimento preciso da população que se manteve nas ex-colónias portuguesas. Por outro lado, a deficiente abordagem e o menor interesse dado aos primeiros contingentes de retomados, em Portugal, originou o mesmo tipo de problemas sobre os quantitativos totais de retornados. Embora as estatísticas oficiais apontem um valor ligeiramente superior a 500.000 indivíduos, encontram-se referências a valores de 700.000 e 800.000 indivíduos.

retorno¹, das Ex-colónias, de elevado número de portugueses, através de processos nem sempre pacíficos, ainda em desenvolvimento, responsáveis por pressões sociais e económicas que afectam milhares de pessoas².

A análise incidirá no carácter económico do fenómeno emigratório, não omitindo a vertente social do mesmo, já que o sucesso de uma permite capitalizar o sucesso da outra, qualquer que seja o aspecto colocado em primeiro plano. Os três concelhos aqui apresentados como área de estudo colocam-se como três situações concretas, díspares entre si, o que permitirá uma maior variedade de abordagens perante diferentes tipos de acções associadas ao universo populacional em estudo — o emigrante regressado e o português retornado.

Serão as relações regresso-integração-investimento-desenvolvimento local e regional a que se dedicará especial atenção neste trabalho. Ao apresentar a temática da emigração e do ainda actual fluxo de regresso e de incremento migratório ou re-emigratório, procura-se questionar se estes fenómenos se revelam como elementos determinantes para as políticas de desenvolvimento local, tomar em linha de conta os investimentos empreendidos pelos regressados das Ex-colónias ou de outros países e salientar a sua importância na estrutura sócio-económica da área de implantação.

A independência das Ex-colónias, a recessão económica das sociedades industrializadas e a crise sócio-económica brasileira determinaram um fenómeno singular no plano demográfico, num país caracterizado pela existência de vastos e seculares movimentos emigratórios» (PIRES, R. Pena *et al* — 1984, p. 15). Tais circunstâncias são, pois, excepcionais numa sociedade pouco habituada a receber no seu seio populações imigrantes. Embora estas sejam originárias, na sua maioria, dessa mesma sociedade, adquiriram comportamentos diversos e foram responsáveis por um avolumar de pressões sociais, que facultaram, também, um crescimento assente num investimento que permitiu uma melhoria sensível do nível de vida das populações e um desenvolvimento resultante da sua capacidade de empreendimento.

A área que serviu de base a este estudo é representativa dos empreendimentos feitos pela população retornada. Assim, este facto e a importância

¹ O retorno corresponde a uma situação de imigração compulsiva, enquanto o termo regresso se destina a definir uma situação de imigração voluntária. Ao longo de todo o texto respeitaremos sempre critério. A compulsão ao regresso fez-se sentir mais junto dos portugueses que residiam nas Ex-colónias ultramarinas. Junto dos portugueses emigrados em países europeus, ela faz-se também sentir, mas sempre em menor escala.

² Esta referência, embora implique questões mais vastas, em termos de movimentos espaciais em África, por parte das populações negras, apresenta-se como a realidade em variados países africanos e especialmente em Angola e Moçambique.



FIG. 1 — Identificação das freguesias dos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu.

deste fenómeno migratório no nosso País foram determinantes na escolha da temática que fundamenta este trabalho.

1. O MOVIMENTO DE REGRESSO E RETORNO DOS MIGRANTES PORTUGUESES. CARACTERIZAÇÃO GERAL

O movimento de regresso resulta de um conjunto de factores a referir e salientando-se os que dizem respeito às alterações verificadas nas áreas do destino da emigração portuguesa — Ex-colónias Africanas, Brasil e Europa.

Se, até à década de cinquenta, o grande fluxo emigratório português se fazia sentir em direcção ao Continente Americano — sendo os principais destinos o Brasil, os Estados Unidos, o Canadá e a Venezuela —, a partir dessa altura há uma alteração do interesse geográfico dos emigrantes. A rota da América cede lugar à Europa Ocidental e Central, fenómeno cujas causas são exploradas em toda a bibliografia sobre emigração portuguesa¹. Esta alteração de direcção do fluxo emigratório vai-se mostrar de primordial importância, de tal forma que, em momentos precisos da evolução destes movimentos internacionais, à emigração legal se sobrepõe uma outra, a clandestina². Mas este tipo de emigração não é recente, nem sequer se encontra unicamente vinculado à emigração europeia. Já durante o final do século XIX, período que coincide com a lei brasileira de abolição da escravatura (a par de uma «maior actividade na aliciação de emigrantes; das facilidades concedidas, a passagem gratuita, os cómodos à chegada, a segurança de salários»; (MARTINS, Oliveira — 1898, p. 217)), existe um importante contingente de emigrantes clandestinos. Mas, «é apenas após 1949 que notamos o aparecimento ou o desenvolvimento de vários fenómenos até então inexistentes, nomeadamente o recrutamento de mão-de-obra clandestina e da emigração temporária, que acompanha o impressionante acréscimo do expatriamento anual» (ALMEIDA, C.; BARRETO, A. — 1976, p. 194).

A alteração de direcção no fluxo emigratório determina um menor espaço físico a percorrer e, ainda, uma muito maior facilidade de ligação entre as áreas de saída e a área de recepção. Daí, o poder-se apontar como fundamental, na variação do número regressados, a área de acolhimento. Factor interveniente

1 Saliente-se as obras de ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) (1984), NAYADE, Anido; FREIRE, Rubens (1978) POINARD, Michel (1971) (1984), ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1973) (1984) (1988), SERRÃO, Joel (1972).

2 Durante os anos de 1969, 1970 e 1971 os valores de emigração clandestina portuguesa ultrapassam os referentes à emigração legal. Tal situação de ilegalidade, impôs enormes condicionalismos à mão-de-obra portuguesa imigrada, que muitas vezes se viu perante situações flagrantes de injustiças que não podia contestar, porque colocada perante a possibilidade de regresso forçado pelas autoridades do país de acolhimento.

nesta variação foi, também, a crise económica mundial, centrada no início da década de 70¹ que provocou um aumento do referido número. Isto veio a acontecer a par do acentuar da divisão internacional do trabalho que tem conduzido à conversão industrial do Velho Mundo, de igual forma responsável pelo regresso de grande número de portugueses. A ambiência económica desenvolvida entretanto, para solucionar a crise, reflecte-se de forma negativa no tecido produtivo. Criam-se pressões sociais que incidem directamente nos países de imigrantes e especialmente sobre estes², através dos habitantes autóctones. Procuram, então, os governos fazer com que os postos de trabalho ocupados por imigrantes sejam libertos, através da concessão de subsídios específicos: forma de resolver um grave problema, desde sempre social, mas que adquiriu, entretanto, implicações económicas nefastas para os países de acolhimento. Os postos de trabalho dos imigrantes seriam a forma mais simples de resolução do grave problema de desemprego das populações dos países de acolhimento³. Tal facto influenciou o regresso de alguns imigrantes ao longo da década de setenta, mas com quantitativos inferiores àqueles que se tinham estimado (CÓNIM, Custódio — 1986, págs. 139 a 182), como aliás podemos comprovar pelas referências de P. GEORGE (1986, p. 279), ao afirmar que o número de portugueses em França, praticamente não se alterou de 1975 (759 000 imigrantes) para 1982 (764 800 imigrantes), tendo mesmo aumentado ligeiramente.

Outro movimento migratório, mas com quantitativos muito mais elevados por se tratar de um fenómeno temporalmente mais localizado, foi a independência das Ex-colónias, após 1975. Compulsivamente, milhares de portugueses foram con-

¹ O Grupo de Roma mostrou a necessidade premente de redução de qualquer tipo de consumo, quer energético, quer de matérias-primas. Esta associação internacional de homens da ciência e da indústria, que deve o seu nome; Clube ou Grupo de Roma, ao facto de ter sido fundado nessa cidade, pretende fazer uma caracterização da situação material da Humanidade (reservas de matérias-primas, levantamento de recursos e reservas energéticas, desenvolvimento da população). As posições assumidas pelo Clube têm, contudo, conduzido a cenários muito negativistas da evolução da sociedade moderna e sua adaptação aos recursos existentes, segundo os parâmetros estipulados nos nossos dias.

² O racismo pungente em muitas sociedades de implantação de imigrantes viu as suas forças redobradas e estimuladas pelas pressões internacionais que nelas se repercutiam, através da restrição do número de postos de trabalho e foi, ainda, ampliado pela alteração, que se começava a fazer sentir, de uma hierarquia de trabalho, cujo topo foi «assaltado» pelo esforço e competência de muitos imigrantes.

³ Esta política não surtiu os efeitos pretendidos, visto grande parte dos trabalhos efectuados pelos emigrantes serem considerados pelos autóctones de «sujos» ou muito «duros» e, muitas vezes, as vagas conseguidas continuaram em aberto.

frontados com um retomo, sobretudo porque o fizeram sem grande parte dos seus bens acumulados ao longo dos anos em que se mantiveram fora de Portugal, ou compensação equivalente, e, também, porque o processo representou o fim abrupto de um conjunto de relações sócio-culturais que tinham raízes profundas e se expandiam por vastas áreas desses território. Aliás, tudo se pode resumir ao facto de existir, com frequência e desde logo, à partida de Portugal, a intenção de se processar uma emigração definitiva, com fixação efectiva no território do destino e, por outro lado, a mesma intenção de fixação definitiva assumida depois de uma integração sócio-económica bem sucedida.

Ocorreram, ainda, regressos que são consequência directa da iniciativa e vontade do emigrante. Aí, o período de emigração médio e a disposição de regresso que preside à partida da maior parte dos emigrantes continua a ter enorme influência. A grande corrente emigratória europeia a fazer-se sentir em finais da década de cinquenta e o início do grande período de regresso começava a verificar-se, com alguma importância, dez a vinte anos passados. Esse intervalo de tempo, de dez a vinte anos, é, em termos médios, o tempo de estadia do emigrante europeu fora de Portugal. Por, à partida, existir a disposição de regresso, constata-se uma coincidência de factores do mesmo sinal, favorável em relação à disposição de regresso, num mesmo período de tempo — a segunda metade da década de setenta.

Naturalmente, a emigração para a América envolve outra predisposição, assumida após a implantação do emigrante no país de destino ou, mesmo, logo à partida de Portugal. A vontade de permanência definitiva originou períodos de estadia mais alargados do que na Europa, por parte da população agora regressada. Mas, as convulsões e a instabilidade social, a inflação e a insegurança da década de oitenta foram a motivação para um regresso tardio, enquanto o fluxo das décadas de cinquenta e sessenta constituem um regresso muitas vezes associado à reforma¹.

A problemática do regresso, visto apenas como tal, incide, na importância dos factores referidos, apontados como primordiais, e no efeito somatório dos mesmos. Todavia, o regresso de portugueses emigrados não se verificou apenas a partir da década de setenta: já antes se registava um regresso embora de valor percentual reduzido e idêntico ao longo dos anos.

Os concelhos de Viseu, Tondela e Sátão são, simultaneamente, concelhos fornecedores de emigrantes, áreas de implantação de emigrantes regressados

¹ Aliás, em termos de investimento actual, este fluxo é muito pouco representativo, visto os indivíduos que o efectuaram se encontrarem presentemente inactivos ou terem falecido.

definitivamente (ressalvando sempre a contingência de tal classificação) e locais escolhidos por muitos dos regressados das antigas colónias portuguesas para a sua reintegração, são, também, por isso mesmo, foco de informações pertinentes e válidas dentro do tema que agora começamos a explorar. Encontramos neste espaço a possibilidade de contrapor situações de desenvolvimento diferenciado (este salientado ao nível do potencial populacional), na construção de infraestruturas (das quais convém sublinhar, para além das consideradas básicas, as vias-de-comunicação, solo urbanizado destinado à indústria, as telecomunicações), na implantação industrial e comercial, na prestação de serviços e na evolução das tendências de consumo e de produção. Tal diferenciação será usada como forma de mostrar as consequências (cujas formas são variadas e por vezes insólitas) que o emigrante regressado provoca sobre a sociedade em que se pretende integrar.

2. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

O espaço definido, tem em consideração as áreas administrativas existentes — freguesias, concelhos e distritos. A comodidade desta divisão resulta da natureza da referência espacial e assenta, fundamentalmente, na facilidade de tratamento estatístico que faculta¹.

O distrito de Viseu insere-se num território mais vasto, geralmente referido como Beiras, este, por sua vez, dividido em Beira Litoral e em Beira Interior, de que Viseu faz parte integrante. Na realidade, as características diferenciadas entre o litoral e o interior justificam esta delimitação fomentada pelo aspecto implosivo do crescimento e desenvolvimento, originando assimetrias que se incrementam, acentuando as disparidades existentes. Todavia, a realidade actual da delimitação espacial portuguesa, integrada recentemente na Europa das Regiões, altera substancialmente o panorama descrito. A organização do território, tendo por base as Comissões de Coordenação Regionais, salienta novos espaços, relegando para segundo plano os limites distritais e valorizando os agrupamentos de concelhos. A nossa área de estudo inscreve-se na parte sul do distrito de Viseu integrada na região Centro do País² e constitui

¹ O Instituto Nacional de Estatística têm apresentado os resultados dos seus trabalhos e levantamentos efectuados partindo da divisão administrativa nacional. Outros trabalhos importantes têm sido elaborados pelas CCR's com base numa divisão administrativa que parte de grandes unidades — «regiões» — e não de distritos.

² A nova organização territorial veio alterar os limites administrativos de ordem superior, provocando subdivisões de distritos. Este foi precisamente o caso de Viseu. Enquanto os concelhos de Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende,

uma área que estabelece uma separação espacialmente contínua entre os concelhos do Dão, a Sul, e os concelhos serranos e do Douro, a Norte¹ (Fig. 2).

Assim, enquanto Tondela faz fronteira a Ocidente com o concelho de Águeda, distrito de Aveiro, o concelho de Sátão, a Nordeste relativamente aos

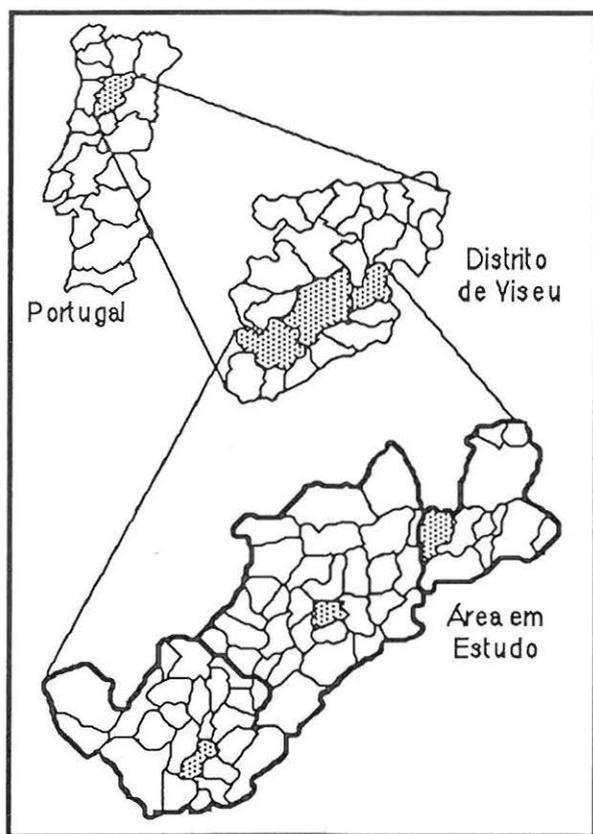


FIG. 2 — Enquadramento administrativo da área de incidência do presente trabalho.

S. João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca se enquadram na Comissão de Coordenação da Região Norte, os restantes concelhos, entre os quais, Sátão, Tondela e Viseu, estão sob a alçada da Comissão de Coordenação da Região Centro.

¹ O concelho de Sátão representa o limite norte da Região Demarcada dos Vinhos do Dão, provocando a altitude a interrupção do cultivo da vinha, enquanto a maior parte do território dos concelhos de Viseu e Tondela se integram nesta Região Demarcada, confinando com a Região Demarcada de Vinhos Verdes a que o noroeste do concelho de Viseu ainda pertence.

outros dois concelhos, faz fronteira a Oriente com o concelho de Aguiar da Beira, distrito da Guarda.

Este conjunto de concelhos é envolvido, ainda, a Sul (e de Oeste para Leste), pelos concelhos de Mortágua, S. Comba Dão, Carregal do Sal, Nelas, Mangualde e Penalva do Castelo, onde encontramos as cooperativas mais prestigiadas do Vinho do Dão, e a Norte, pelos concelhos de Oliveira de Frades, Vouzela, S. Pedro do Sul, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira e Sernancelhe, estes dois últimos integrados na região Norte do País. Os limites dos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu correspondem ao limite do território que definimos para base do nosso trabalho. Se bem que a divisão concelhia adoptada não tenha sofrido alterações durante o nosso o século, a divisão por freguesias sofreu, na década de trinta, um reajustamento que se reflectiu nos dados do Recenseamento de 1940, e no concelho de Viseu, com a divisão da área urbana nas freguesias do Coração de Jesus, de Santa Maria e de S. José, substituindo as anteriores de Viseu Oriental e de Viseu Ocidental.

3. METODOLOGIA

A abordagem realizada inscreve-se dentro das teorias que estudam as influências dos locais de origem e de destino conjuntamente com os impactos nos próprios emigrantes (WOODS, Robert — 1982, p. 131). O estudo centra-se sobre o impacto desses movimentos no ponto de partida, sobre o país de naturalidade, na comparação entre a situação anterior à saída e a posterior ao regresso.

É inegável que a importância da emigração, em termos de equilíbrio ou desequilíbrio demográfico, reserva para si um espaço muito concreto de intervenção. Mas, ao longo dos tempos, o papel da emigração na sociedade portuguesa vem reflectindo, também, o seu mal-estar crónico, os problemas económicos constantes, as confrontações ideológicas e políticas — quer de carácter passivo, quer de carácter activo — as assimetrias regionais, tantas vezes resultado da segregação funcional de regiões, o subdesenvolvimento camuflado pelo desenvolvimento casual ou extemporâneo. Tem sido a emigração a resposta de milhares de portugueses, perante as mais diversas contrariedades, que não vêem resolvidas de forma concreta e atempada. Por isso, optam e partem em busca de uma solução mais rápida e eficaz, embora, muitas vezes, pouco dignificante.

Todavia, todo este panorama se encontra em mutação no Portugal de hoje. Esta evolução depende do regresso de milhares de emigrantes, principalmente da Europa, e do retorno de milhares de portugueses, em função de alterações radicais nos territórios onde habitualmente residiam. De facto, tais movi-

mentos, de regresso e de retorno, vieram permitir uma diminuição do desequilíbrio demográfico¹, resultante dos saldos migratórios negativos dos anos sessenta; no entanto, vieram também, e contrariamente ao que se pensou poder vir a acontecer², permitir um desenvolvimento económico que se salienta, principalmente a nível local e regional, através do investimento dos portugueses regressados e retornados.

Qualquer proposta de estudo do fechar deste ciclo migratório, implicando o conhecimento de todo o processo de desenvolvimento do mesmo — período pré-migratório, emigratório e pós emigratório³ —, apresenta-se condicionado pela obrigatoriedade de uma análise interdisciplinar. Daqui resultam compreensíveis dificuldades no delinear de situações precisas ou perfeitamente definidas. A análise orienta-se para o estudo dos movimentos dos indivíduos, expressos por maior ou menor mobilidade, das motivações que determinam a sua concretização e das alterações espaciais impostas por estes. A realidade do fenómeno, só poderia ser captada alargando as considerações a temáticas de cariz económico, sociológico e demográfico.

Os dados sobre emigração foram recolhidos de fontes variadas⁴. As estatísticas da Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados, o Ministério da Habitação e Urbanismo (através do Fundo de Fomento da Habitação) e a «Cáritas» portuguesa incidem sobre quantitativos muito restritos do total de retornados⁵. O número de regressos é contabilizado através dos Anuários

¹ Embora, essencialmente, em termos quantitativos e menos na prática devido, entre outras causas, à manutenção do centralismo e dos canais de escoamento de população e divisas para o litoral, devido à inexistência de uma política efectiva de regionalização.

² As estimativas de regresso maciço de emigrantes portugueses da Europa revelaram-se exageradas em relação ao que realmente ocorreu. O grave problema de reinserção de todos estes indivíduos (a que se associam os portugueses retornados das Ex-colónias) nesta sociedade que se deparava já com problemas muito profundos, era antevisto com sérias apreensões. No entanto, analisando o fenómeno agora, à distância, pode afirmar-se que a integração foi efectiva e feita de forma mais rápida do que aquela que as melhores estimativas previram.

³ Forma como o «ciclo migratório» é referido por Isabel Boura, Rui Jacinto *et al* (Emigração e Retorno na Região Centro, 1984).

⁴ Salientam-se os trabalhos de R. Pena Pires, M. José Maranhão *et al* — Os Retornados Um Estudo Sociográfico, elaborado com base no XII Recenseamento da População e de Manuela Silva *et al* — Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal.

⁵ Efectivamente, a «Cáritas» portuguesa financiou um total de 1 091 empreendimentos, que permitiram a criação de 2 149 postos de trabalho, objectivo principal deste programa. O programa conjunto do Commissariado e de Ministério da Habitação e Urbanismo concluiu 906 empréstimos de construção ou resolução de problemas de habitação dos retornados, enquanto o «programa de crédito aos desalojados contemplou 8 350 pedidos de financiamento em todo o país» (PIRES, R. Pena *et al* — 1987, p. 161 e 162).

Estatísticos do I.N.E., do Boletim da Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas e dos Recenseamentos da População de 1950, 1960, 1970 e 1981, embora com hiatos de informação, principalmente em termos de emigração clandestina.

Optou-se, desde o primeiro momento, pela elaboração de inquéritos directos ao universo em estudo — os regressados e retornados que tivessem efectuado um investimento. Tal pretensão seria inviável no caso de um estudo exaustivo do universo em questão. Em função disso, tornava-se conveniente o estudo de populações amostra que, posteriormente, permitissem a generalização das informações obtidas a toda a área. A escolha de áreas de inquérito tentou abarcar as várias situações em termos espaciais, em função do grau de desenvolvimento das localidades, do tipo de actividade predominante, da hierarquia administrativa e tendo sempre em atenção informações dadas pelas populações e instituições da área, quer pelo anónimo, quer pela imprensa, quer pelo autarca local ou, ainda, pelos organismos regionais da Administração Central no que dizia respeito a investimentos de portugueses que tiveram uma actividade profissional fora de Portugal Continental e áreas de implantação dos mesmos. Utilizam-se, também, os dados fornecidos pelas secções de Finanças, pelas Juntas de Freguesia, pela Rede de Extensão Industrial de Viseu, actualmente já extinta, pelas Câmaras Municipais, entre outras.

Os inquéritos abrangeram duas populações distintas, que pontualmente, concerteza, se sobrepuseram: os regressados e retornados que investiram e a população estudantil de algumas escolas¹ destes três concelhos². Um inquérito, foi efectuado ao investimento de retornados e regressados tentando auscultar o seu impacto no desenvolvimento da área onde se implantaram ou re-implantaram após o regresso. Este foi estruturado em duas partes, de forma a salientar as características do emigrante regressado, por um lado, e o seu papel no desenvolvimento regional e local (através das características e dos quantitativos do seu investimento), por outro. O inquérito pretende tratar comparativamente as três fases que preenchem a vivência de todo o emigrante regressado: a experiência pré-emigratória, a experiência emigratória e a experiência pós-emigratória, já referida. A primeira parte, visou a obtenção de informações acerca da vida do emigrante regressado, procurando-se contrapor os três momentos de ciclo migratório e salientando aspectos que possibilitam

¹ Escolas Secundárias Alves Martins de Viseu, Secundária de Tondela e Secundária de Sátão.

² Foi conveniente verificar qual a importância da emigração junto das camadas jovens, em termos de relações familiares com emigrantes, nascimento fora de Portugal e deslocações a países estrangeiros.

traçar o trajecto do indivíduo até ao momento presente (as vertentes preferenciais são as relacionadas com a actividade profissional, vida familiar, integração social, educação, situação sócio-económica); na segunda parte procede-se ao levantamento das características do investimento feito e à verificação de eventuais relações com a anterior situação do emigrado ou residente nas Ex-colónias, antes e durante o período de estadia fora de Portugal, em termos de tipo de investimento, produtos vendidos, escoamento da produção.

A par deste, um segundo inquérito foi elaborado, muito sucinto e de estrutura simples, com a intenção de auscultar a influência da emigração na população estudantil de algumas Escolas Secundárias do território em estudo. Efectuou-se, também, um levantamento de forma a estimar os quantitativos de emigrantes que investiram de forma produtiva ou promotora de um rendimento através da exploração de um mercado.

4. ÁREA INQUIRIDA

O inquérito incidiu, sobretudo, sobre as sedes concelhias. Foram as cidades de Viseu e Tondela e a vila de Sátão que contribuíram com o maior número de inquiridos, já que são as áreas preferencialmente escolhidas pela população retornada e por grande parte dos ex-emigrantes na realização dos seus investimentos. Embora eles se encontrem disseminados por todo o território em questão, as grandes concentrações de investimentos ocorrem nos locais que apresentam as melhores clientelas potenciais, geralmente coincidente com as melhores infraestruturas de serviços e vias-de-comunicação. Tal circunstância está relacionada com o facto de grande parte desses investimentos serem na sua maioria aplicados no comércio ou serviços, sendo menos frequentes os investimentos na agricultura e na indústria transformadora.

Os inquéritos foram efectuados, ainda nas freguesias de Romãs, Ferreira de Alves e Decermilo, no concelho de Sátão; Abraveses, Rio de Loba, Fragosela, no concelho de Viseu, e Campo de Besteiros, Castelões e Molelos, no concelho de Tondela, resultando a escolha da importância do fenómeno em estudo nestas freguesias.

II — O MOVIMENTO DE REFLUXO DAS POPULAÇÕES MIGRANTES PORTUGUESES

1. O ÚLTIMO CICLO EMIGRATÓRIO

1.1. A emigração na área em estudo: o distrito de Viseu no contexto da emigração portuguesa

A emigração é um fenómeno estrutural na população portuguesa. Como afirma A. NAYADE e R. FREIRE (1978, pp. 11 e 12) «a emigração portuguesa não é um facto novo; (...) para a maioria dos historiadores e para alguns dos investigadores portugueses, é um fenómeno tipicamente português. (...) Chegam a considerar a emigração portuguesa como um facto habitual, absolutamente normal; para eles a emigração é uma coisa natural e um modo de ser». Esta forma de considerar o problema, para além de pouco abonatória da maneira de ser dos portugueses, evidência uma clara predisposição científica, que há que evitar.

A temática da emigração no distrito de Viseu integra-se na problemática emigratória da globalidade do território, embora as suas características se adequem de modo mais perfeito ao conjunto de distritos da Região Centro. Durante as décadas de cinquenta, sessenta e setenta, os quantitativos de emigração¹ da Região Centro representam 41,67% do total do país, o que ilustra bem a importância do número de saídas.

Quando se procede a uma análise anual comparando o Continente e a Região Centro, verifica-se que o valor desta, em percentagem, veio a decrescer, *grosso modo*, de 1950 até aos primeiros anos do decénio de 1980. O movimento imigratório intra-europeu, ao ser incrementado, veio provocar uma generalização da emigração a todo o território português, enquanto o movimento transoceânico abrangia regiões de recrutamento de emigrantes mais circunscritas. Uma dessas regiões foi, sem dúvida, a Região Centro e, concretamente, o distrito de Viseu, (Fig. 3).

Salienta-se a importância da mobilidade migratória externa no distrito de

¹ Consideram-se apenas valores legais, embora a clandestinidade seja, na Região Centro, muito significativa.

Viseu e também a forma como o Brasil foi fundamental¹, enquanto país de destino preferencial, no distrito de Viseu e, de maneira geral, em toda a Região Centro².

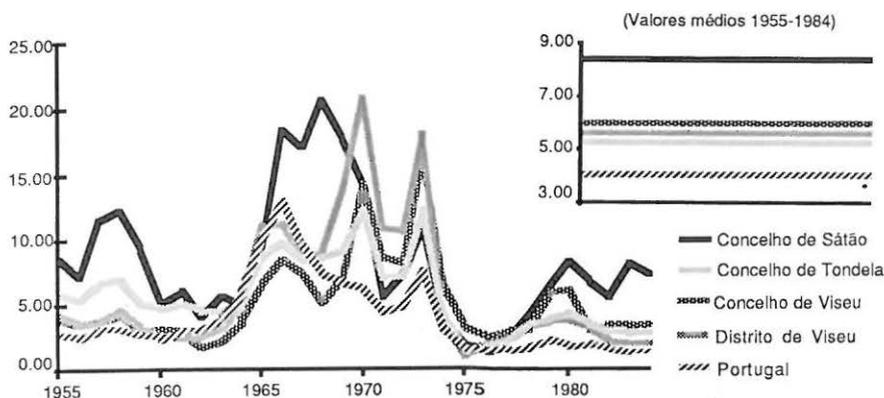


FIG. 3 — Taxa emigratória. Comparação entre os concelhos da área em estudo, o distrito de Viseu e Portugal Continental.

Fontes: Recenseamentos da População de 1950, 1960, 1970 e 1981; Boletins da Emigração 1955 a 1984).

A evolução do fluxo migratório do distrito de Viseu é algo diferente daquela que se encontra, salvaguardando a sua identidade de características, nos restantes distritos da Região Centro. Esta singularidade de evolução assenta na comparação entre o período predominantemente transoceânico e o período de maior importância do destino Europa. Note-se que, enquanto de 1960 a 1969 todos os distritos da Região Centro registam um aumento espectacular no do número de emigrantes, o mesmo não veio a acontecer em Viseu. Este distrito apresenta uma certa regularidade, permitindo uma equiparação de quanti-

1 Na base do número elevado de emigrantes que tinham como destino o Brasil, estava o sucesso dos «mineiros» e do «brasileiro», embora os casos de insucesso não tenham sido poucos. «António José da Silva mete a ridículo o «mineiro» de torna-viagem; Correia Garção, numa ode, evoca os trabalhos sofridos na roça em «ignotos sertões», para o «mineiro» vir exibir na terra natal o ouro acumulado e os «brasileiros», nota Camilo, passam agruras, labutam como negros e trazem por fim à Pátria, que lhes foi madastra, o capital com que se activam indústrias e fundam escolas e fomentam obras de assistência».

2 O mesmo se verifica quando se relaciona o distrito de Viseu com o continente. Os princípios do século XX foram um período de grandes contrastes migratórios para Portugal. O Brasil foi, sem dúvida, o país que maior número de emigrantes portugueses, e não só, atraiu neste período, representando aproximadamente 70% do valor total registado.

tativos entre o movimento transoceânico e o intraeuropeu. O distrito de Viseu revela uma maior predisposição emigratória, anterior à do restante território da Região Centro, não sendo tão radicais, as modificações da década de sessenta, em termos de emigração.

O distrito de Viseu contribui com o maior quantitativo de emigrados para o Brasil. Este país de destino, torna-se pois, fundamental na evolução emigratória distrital, exercendo assim uma influência profunda na sua situação económica, social e cultural. Desde 1950 até ao final da década de sessenta, emigraram para terras de Vera Cruz 43.655 viseenses, valor que não é alcançado por nenhum outro distrito (RIBEIRO, Cassola — 1986, pp. 77, 78 e 79).

Se bem que a emigração para França tenha sido importante durante o período de 1955 a 1984 (23.860 indivíduos), Viseu ocupa a décima posição no conjunto dos distritos do país. Todos os distritos do Centro do País, à excepção de Coimbra, e ainda Braga, Porto, Viana do Castelo, Santarém e Lisboa apresentam maiores valores de totais emigratórios para este destino, o qual é, sem dúvida alguma, o principal de todos quantos foram escolhidos pelos portugueses no seu movimento intraeuropeu. Todavia, surge um outro destino que é muito importante para os viseenses: a República Federal da Alemanha. O distrito de Viseu (14.445 indivíduos emigrados) ocupa um lugar importante, imediatamente após os distritos de Lisboa (23.423) e Porto (16.290), contrabalançando assim o menor significado da França na sua emigração, quando comparado com os níveis dos diferentes distritos de Portugal.

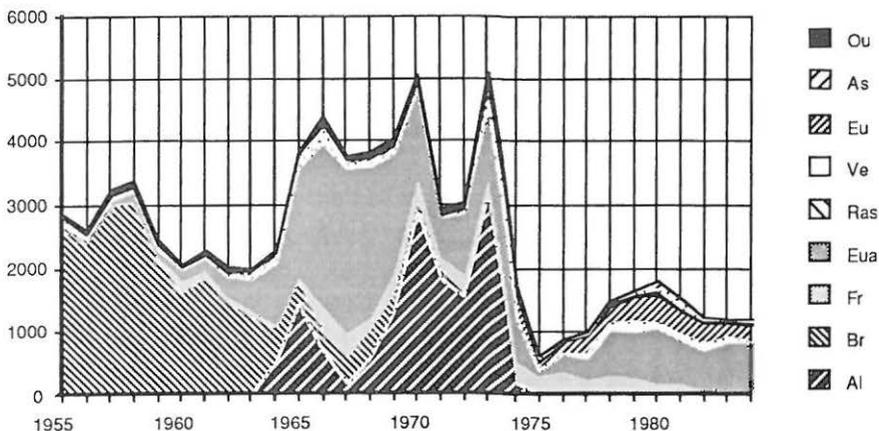
Os valores registados permitem delimitar dois períodos distintos dentro dos 35 anos referidos. Na realidade, a partir do período 1960-1964, as saídas invertem-se em termos de destino geográfico. O Brasil perde importância, enquanto a França e a Alemanha se impõem como destinos da população migrante¹.

Tal como para a maioria dos distritos portugueses, Brasil, França e Alemanha são os três principais países de destino da emigração viseense. Contudo, para além destes, surgem também os Estados Unidos e o Canadá atraindo a si números significativos de emigrantes (Fig. 4).

A década de sessenta foi, para o distrito de Viseu e para Portugal em geral, o período em que o fluxo emigratório atingiu valores nunca antes registados.

¹ O êxito deste apelo à mão-de-obra estrangeira assentou na capacidade atractiva dos países da Europa Central, que se materializa principalmente no pagamento de salários muito mais elevados do que os praticados nos países de origem e na prática de uma política de assistência social. O indivíduo era confrontado, por um lado, com a pobreza e dificuldades várias na região em que vivia, por outro lado, com a certeza de bons salários e benefícios sociais.

Contudo, torna-se indispensável referir um fenómeno, que também neste período e no início da década de setenta alcança a sua máxima expressão: a emigração clandestina¹. Como foi dito, esta é superior à emigração legal no período em consideração. «Os camponeses do norte, do centro e das zonas



Legenda: Al - Alemanha, Br - Brasil, Fr - França, Eua - Estados Unidos da América, Ras - República da África do Sul, Ve - Venezuela, Eu - Outros países da Europa, As - Países asiáticos, Ou - Outros países.

FIG. 4 — Total de emigrantes do distrito de Viseu, por países de destino (1955-1984).

Fonte: Boletins da Emigração, 1955 a 1984.

fronteiriças com Espanha que sempre foram desprezados pelo centralismo de Lisboa não podiam e já não queriam aceitar passivamente a miséria, o sofrimento e a repressão. O falhanço da política económica de Salazar, que fechou o país sobre si mesmo e o início da luta armada pelos povos de Angola e Moçambique» (CLAP, 1978, p. 22) são factores fundamentais para os elevados valores de clandestinidade atingida².

Independentemente dos motivos que levam à emigração (sejam eles sociais, económicos, políticos, ideológicos), quando esta é assumida clandestinamente, constitui-se como a maior dificuldade do emigrante português, onde quer que ele se encontre. Esta situação de irregularidade vai ser responsável pela explo-

¹ São considerados clandestinos os portugueses que vão trabalhar para fora de Portugal sem um contrato de trabalho. Neste grupo, devem-se englobar aqueles que passam a fronteira ilegalmente, «a salto», e aqueles que, utilizando um passaporte de turismo, permanecem depois no país de acolhimento como mão-de-obra assalariada.

² Neste período, 160.000 jovens deixam Portugal clandestinamente.

ração do trabalho do emigrante que se manifesta sob a forma de baixas remunerações¹, trabalho incerto e canalização para tarefas rejeitadas pelos nacionais dos países de acolhimento².

Foi a França o país que maior número de clandestinos recebeu, não só do distrito de Viseu, mas também em termos nacionais, tal como foi o que maior número de emigrantes legais portugueses acolheu. Também o governo português se apercebe da importância da emigração na economia. «Em 1973, as economias dos imigrados enviadas para Portugal elevam-se a 26.452 milhões de escudos, correspondentes a 47% do orçamento nacional, sensivelmente o equivalente às despesas com as guerras coloniais» (CLAP, 1978, p. 23). As remessas dos emigrantes passam a desempenhar um papel determinante na Balança de Pagamentos e o Estado Novo cria condições especiais para fixação dessas divisas, a par de acordos de emigração assinados com vários países³.

Ao longo de toda a década de sessenta, o ímpeto emigratório para França só é abalado pela crise de Maio-Junho de 1968. No entanto, imediatamente a seguir, no ano de 1969, o número de saídas aumentou com a emigração daqueles «que não tinham ousado partir em 1968 e daqueles que tinham regressado temporariamente» (POINARD, Michel — 1971, p. 296) (Figs. 4 e 5).

1.2. Destino da emigração na área em estudo

Em termos absolutos, o concelho de Viseu destaca-se claramente nos valores de emigração em relação a todos os outros concelhos do distrito. A seriação dos dados identifica grupos de concelhos, cujo escalonamento evidencia o diferente peso da emigração em cada um deles. Representando 18,2% do total de emigrantes do distrito, encontra-se destacado o concelho de Viseu. Num segundo plano, aparece Tondela (7,5%) e Mangualde (7%), destacados também dos valores relativos aos outros concelhos. Os restantes apresentam valores muito aproximados. De entre eles, refiram-se os casos de Oliveira de Frades (1,3%) e o de Tarouca (1,3%) como aqueles que menor quantitativo

¹ As baixas remunerações usufruídas pelo emigrante português, pelo menos nos primeiros tempos de estadia no estrangeiro, eram substancialmente alargadas pelas transacções cambiais entre a moeda forte dos países de acolhimento e o escudo.

² Esta não é uma situação generalizada. O emigrante português conseguia, normalmente, alcançar uma melhoria substancial do seu estatuto dentro da sociedade em que acabava por se «integrar», e da sua situação profissional pelas suas características de trabalhador diligente e grande sociabilidade (segundo relatos de emigrantes regressados).

³ Esses acordos foram efectuados com os Países Baixos em 22-11-63; com a França em 31-12-63; com a Alemanha em 17-3-64, com o Luxemburgo em 20-5-70.

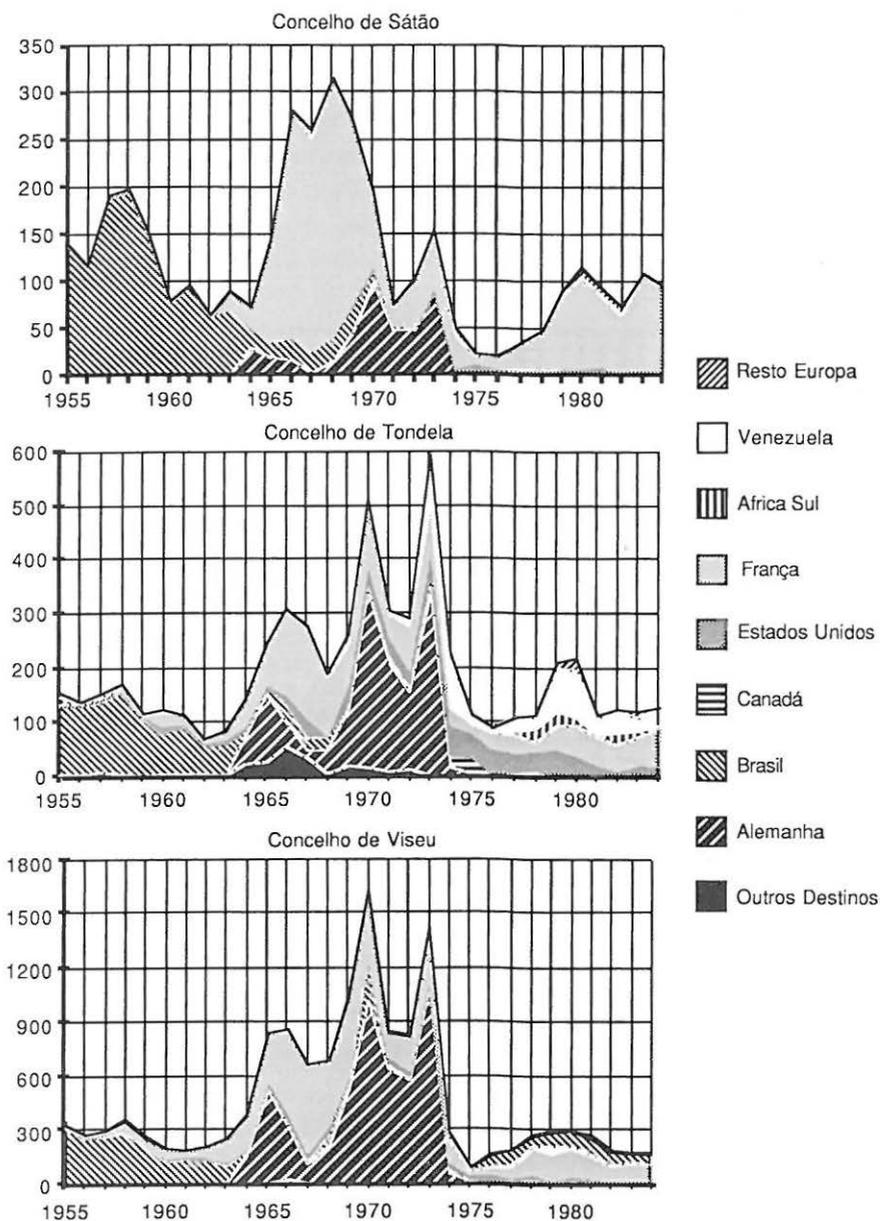


FIG. 5 — Número de emigrantes, por países de destino e concelhos de partida (área em estudo).

(Fonte: Boletins da Emigração, 1955 a 1984).

de emigrantes fornecem no período de 1955 a 1984. Podemos ainda identificar outros concelhos, cujos valores aproximados nos permitem o seu agrupamento. É o caso de Castro Daire (4.8%), Mortágua (4.6%), Nelas (4.6%), Penalva do Castelo (4.7%) e Sátão (4.8%), com quantitativos de emigrantes oscilando entre os três e quatro mil indivíduos. Outras considerações podem ser feitas de forma a salientar diferenças de pormenor, não deixando, todavia, de ser relevantes. Veja-se o facto de, no concelho de Sátão, o Canadá, os Estados Unidos e a Venezuela não exercerem, junto da população emigrante, influência que mereça referência¹. Por outro lado, em Tondela, o destino África do Sul apresenta valores já significativos, enquanto no Sátão, a Alemanha é preterida como país de destino, sendo os quantitativos de emigrantes que para aí se dirigem relativamente escassos².

No conjunto, porém, tal como se verifica na Região Centro, no distrito de Viseu e na área em estudo os países de destino são o Brasil, a França e a Alemanha (Fig. 5). Todavia, nem sempre a importância relativa destes três países, como destinos de emigração, é igual. Se, no concelho de Sátão, a França apresentou, de 1955 a 1984, os maiores quantitativos de emigração, a Alemanha vai desempenhar um papel semelhante nos casos de Viseu e de Tondela. Por seu turno, o Brasil ocupa sempre o segundo lugar em qualquer um dos três distritos³.

Reflectindo a dinâmica geral de movimentação da população nacional, de 1960 a 1969, o movimento intraeuropeu é declaradamente superior ao movimento transoceânico, embora este se continue a fazer sentir. Enquanto a França e a Alemanha são os principais destinos europeus, os Estados Unidos, o Brasil e o Canadá têm o mesmo estatuto no continente americano. Esta tendência vai ser continuada nos anos seguintes, visto que, de 1970 a 1974, a França e a Alemanha continuam a receber os maiores quantitativos de emigrantes portugueses.

¹ O Brasil parece ter determinado decisivamente o destino dos emigrantes deste concelho no movimento transoceânico.

² O destino dos emigrantes parece estar ligado ao nível de desenvolvimento sócio-económico do próprio concelho. O concelho de Viseu fez canalizar uma percentagem importante dos seus emigrantes para a Alemanha, tal como Tondela, enquanto no concelho de Sátão, como foi referido, esse valor é extremamente reduzido. O inverso sucede com o número de saídas para França. As exigências dos países de acolhimento estiveram na base destas diferenciações.

³ Resultam estes valores do facto de o movimento transoceânico ter perdido definitivamente a sua força apenas na década de sessenta. Se, contudo, os anos em análise remetessem para datas anteriores, o número de indivíduos saídos para o Brasil seria significativamente maior.

2. NOVA DINÂMICA EMIGRATÓRIA

Este ciclo migratório não encontra no regresso o seu término. A re-emigração e a emigração parecem ganhar novo fulgor à medida que os anos da década de oitenta vão decorrendo. O destino preferencial é agora a Suíça, a América do Norte e o Médio Oriente. Novos dados permitem concluir que, brevemente, o fluxo emigratório poderá ser incrementado, na sequência do envelhecimento da população europeia, em especial a da Europa Central e do Norte, e da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Deste modo, surgirão canais alternativos para o escoamento da mão-de-obra portuguesa na Europa¹. Sinal desta alteração é o facto de, em 1985, estarem inscritos nos Centros de Emprego 112.283 «candidatos à emigração», enquanto que, em finais de 1984, esse número era de 111.775, como nos afirma Rita GOMES (1986, p. 5).

Com a resolução dos problemas sócio-económicos e políticos de Angola e Moçambique, que agora se vislumbra, alguns estudiosos apontam estes países como receptores da emigração portuguesa na última década do século XX e no início do século XXI, já existente ao nível de quadros superiores. Deve-se, todavia, analisar com alguma ponderação a emigração para a Europa. Efectivamente, apesar das medidas desencadeadas pelos países da Europa Central receptores de emigrantes, «os trabalhadores mediterrânicos não interromperam completamente a emigração do Sul em direcção ao Norte² (...) e no final de 1985, o potencial de partidas nesta região da OCDE permanece ainda importante e não deve ser subestimada» (SIMON, Gildas — 1986, p. 10).

A importância do regresso a Portugal de milhares de portugueses, após o ano de 1974, facto primacial dos movimentos migratórios que afectaram o nosso território nos últimos quinze anos, não deve, contudo, ofuscar a realidade da persistência de um fluxo de saídas com quantitativos importantes. Esta situação originou alterações assaz notórias também no que diz respeito ao destino dos emigrantes. A Alemanha, destino preferencial da emigração portuguesa até 1974, tem como alternativa, países como a Suíça, a Bélgica e o Luxemburgo.

¹ Restará apenas saber se, na realidade, o re-iniciar de tal «sangria» de mão-de-obra portuguesa será actualmente benéfica para a economia, que se pretende em expansão acelerada. Juntando a isto um envelhecimento concreto da população, torna-se necessário tentar alcançar uma situação de comprometimento, que virá a surgir naturalmente e em função do grau de sucesso da política de desenvolvimento sócio-económico em que o país está envolvido.

² São os casos de Espanha, Grécia, Itália, Portugal, Turquia e Jugoslávia.

A par destas modificações, ocorrem outras também relevantes. É o caso das saídas sazonais de uma parte importante da população portuguesa para diversos países. De salientar as comissões de trabalho cumpridas durante um, dois, ou três anos nos países do Próximo Oriente, forma de emigração predominantemente individual e associada ao sector secundário. Registam-se ainda, migrações sazonais de período mais curto, três a seis meses, direccionadas para a França e ligadas ao sector primário (colheitas e sementeiras) aos serviços pessoais, à hotelaria e à construção civil. Na área em estudo, salienta-se a actividade da apanha do pêssago e do morango, efectuadas em França e Espanha.

2.1. A re-emigração, realidade ou o saudosismo das situações passadas?

A 're-emigração' surge da relação de forças entre duas áreas especialmente caras ao emigrante: o seu país, com o seu concelho de naturalidade ou residência, e a área de residência do país de acolhimento. O esbatimento da relação atracção-repulsão, que pode ter sido fundamental na opção de regresso, pode ser, também, significativa na vontade de, novamente, deixar Portugal. Ela adapta-se facilmente a um grande número de emigrantes que, perante as condições encontradas em Portugal (dificuldade no investimento das poupanças, dificuldades de adaptação social, fracos rendimentos) retomam o ciclo migratório.

A maioria dos retornados não voltou, até ao momento, a sair de Portugal. Todavia, o re-iniciar do ciclo migratório foi, também, uma opção para alguns, confrontados com notórias dificuldades na área de emprego, sendo os seus destinos principais o Canadá e a Suíça. A 're-emigração' de retornados foi especialmente importante no período imediatamente seguinte ao seu regresso compulsivo e julgamos que uma parte importante dessas 're-emigrações' foram definitivas, não só por motivos económicos, mas também por razões políticas, perante a instabilidade que caracterizou o pós 25 de Abril, em Portugal. Assim, embora se torne extremamente difícil uma análise da 're-emigração', é por demais evidente que ela se efectua e é, mesmo, desejada por uma parte da população ex-migrante.

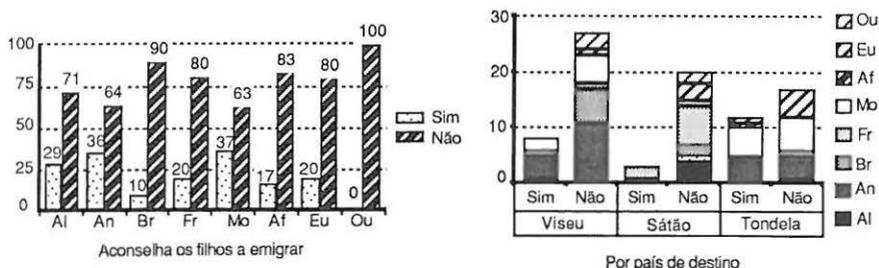
O impacto da sociedade estrangeira sobre o imigrante é mensurável através da sua opinião sobre uma possível deslocação dos filhos para o exterior, como emigrantes.

As variações são evidentes e demonstrativas das dificuldades vividas no estrangeiro. Apenas os retornados de Moçambique e Angola afirmam, em 37% e 36% dos casos (Fig. 6), que aconselhariam os seus filhos a emigrar, o que se torna sintomático das facilidades de integração sentidas por estas populações. Todos os outros apresentam, também, respostas afirmativas, mas nunca se atin-

gem valores superiores a 20%, expressando-se desta forma uma dificuldade de enraizamento nas sociedades receptoras que corrobora as afirmações efectuadas relativamente à participação dos emigrantes como membros de associações no inquérito lançado junto destes.

Para alguns dos inquiridos o ciclo emigratório não se encontra ainda fechado e a mobilidade geográfica e profissional pode ainda vir a sofrer grandes alterações.

Para além da descolonização, é a «educação dos filhos» e as «saudades da família e da terra» que se colocam num plano de considerável importância.



Legenda: Al - Alemanha, An - Angola, Br - Brasil, Fr - França, Mo - Moçambique, Af - Outros países de África, Ou - Outros países

FIG. 6 — Predisposição do ex-emigrante a nova emigração. O reflexo desse comportamento na orientação dada aos filhos.

E se a «educação dos filhos» foi um motivo real, que veio a coarctar frequentemente o período de estadia fora de Portugal, as «saudades da família e da terra» foram uma razão «mascarada», encrustada de significações bem mais profundas ligadas ao facto de a vida ser muito dura (no caso dos regressados), as relações sociais diminuírem drasticamente, o modo de vida de espaços abertos passar a uma vida em clausura, de casa para o trabalho e deste para casa. De igual forma, os «problemas de saúde» representam uma outra maneira de mostrar quão difícil é a integração, expressa claramente quando afirmam que «não se adaptaram à vida de lá».

Todavia, esta interpretação dos fenómenos descritos não pretende comprovar um insucesso social em terras estrangeiras, mas evidencia apenas a grande dificuldade na integração, porque, nem sempre são os mais capazes que emigram, nem sempre a teoria centro-periferia é aplicável às migrações: muitas vezes, são os mais marginalizados e os menos qualificados que se vêem na necessidade de emigrar, porque qualquer outra opção seria extremamente difícil de negociar.

2.2. A «Segunda Geração» de emigrantes ou os desintegrados com duas pátrias

À emigração portuguesa para a Europa está associado um outro fenómeno sociológico importante: o impacto da e na segunda geração de emigrantes.

No início da sua grande expansão (1963-1964), os movimentos intra-europeus dos portugueses revestiram-se de uma particularidade que, entre muitas outras características, importa salientar: a emigração era um fenómeno individual assumido geralmente pelo homem, chefe do agregado familiar, que partia sozinho para um dos países receptores de mão-de-obra. Todavia, a sua integração profissional e até social na sociedade adoptiva, conjuntamente com uma remuneração que ultrapassava as suas expectativas ou a necessidade de a aumentar, permitiram-lhe ou obrigaram-no a pensar num reagrupamento familiar. Compensação das saudades e da solidão, e possibilidade de duplicação do rendimento através da introdução da mulher na população activa, o reagrupamento familiar é encetado num segundo momento da emigração intraeuropeia portuguesa tornando-se responsável pela saída, de Portugal, de um grande quantitativo de crianças. A estas juntam-se também importantes contingentes de crianças nascidas no estrangeiro, filhas de pais portugueses.

Durante a década de setenta, o país, com o encerrar do ciclo europeu de emigração, do pós 2.^a Guerra Mundial recebe «um grande número de jovens provenientes do estrangeiro que, apesar da sua origem portuguesa, se apresentavam como uma população muito diversificada, quer pela experiência vivida anteriormente, quer pelas atitudes assumidas quanto ao regresso e permanência no país de origem dos seus pais» (ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz *et al* — 1988, p. 159).

É a primeira geração que se apresenta disponível e incentivada para efectuar um investimento no país de onde há anos atrás partiu. A segunda geração, ou mesmo uma terceira geração¹, não encontra o estímulo necessário à sua integração, numa sociedade que, ou lhe coloca frequentemente imensos obstáculos, ou é diametralmente oposta àquela onde habitualmente se integrava. Na realidade, as dificuldades burocráticas, a falta de informação e de apoio técnico, assim como de incentivos ao investimento, geralmente mais publicitados do que efectivamente usufruídos, somente são suplantados por um ainda grande enraizamento do indivíduo na sociedade de onde partiu, motivo determinante na escolha da área de implantação de um qualquer investimento por

¹ Esta última designação é, já à partida, algo discutível pela dificuldade de separação dos dois universos.

parte dos ex-emigrantes. Este cenário pouco atraente funciona como factor repulsivo para um grupo de regressados que não sentem as «amarras» das recordações de uma vida, anterior ao momento de saída do país. São os filhos dos emigrantes, nascidos em Portugal ou não, que, perante uma situação de maioridade, abandonam, assaz vulgarmente, a terra de pais e avós, deslocando-se para áreas onde o ritmo de vida se coaduna com o que anteriormente experimentavam: «muitos jovens fogem para as praias e para os grandes centros,

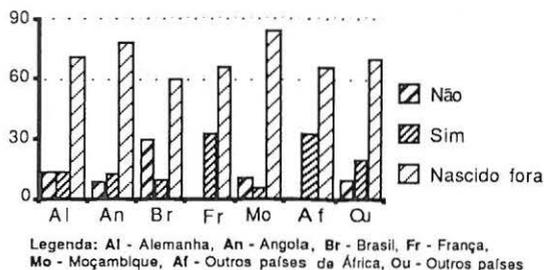


FIG. 7 — Participação dos descendentes no ciclo emigratório.

(Fonte: Inquérito).

recusando a 'outra sociedade' rural, tradicionalista, com forte controlo inter-familiar e inter-grupal», (MARTINHO, Alberto — 1984, p. 118) acabando mesmo por 're-emigrar', agora possivelmente de forma definitiva¹. É assim que «as instâncias melhores conhecedoras do problema, designadamente internacionais, reconhecem na segunda geração uma identidade e um estatuto cultural que não é apenas o prolongamento dos seus ascendentes» (ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz *et al* — 1988, p. 36). Este facto permite que, cada vez mais, se encontrem estruturadas, nos países que serviram de grandes receptores de emigrantes nos anos sessenta e setenta, as condições para uma integração concreta e efectiva dessas populações.

Os dados do inquérito sintetizados na Fig. 7 salientam imediatamente a importância da população jovem nascida fora de Portugal e que se vê confrontada com a necessidade de para aí se deslocar quando os pais resolvem, por opção própria ou compulsivamente, regressar.

Qualquer que seja a área de destino, a importância percentual dos filhos de emigrantes nascidos fora de Portugal ultrapassa ou iguala os 60%.

¹ Em alguns casos, o que sucede na realidade é que alguns regressam ao país de origem.

Da descendência total da população inquirida, 73.8% nasceu no estrangeiro, 15.5% tiveram um contacto directo com a emigração, pela sua participação no ciclo migratório e apenas 10.5% manteve um contacto indirecto com a emigração pelo facto de terem permanecido em Portugal durante o período de emigração dos pais.

São os inquiridos de Angola e de Moçambique que detêm os valores máximos de filhos nascidos fora de Portugal, 78% e 84%, por influência do período de estadia mais alargado, da manutenção da união da família ou, como sucedeu frequentemente, da formação da família apenas no território receptor¹. Por outro lado, somente dois destinos apresentam participação directa dos filhos no ciclo migratório iniciado pelos pais: a França e o Resto de África.

Formulou-se um inquérito à população estudantil de três escolas da área em estudo de forma a avaliar, segundo uma perspectiva diferente, a importância da emigração na população mais jovem, directa ou indirectamente relacionada com a emigração. Verificou-se que a nossa sociedade se encontra impregnada de jovens que estiveram directamente ligados à emigração (Quadro 1).

Dos concelhos analisados o de Sátão apresenta-se especialmente identificado com a emigração, com 41.6% da população da sua Escola Secundária ligada à emigração, tendo, metade desses alunos, nascido ou vivido no estran-

QUADRO 1 — Percentagem de população ligada à emigração em relação ao total de população escolar

<i>Escola</i>	<i>Alunos que viveram no estrangeiro</i>	<i>Alunos ligados à emigração (familiares)</i>	<i>% Alunos que viveram no estrangeiro</i>	<i>% Alunos ligados à emigração</i>
Secundária A. Martins (Viseu)	242	425	11.3	19.8
Secundária de Sátão	92	188	20.4	41.6
Secundária de Tondela	179	283	13.7	21.7

(Fonte: inquérito directo elaborado nas Escolas Secundárias acima nomeadas)².

¹ Esta última circunstância mostra-se muito importante visto determinar menores percentagens de filhos não emigrados ou de filhos nascidos em Portugal que emigram com os pais, permitindo um aumento percentual dos filhos nascidos fora de Portugal.

² As discrepâncias entre os dois conjuntos de dados advêm da diferença existente entre os totais de alunos inquiridos e de uma interpretação diferenciada para cada uma das populações em análise. Os dados obtidos pelo nosso inquérito pretenderam, para além de definir o total de população directa e indirectamente ligada à emigração, identificar também o total de alunos que, durante um período das suas vidas, tiveram residência no estrangeiro conjuntamente com os que nasceram fora de Portugal, sendo filhos de pais portugueses.

geiro. Assim mesmo, também os concelhos de Viseu e Tondela apresentam valores muito expressivos de população estudantil ligada à emigração, sendo os valores de alunos que viveram ou nasceram no estrangeiro sempre superior a 10% e, no caso de Sátão, superior a 20%.

3. O REGRESSO E O RETORNO. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A partir do ano de 1974, a evolução migratória portuguesa vai sofrer profundas alterações. A crise económica mundial vai ser o pretexto para que os países receptores de imigrantes estabeleçam medidas restritivas a novas entradas e promovam o regresso destes aos respectivos países de origem. A política de concessão de subsídio ao regresso definitivo foi primeiramente adoptada pela Alemanha, em Novembro de 1973, e pela França, em Julho de 1974¹.

O movimento de regresso evidencia motivações diversas. A diminuição das facilidades de sucesso ou a deterioração das condições económico-profissionais no país de acolhimento, ocasionadas pela recessão económica mundial (com os consequentes problemas de desemprego e pressões da população autóctone), por imposição do país de acolhimento ou opção pelo subsídio ao regresso e, muitas vezes, pelas difíceis condições de vida, assumem-se como factores incentivadores do movimento. Também a alteração da situação sócio-política, o implemento do desenvolvimento sócio-económico, as saudades da família, a vontade de regressar definitivamente e a necessidade de materializar o seu sucesso, de preferência na sociedade de origem, funcionam como factores atractivos no país de origem.

Os portugueses que regressaram definitivamente de França atingiram, até 1978, os 15.361 (31.898 indivíduos com familiares), valor que não foi alcançado por mais nenhum país de emigração. O país que mais similaridades apresenta com Portugal é a Espanha, com 7.815 regressados (THOMAS, Eric-Jean — 1982, p. 54). A maior parte dos activos que optaram pelo Subsídio de Ajuda ao Retorno estavam, na altura em que o aceitaram, empregados,

¹ Após aceitar a ajuda ao regresso do Governo Francês o imigrante tinha que deixar o país no período de dois meses, sendo o subsídio depositado num banco do seu país de origem. O quantitativo recebido ascendia a 10.000 francos franceses para o chefe de família e 5.000 francos franceses para a esposa com igual quantitativo a ser despositado por cada filho e ainda uma indemnização para a viagem de regresso. POINARD (1979, p. 511) refere uma totalidade de 23 300 processos apresentados para a obtenção da Ajuda ao Retorno.

demonstrando isso que um grande número apenas aproveitou a motivação para fazer algo que sempre pensara fazer, regressar a Portugal. Para Portugal, isto redundou na redução do fluxo emigratório para os países da Europa e num incremento relativo deste movimento para os Estados Unidos, Canadá e Venezuela, com tendência para o reagrupamento familiar. Como refere Rita GOMES (1986, págs. 4 e 5), surge a emigração de trabalhadores temporários para a Europa, a emigração recrutada (Suíça, Holanda, França e Irão), e a emigração de «qualificados» ou de especializados em indústrias pesadas: metalomecânicas, construção civil e obras públicas, para a Venezuela, Médio Oriente e África (Ex-colónias portuguesas).

Em termos de desenvolvimento das estruturas capitalistas, é crucial a transformação que se opera na actividade produtiva destas populações: predominantemente ligadas, no seu país de naturalidade, ao campesinato ou ao proletariado rural, tais cidadãos passam a identificar-se, no país de acolhimento, embora mantendo, alguns deles, uma actividade agrícola, com um proletariado industrial urbano ou com actividades comerciais e de serviços onde se integram como assalariados¹. Daí que o sistema capitalista se imponha como força fundamental em toda a temática evolutiva das migrações, conduzindo a uma organização espacial onde se identificam territórios cujas características nos permitem definir uma complementaridade comparável à relação regional de centro-periferia.

A responsabilidade do sistema capitalista é de tal forma evidente que se pode afirmar que os fluxos e refluxos de indivíduos estão dependentes da existência de circunstâncias positivas ou negativas na economia mundial, usando os países capitalistas a mobilidade da força de trabalho dos países fornecedores de mão-de-obra, da forma que julgarem mais conveniente para manterem um equilíbrio mínimo na sua própria economia interna, ou seja, sustentaram os processos de acumulação que lhe são próprios.

3.1. Tipologia do retorno²

As circunstâncias que envolvem o retorno das populações portuguesas emigradas não são, como é natural, idênticas para todos os indivíduos envolvidos. Salientam-se tipos fundamentais de retorno. O tipo de retorno que maior

¹ A afirmação transcrita no texto deve ser entendida de forma genérica. Isto porque, no Brasil o imigrante português assume frequentemente uma situação de patrão perante a actividade económica.

² Ao longo deste ponto o termo retorno pretende englobar simultaneamente as noções de regresso e retorno.

quantitativo de indivíduos envolveu no mais curto espaço de tempo foi o repatriamento dos portugueses de Angola e Moçambique e das restantes Ex-colónias portuguesas. Tratou-se de um 'retorno compulsivo' orientado pelas pressões de uma guerra e de uma instabilidade social extrema, com a consequente insegurança no que diz respeito à salvaguarda de bens e da integridade física das populações, assim obrigadas a um regresso maciço.

Outro tipo de retorno, que foi especialmente importante no conjunto dos portugueses regressados, foi o «retorno conjuntural, que ocorre quando a economia da área de origem apresenta melhorias suficientemente importantes para levar os emigrantes a regressar ou, mais frequentemente, quando a economia dos países de destino se atola, conduzindo a uma redução do tempo de trabalho, eventualmente ao desemprego (KING, Russell — 1988, pp. 75 e 76). Para os regressados portugueses, a recessão dos países de destino foi decisiva, sobretudo durante os anos setenta, quando a pressão demográfica se fez sentir de maneira pouco usual em função de um acréscimo populacional que atingiu os 6% e de uma agudização da recessão económica entre 1974 e 1977 (período em que a OPEP conseguiu manter elevados os preços do petróleo). Contudo, não é difícil aceitar que um número considerável de portugueses, após 1980, tenha regressado atraído por uma conjuntura sócio-económica que reflectia um certo equilíbrio e permitia antever o futuro próximo com alguma confiança. Parece, pois, que o retorno conjuntural é o resultado de um conjunto de condições externas (crises económicas, incompatibilidades políticas, guerras).

Este tipo de retorno apresenta, por vezes, como resposta, a re-emigração, apresentando-se como motivo planeado de retorno (KING, Russell — 1988, pp. 76) (return for re-emigration). Neste trabalho, não se entende este tipo de retorno como decisivo. Aliás, é extremamente difícil determinar até que ponto um emigrante regressado terá optado por esse regresso para voltar a emigrar. As circunstâncias de re-emigração estarão mais relacionadas com a não realização pessoal ou com dificuldade de integração do indivíduo do que com um retorno planeado para nova emigração. De facto, uma coisa são as tendências gerais que são marcadas por uma mentalidade colectiva, outra são as decisões individualmente expressas.

O regresso de portugueses envolve ainda outros tipos de retorno: um, integrado no 'retorno conjuntural', que pode apresentar características específicas, de 'retorno por incentivo financeiro', outro, o 'retorno cíclico' relacionado com a migração que não tenha expectativas de fixação permanente.

O 'retorno por incentivo financeiro' como tipo de 'retorno conjuntural', foi bastante aproveitado pelos emigrantes portugueses, possivelmente devido a um esbatimento importante dos efeitos atractivos por parte do país de acolhimento. Tal fórmula de retorno foi o resultado de políticas governamen-

tais de ajuda a este fenómeno, políticas essas que envolviam a compra das cartas de residência e de trabalho do imigrante, e que culminavam na sua saída obrigatória do país como atrás ficou referido.

O 'retorno cíclico' ou 'imigração cíclica' é muito importante nas áreas onde o fenómeno migratório se impõe como fundamental na evolução populacional. A área de estudo deste trabalho apresenta características deste tipo. Na realidade, e perante as restrições imigratórias, um número cada vez maior de indivíduos, aproveitando os conhecimentos e contactos estabelecidos nos países de imigração, iniciam um processo migratório que os leva à estadia de meio ano ou nove meses fora de Portugal e dos restantes meses em casa, com a família. No concelho de Sátão, onde o fenómeno é frequente, os indivíduos deslocam-se para França, numa prática que se verifica com mais frequência a partir do momento em que surgem as restrições à emigração pelos países receptores. Daí que, o retorno cíclico possa ser de três tipos: de tempo de vida (reforma ou tempo longo), com o fechar do ciclo emigratório após o regresso; de tempo curto, com a possibilidade de vários ciclos por pessoa, com diferentes destinos; e sazonal, também com vários ciclos por pessoa, mas por períodos muito curtos.

A valorização económica do fenómeno migratório, afirmada como forma de resolução dos problemas, sucessivamente de emprego e desemprego (fundamentalmente nas sociedades capitalistas desenvolvidas e bem menos nas sociedades de fornecimento de emigrantes), origina um comportamento populacional «descrivendo um movimento alternante, ou seja, ascendendo primeiramente e descendendo logo, mostrando, duma maneira aparente, um movimento de tipo sinusoidal»¹ (ANIDO, Nayade e FREIRE, Rubens — 1976, p. 180). O movimento de regresso, subestimado ou não contabilizado pelas estatísticas portuguesas, oferece-nos a possibilidade de melhor identificar os ciclos de emigração portuguesa existentes. Na realidade, «todos os fenómenos económicos são cíclicos» (ANIDO, Nayade e FREIRE Rubens — 1976, p. 181), e as migrações, como fenómenos eminentemente económicos, expressam-se temporalmente pela materialização de movimentos de saída e regresso a partir de um território de naturalidade ou residência. A dialéctica entre estes dois tipos de movimentos, de direcções opostas, assume relações que genericamente se identificam com uma alternância entre períodos de grande número de saídas conjuntamente com pequeno número de regressos e períodos de pequeno número de saídas asso-

¹ Carlos ALMEIDA e António BARRETO (1976, p. 192) afirmam, contudo que a «hipótese de um movimento cíclico é de rejeitar. Na realidade, a oscilações rápidas sucedem-se mais coerentes e duráveis».

ciados a um grande número de regressos. Desta forma, exceptuando os interregnos conjunturais da migração portuguesa, o número de regressos varia na razão inversa do número de saídas.

3.2. O retorno de portugueses das Ex-Colónias

É fácil sentir, ainda hoje, no comportamento, nas palavras, no relato dos actos e receios dos retornados das Ex-colónias uma ansiedade pungente. Para a grande maioria, a política de autonomia e independência das colónias africanas é um fantasma que os continua a perseguir. Se bem que os primeiros registos dos conflitos remontem a 1961, ano em que foi despoletada a guerra de guerrilha nos territórios sob a tutela portuguesa em África, o período mais conturbado da estadia dos «colonos» portugueses situou-se entre os anos de 1974 e 1975¹.

Elevado número de portugueses europeus que residiam nesses territórios, antes de 1975, sentiam-se obrigados a abandonar o território durante um período muito curto de tempo, entre 1974 e 1976, e de uma forma compulsiva e caótica, após a descolonização. As excepções ocorridas, traduzindo uma movimentação não compulsiva, concentram-se principalmente em períodos posteriores. Os anos que se seguem a 1976, compreendem contingentes muito menores de retornos e, facto a salientar, uma parte deles representa já uma forma voluntária de regresso, conforme podemos constatar através de depoimentos de alguns retornados.

Contudo este movimento de retorno efectuado pelos portugueses europeus não acontece historicamente isolado. Quer o continente africano, quer o continente asiático, forneceram grandes contingentes de retornados, geralmente associados também a processos de independência de territórios que, até então, tinham o estatuto de colónias de países europeus. O caso dos franceses na Argélia e dos holandeses na Indonésia, belgas no Zaire, constituem os exemplos mais elucidativos. A França acolhe aproximadamente 1.000.000 de retornados, antes residentes na Argélia, enquanto a Holanda acolhe, provenientes da Indonésia, cerca de 250.000. Mas, ao longo das décadas do pós-guerra, também a Grã-Bretanha recebe população residente no Quênia e nas Índias, assim como a Itália a recebe oriunda da Somália e da Eritreia (BORGES, A. M. Costa — 1989).

¹ Este período coincidiu (ou, melhor dizendo, foi uma sua consequência) com as convulsões sociais e políticas ocorridas em Portugal Continental no ano de 1974, convulsões essas que se projectariam nas Ex-colónias portuguesas de uma forma algo incontrolada. O processo de descolonização iniciou um ciclo na vida desses países, ainda hoje não completamente superado e que os transportou para uma guerra civil.

Dos movimentos compulsivos de população ligados à descolonização do pós II Guerra Mundial, o efectuado pelos portugueses é, sem margem para dúvidas, um dos mais importantes em termos numéricos. Saliente-se, ainda, a coincidência do fenómeno de retorno com «um período de crise económica internacional e nacional, ao contrário da conjuntura de expansão e pleno emprego das economias europeias, durante as décadas de cinquenta e sessenta, que de forma decisiva concorrem para a integração dos repatriados» (PIRES, R. Pena et al. — 1987, p. 21) que vieram a fazer parte da população residente de diferentes países europeus. Tais circunstâncias permitem avaliar mais concretamente o esforço que foi efectuado no processo de integração na sociedade portuguesa dos retornados das Ex-colónias.

O País debatia-se também com outros problemas ao nível da mobilidade populacional. É o caso do encerramento do ciclo migratório europeu que se processara nas décadas de cinquenta, sessenta e início da de setenta. A pressão demográfica, com o inerente impacto económico, financeiro e social, em termos da dialéctica entre as oportunidades de emprego e o aumento do desemprego, levou à sobrevalorização do fenómeno de retorno que, para além das razões apontadas, nunca tinha sido experimentado pela população portuguesa residente.

Entretanto, o menor número de saídas, o regresso de emigrantes e o retorno de portugueses das Ex-colónias permitiram o início de um equilíbrio demográfico que tinha sido, durante a década de sessenta, perfeitamente desarticulado. Não se conclua, todavia, que o processo foi pacífico ou inconsequente para o País. A criação do Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais (IARN), do Alto Comissariado para os Desalojados e da Comissão Interministerial de Financiamento a Retornados (CIFRE) evidenciam as dificuldades encontradas mas também a preocupação em resolver os problemas.

3.2.1. *Consequências regionais provocadas pela população retornada*

O quantitativo estatístico de retornados é, segundo o recenseamento de 1981, de 505.087. É certo que este valor se poderá encontrar algo deformado por circunstâncias várias como «os retornados que entretanto emigraram e faleceram, os portugueses que emigraram para as Ex-colónias já durante o ano de 1974, bem como os nascidos nas Ex-colónias depois de 1973, os indivíduos não recenseados e aqueles que, como é habitual nos processos de inquirição de natureza retrospectiva, não responderam correctamente à questão sobre o local de residência em 31-12-1973» (PIRES, R. Pena et al. — 1987, p. 35). Mas outras características merecem uma atenção especial. Uma delas é, sem dúvida, o facto de nem toda a população ser, na realidade, propriamente

retornada. O retorno apresenta-se, em alguns casos, apenas e exclusivamente como uma imigração.

Os contingentes de população retornada representaram para Portugal um fenómeno insólito e definido por Maria José MARANHÃO (1989) como de «contra-corrente». O seu impacto regional é perceptível de forma variada, embora se imponha sócio-economicamente de forma suficientemente expressiva, mesmo em territórios onde o seu papel se restringe à promoção de um aumento populacional diminuto.

Em Portugal Continental, o seu impacto a nível distrital é variado, permitindo identificar algumas das características da população retornada e simultaneamente fundamentar um conjunto de teorias intimamente relacionadas com a distribuição e fixação regional dessa mesma população.

Um conjunto de dados considerados determinante foi a fixação distrital dos retornados. Uma tal análise, e numa visualização generalista, facultou de imediato a constatação de uma separação que tantas vezes se identifica no conjunto do território de Portugal Continental, independentemente do fenómeno que se focaliza. Diz respeito ao contraponto entre o litoral e o interior, conjuntamente com aquele que se faz entre o Norte e o Sul do País.

A Fig. 8 permite constatar que o distrito de Lisboa é aquele que origina uma maior fixação de retornados. Só por si — fundamentalmente nos concelhos de Amadora, Loures, V. F. Xira, Cascais, Oeiras e Sintra — retém 166.872 indivíduos, que aí encontram condições favoráveis à sua integração¹.

Dos distritos do interior, apenas Viseu, atraiu um quantitativo de retornados superior a vinte mil indivíduos. Mas a fixação dos seus naturais coloca o distrito numa posição de fornecedor de contingentes de população retornada para outros distritos (22.052).

A população retornada funcionou como barómetro de desenvolvimento (associado à proliferação de oportunidade de emprego ou investimento) no seio do território português, ao procurar as regiões que lhes facultavam a plena integração e lhes concediam a hipótese de sucesso. Por isso, caracterizou-se por uma fixação especialmente urbana. Todos os distritos raianos apresentam

¹ Fundamentalmente, é a facilidade de integração profissional a maior afinidade de actividades relativamente às que desempenhavam ou possuíam nas Ex-colónias que justificam a preferência dos retornados. É, aliás, também o que acontece com outros distritos como o do Porto e de Setúbal. Na realidade, o quantitativo de retornados nestes três distritos ascende a 272.648 indivíduos, o que corresponde a 53,98% do seu total. Daqui se extrai que o litoral exerceu, contando com os quantitativos de distritos como Aveiro (27.597), Coimbra (22.745), Leiria (19.224) e Braga (16.040), uma importância decisiva na fixação da população retornada.

uma pequena capacidade de atracção, assumindo-se mesmo como repulsão, quando comparados com os distritos do litoral¹, especialmente com os distri-

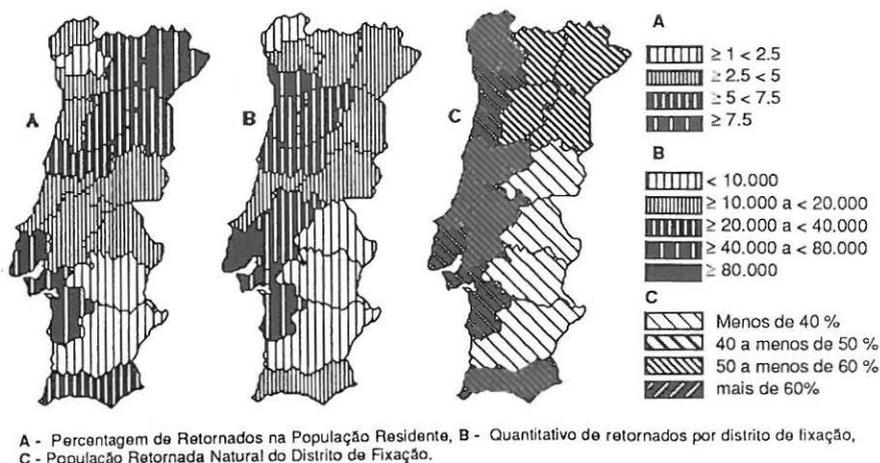


FIG. 8 — População retornada, por distritos.

tos alentejanos. O Alto-Douro, no entanto, apresenta uma taxa de retorno especialmente elevada.

Considerou-se, por isso, pertinente ter em consideração a importância da população retornada no conjunto geral da população residente. A apreciação da relação entre estes dois conjuntos populacionais facultou-nos resultados algo diversos dos que encontramos na análise absoluta apresentada.

¹ Este estado de coisas bipolariza, desde logo, as situações possíveis: a fixação dos retornados no distrito de naturalidade ou a sua fixação fora do distrito de naturalidade. A análise destes parâmetros possibilita indiciar situações de atracção-repulsão. Em termos práticos, quanto maior for a percentagem de naturais no seio da população retornada que se fixou, maior é a capacidade atractiva desse distrito. Assim sendo, destacam-se pela sua capacidade de atracção os distritos do litoral, salientando-se os de Lisboa e Setúbal, a Sul, e os de Aveiro e Porto, a Norte, no seu conjunto com mais de 60 % dos retornados, nascidos em Portugal, naturais dos respectivos distritos. Pela sua posição de muito repulsivos para a população retornada, salientam-se outros três tipos de distritos muito bem definidos. É o caso de Beja, Castelo Branco, Évora e Portalegre, visto que dos indivíduos retornados seus naturais e cuja fixação seria de esperar, apenas 40 % af reside actualmente. Segue-se o agrupamento formado pelos distritos de Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu, também repulsivos, embora de forma menos expressiva, retendo entre 40 a 50 % da população retornada deles natural. O grupo de distritos não referido inclui Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém e Viana do Castelo, af se tendo fixado 50 a 60 % de população retornada sua natural, e de localização predominantemente litoral.

Se Lisboa e Setúbal continuam a apresentar valores máximos de população retornada no seio da população residente — mais de 7.5%¹ — tal já não acontece no distrito do Porto, mas volta a verificar-se no distrito de Bragança. Aliás, todo o Nordeste e Centro Interior de Portugal evidenciam uma importância de população retornada no total da população residente — os seus valores situam-se entre 5 e 7.5%.

As considerações anteriormente feitas devem, pois, ser ponderadas com este novo indicador, uma vez que, se os quantitativos totais e a percentagem de retornados de naturalidade local é relativamente baixa no Nordeste e Centro Interior, território onde se integra a nossa área de estudo, a importância da população retornada não pode ser menosprezada, dada a sua importância no total da população residente, o seu diferente modo de vida e a sua capacidade de investimento e produção. Assim, este contingente populacional, torna-se factor de crescimento pela sua actuação eminentemente activa e portadora de um forte espírito de iniciativa, em territórios que, de outro modo, veriam consideravelmente retardado o seu desenvolvimento. Isto acontece, fundamentalmente, devido ao facto de uma parte da implantação do investimento dos retornados se inserir em espaços periféricos, ou mesmo marginais, de Portugal, aproveitando as suas potencialidades.

3.2.2. *A importância da população retornada na Região Centro*

Ao analisar-se a distribuição por concelhos, observa-se que os maiores quantitativos de retornados permanecem naqueles com características predominantemente urbanas (Fig. 9): Viseu e Coimbra (com máximos de fixação na Região Centro, com mais de 6000 indivíduos), Leiria, Figueira da Foz, Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Águeda, Tondela e Covilhã. Deste modo, é-se, mais uma vez, confrontado com a relação, já expressa, entre o retornado e as oportunidades de emprego, investimento e mercado, salientando-se, no conjunto dos concelhos de maior atracção de retornados na região Centro, os de Viseu e Tondela, em oposição ao concelho de Sátão, distante dos valores encontrados para aqueles. Estas circunstâncias que se manterão ao longo da análise efectuada, são bem a demonstração das disparidades existentes a nível local.

Identifica-se, também, na Região Centro uma subdivisão de orientação Este-Oeste (Fig. 10), visivelmente singular se comparada com outros indicadores já tratados. Na verdade, verifica-se uma divergência que é definida a partir dos

¹ Lembra-se aqui que o valor médio de aumento populacional, para Portugal, foi de 6%.

limites sul dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda (exceptuando o concelho de Sabugal): para norte, obtém-se um valor acrescido e, para sul, verifica-se

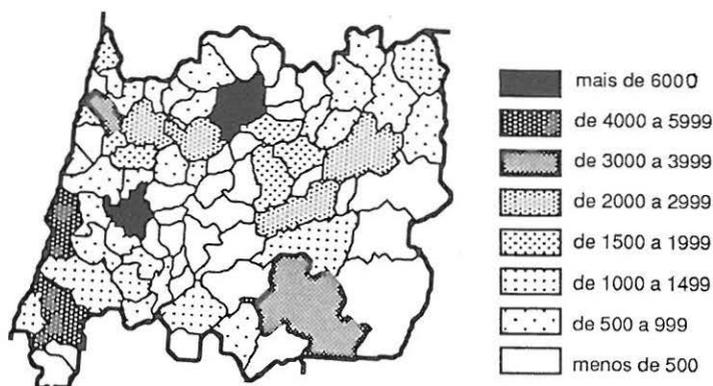


FIG. 9 — Retornados por concelho de fixação na Região Centro.

uma diminuição da importância da população retornada no total de população. A sul daquele limite, apenas Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos e Alvaiá-

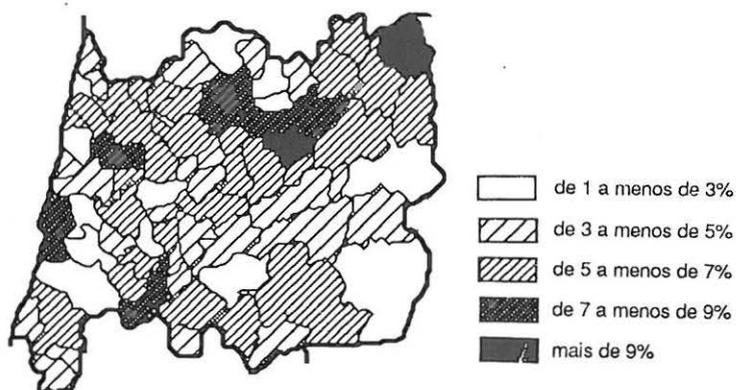


FIG. 10 — Percentagem de retornados na população residente, por concelhos.

zere, apresentam uma taxa de retorno superior a 7%. Em termos médios, enquanto o sector norte se apresenta acima da média nacional (6%) o sector sul mantém-se abaixo deste valor.

Outro indicador utilizado foi o da mobilidade populacional com base na naturalidade do indivíduo e na sua actual residência (Quadro 2), através dos verbetes do recenseamento eleitoral¹.

A quantidade de freguesias a contactar criou algumas dificuldades. Optou-se, por isso mesmo, por fazer o levantamento exaustivo das freguesias que integram as sedes de concelho. Desta forma, a recolha de dados efectuou-se nas freguesias de Coração de Jesus, Santa Maria e São José de Viseu, Sátão e Tondela.

QUADRO 2 — Retornados na população residente (‰) (valores médios)

<i>C. de Jesus</i>	<i>S. Maria</i>	<i>S. José</i>	<i>Sátão</i>	<i>Tondela</i>
10	11,1	8,9	2,4	11

Fonte: Extrapolação feita a partir dos verbetes de Recenseamento Eleitoral nas freguesias sedes de Concelho da Área em Estudo).

Salienta-se, de imediato, o valor da freguesia de Sátão, muito baixo, onde o modo de vida rural é predominante, em oposição aos das restantes quatro freguesias, elevados, onde o modo de vida urbano é dominante, corroborando aquilo que até aqui foi dito.

3.3. O Regresso de emigrantes

O período entre 1955 e 1973, definido aqui por imposição das estatísticas consultadas, possibilita, contudo, levar a análise ao ano em que o XII Recenseamento da População Portuguesa compensa falhas importantes das estatísticas sobre a população regressada, fazendo uma abordagem concelhia exaustiva da população que em 1973 e 1979 se encontrava fora do território português.

As entradas de indivíduos por via marítima representam quantitativos que alcançam expressão máxima nos distritos de Aveiro e Porto, cada um com mais de 4 000 indivíduos regressados, e no de Viseu, com valores superiores a 3 500 indivíduos.

¹ Este tipo de abordagem foi efectuada porque se tornou inviável contabilizar a globalidade da população residente que manteve residência nas Ex-colónias portuguesas. Os verbetes referidos apenas facultam informação sobre o local de residência actual, não constando destes qualquer referência a outras anteriores residências.

Entre 1955 e 1959 o número de regressados definitivos, por via marítima, não ultrapassa, em nenhum distrito, os mil indivíduos. Os distritos do Norte e Centro recebem grandes quantitativos de população, mostrando aí a importância da emigração para o Brasil, mantendo-se um fluxo de regresso contínuo, mesmo em momentos de menor pressão sobre os emigrados nos países de acolhimento. Na realidade a situação sócio-económica brasileira apresenta-se ainda suficientemente atractiva para a imigração e a população portuguesa continua sem uma alternativa que canalize um número importante de migrantes, excepção feita aos Estados Unidos da América. Por isso, os regressos assinalados têm que ser interpretados apenas como o resultado da opção da população que deseja regressar ao seu país de naturalidade, onde mantém grande parte dos seus laços afectivos, não obstante a emigração para o Brasil se caracterizar pela existência de importantes ligações familiares no próprio país de acolhimento.

Entre 1960 e 1964, pode-se identificar o encerramento do ciclo migratório brasileiro coincidente com o período de maior número de regressos. As alterações sócio-económicas que se começam a fazer sentir de forma mais premente no Brasil são responsáveis por estas circunstâncias, embora, como sabemos, o aumento dos fluxos emigratórios com os países europeus sejam também determinantes no encerrar deste ciclo. São ainda os distritos do Norte e Centro que se destacam; são os casos de Aveiro, Porto e Viseu, cada um deles com mais de 1 800 indivíduos regressados, e também de Braga, Lisboa, Viana do Castelo, Vila Real, Coimbra e Guarda, com um número de regressados que se situa entre os 500 e os 1 000 indivíduos.

No período que medeia entre 1965 e 1973, regista-se a diminuição do fluxo de regresso, sintomático do início da estabilização da mobilidade populacional entre Portugal e o Brasil, mais visível entre 1970 e 1973 em que os quantitativos distritais de regressos nunca atingem os 300 indivíduos. A comunidade portuguesa no Brasil não perde a sua importância, pois muitos portugueses optaram pela emigração definitiva, resultando desta decisão a estabilização dos fluxos entre os dois países. Contudo, estes fluxos foram retomados na década de oitenta, em função das importantes convulsões sociais, políticas e económicas, responsáveis pela instabilidade que motivou a reconsideração da decisão anteriormente tomada levando os indivíduos emigrados a um regresso, agora relacionado com causas compulsivas, tal como aconteceu com os alguns dos portugueses regressados da Europa.

Os quantitativos de regresso podem ainda ser mensurados através da interpretação das questões retrospectivas dos X, XI e XII Recenseamentos da População Portuguesa sobre as áreas de residência num dado momento, anteriormente ao próprio censo, verificando-se isso para os anos de 1959, 1965, 1969, 1973

e 1979, elaborada por CÓNIM, Custódio (1983-1984, pp. 73 a 126) a nível distrital.

Os três cartogramas em presença, (Fig. 11) salientam o fenómeno de regresso ligado aos anos de 1960, 1970 e 1981, verificando-se um aumento do número de regressados coincidente com a evolução cronológica.

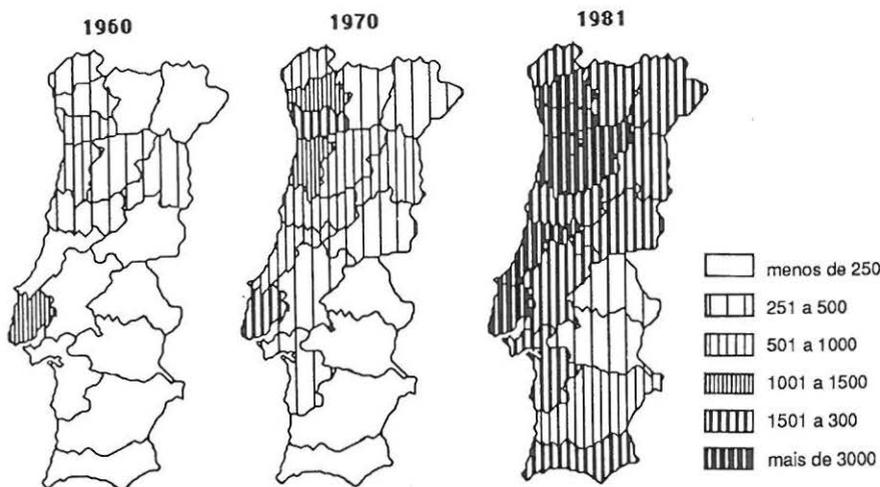


FIG. 11 — Número de regressos entre os anos de 1960, 1970, 1981.

(Fonte: CÓNIM, Custódio — 1986).

Assim, é perfeitamente visível um número de regressos elevado quando fazemos uma comparação com os anos de 1960 e 1981. A nível distrital, Viseu, necessariamente focado de forma especial, apresenta um acréscimo muito expressivo. Na realidade, é o único distrito não litoral que regista valores de regresso superiores a 3 000 indivíduos, facto que permite defender a importância da influência desta população na sociedade viseense. Esta foi já aqui referida e expressa-se na paisagem principalmente através de uma construção inovadora e, por vezes, excessivamente marcante.

3.3.1. *Análise concelhia do regresso*¹

As Figs. 12 e 13 permitem identificar um conjunto de concelhos com um número de regressos muito expressivo. Efectivamente, embora em 1970 o

¹ Houve a preocupação de analisar um conjunto de concelhos intimamente relacionados com a área de estudo, tendo-se utilizado como delimitação o distrito de Viseu e a

concelho de Tondela evidencie um regresso muito baixo (≤ 50 indivíduos), os concelhos de Viseu e Sátão apresentam valores que variam entre os 100 e menores ou iguais a 200 indivíduos, integrando-se numa classe apenas ultrapassada, na Região Centro, pelo concelho de Leiria.

São as sedes de distrito e os concelhos industrializados que atraem os maiores quantitativos de regressados, numa situação de similitude com o que se passou, após 1975, com os retornados das Ex-colónias.

No distrito de Viseu, o número de indivíduos residentes fora de Portugal em 1973, e depois regressados em 1981, distribui-se por uma grande variedade de destinos. Devem assinalar-se, todavia, a França e a Alemanha como os principais países de origem dos regressos efectivados.

Note-se, no entanto que, os concelhos em análise constituem 81.9% do total de emigrantes regressados do distrito de Viseu, correspondendo a área em estudo, parte integrante daqueles, a 35.75% desse mesmo total. Como seria de esperar, o concelho de Viseu contribui com o maior quantitativo de regressos (22.91% do total distrital) devido à sua situação de pólo organizador de todo o distrito, e, até mesmo, de um território mais vasto que abrange áreas dos distritos da Guarda e Coimbra, muito atractivo para a população regressada, embora em menor percentagem do que para a população retornada.

Todavia, os emigrantes regressados de França atingem um elevado número de efectivos em Mortágua, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela e Vila Nova de Paiva (valores superiores a 200 indivíduos). Por outro lado, os emigrantes regressados da Alemanha apresentam uma distribuição concelhia com muito maior amplitude de valores, sendo os concelhos de Tondela, Nelas e Mangualde, para além do de Viseu, os que maior número de regressos exibem. Ainda, referente ao número de indivíduos regressados, verifica-se que Tondela patenteia um quantitativo importante de regressados provenientes do Resto do Mundo (Figs. 4 e 5) como acontece em Viseu. Tal é uma prova evidente da existência de outros destinos preferenciais para além da França, Alemanha, Estados Unidos da América ou Canadá, sendo eles, no caso específico de Tondela, a África do Sul e o Luxemburgo.

A organização relativa dos dados com base nas percentagens obtidas por países de imigração fornece conclusões complementares que há que

Região Centro de Portugal. Tal sobreposição de limites definiu uma área que integra os concelhos de Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela. O interesse da sua utilização resulta da integração dos três concelhos sobre que se efectua este estudo e ainda da possibilidade de comparação com o espaço envolvente que é, consequentemente, caracterizado.

mencionar. No referente aos regressados de França, os concelhos que apresentam maior percentagem são, por ordem de importância, Vila Nova de Paiva,

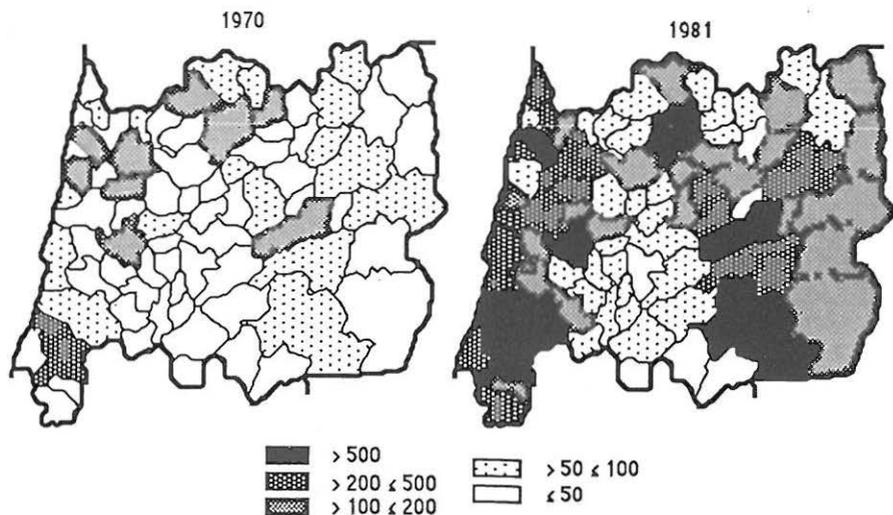


FIG. 12 — Quantitativo de população emigrada que regressou a Portugal (1970 e 1981).

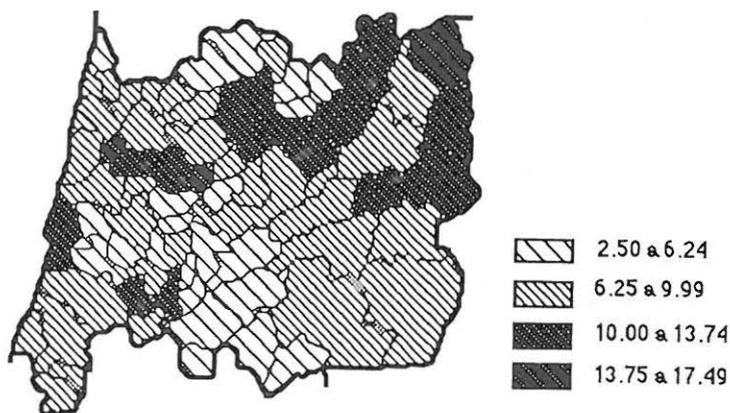


FIG. 13 — População emigrada que regressou a Portugal, relativamente à população residente (1981).

Sátão, São Pedro do Sul, todos a norte de Viseu, concelhos com elevada taxa emigratória, com mais de 60% de regressados provenientes de França, e ainda Mortágua, com 53%. Em comum, nestes concelhos, existe a predominância de uma economia eminentemente agrícola intimamente relacionada primeiro

com a emigração para aquele país e, posteriormente, com um regresso predominantemente efectuado deste país de imigração.

O valor percentual dos regressados da Alemanha não alcança a representatividade dos valores dos emigrantes regressados de França. Os concelhos com maiores quantitativos são os de Nelas, Viseu, Mangualde e Tondela com 55.8%, 47.6%, 39.4% e 38.2%, respectivamente. Os concelhos que recebem o maior número de emigrantes regressados da Alemanha coincidem com aqueles que têm maiores quantitativos de população ligada ao sector secundário ou terciário: Viseu, centro comercial e de serviços e de indústria em fortalecimento; Nelas, centro mineiro e siderúrgico, embora em crise; Mangualde, centro industrial propulsado por uma grande empresa de transformação e montagem de automóveis; e Tondela, com actividades produtivas diversificadas ligadas à produção de galináceos e rações, redes de frio e metalomecânica. Assim, esta diferenciação mostra-se extremamente profícua indicando quais os concelhos que apresentam maior «atraso» — social, cultural e de nível de vida — indissociável do facto desenvolvimento económico, e quais os que se revelam capazes de usufruir das suas potencialidades de desenvolvimento. De qualquer modo, impõe-se salientar que os concelhos definidos como área de incidência preferencial deste estudo, evidenciam uma realidade demográfica, e mais especificamente de mobilidade populacional, extremamente importante, embora, com características díspares, genericamente pelo nível de desenvolvimento e dependência externa dos próprios concelhos.

3.4. Motivações para o regresso

As razões de regresso da população emigrante são variadas. Conforme refere Manuela SILVA *et al* (1984, p. 103) «a plena satisfação dos objectivos económicos apenas é referida por 6% dos inquiridos», correspondendo os restantes 94% a razões que frequentemente redundam nos motivos familiares, embora possam não ser aceites como motivos reais, mas ser apenas uma forma de mascarar razões mais comprometedoras ou embaraçantes (KING, Russell — 1988, p. 88). Na realidade, a divisa dos emigrantes que agora regressam pareceu ser sempre ganhar «o máximo de dinheiro no menor tempo possível» e esse pecúlio serviu primordialmente para construir casa própria ou comprar terras» (EXPRESSO, Revista — 3 de Dez. 1988, p. 6), demonstrando, estes indivíduos, como preocupação fundamental, a formação de uma imagem de sucesso, quantas vezes o factor determinante na opção de regresso definitivo.

As razões de ordem familiar e de ordem económica, estas intimamente associadas ao sucesso da emigração, são preponderantes. Todavia, não se deve refutar um outro grupo de razões, por vezes camuflado, mas significativo «tal

como a diminuição do trabalho extraordinário, num mercado de trabalho em contracção, ou o excesso de familiares dependentes emigrados, ou o *stress* acumulado devido a um trabalho duro e desagradável» (KING, Russell — 1988, p. 86). Portanto, a saturação, onde se podem também integrar as situações de falta de saúde¹, quantas vezes escondendo outros motivos, é também razão de regresso que merece ser sublinhada e expressões como «acabou-se o trabalho», trabalhava muito e ganhava pouco», «em Portugal podia trabalhar melhor», confirmam um certo enfado e «aparecem como racionalização de um sentimento subjectivo da vontade de regressar» (ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz — 1988, p. 60).

Mas, para além das razões focadas, e para além da discussão, já aprofundada, da opção pelos subsídios de regresso, «a razão específica mais importante para o regresso é o problema da educação das crianças»² (KING, Russell — 1988, p. 87). De facto, a segunda geração, assunto também já aqui abordado, constitui um factor determinante no comportamento e, por vezes, no sucesso da própria emigração. Este grupo geracional dá azo a um conjunto de circunstâncias que redundam num regresso antecipado. Não há o total aproveitamento da mão-de-obra familiar ou perspectiva-se a divisão da família com os problemas que isso acarreta. O momento crucial deste conflito de interesses é a idade de integração das crianças nos programas de ensino básico, frequentemente um momento de separação familiar ou de regresso, definitivo ou não, do agregado familiar ou da mãe e filhos a Portugal.

A alteração da conjuntura da década de sessenta e início de setenta originou o movimento de regresso de um quantitativo importante de portugueses emigrados ao longo do último quinquénio dos anos setenta e início dos de oitenta, muito inferior, contudo, ao número daqueles que saíram de Portugal em anos anteriores. Os factores atractivos dos países de imigração mantêm-se suficientemente fortes para reter grande quantidade de emigrantes através de uma confortável situação económica, do rendimento elevado, da integração social alcançada e de um nível de vida substancialmente superior ao que possuíam em Portugal.

De acordo como as estimativas feitas para a população retornada até ao ano de 1990, aponta-se para quantitativos que, entre 1971 e 1990, variam entre os 36.200 (SILVA, M.) e os 44.800 indivíduos (DELORME, J.) de regressos

¹ Intimamente relacionado com a questão da saúde aparecem os acidentes de trabalho, compensados com indemnizações monetárias, e as reformas, de igual modo representativos de um atribuição monetária que, contudo, permite um regresso definitivo ao país de emigração.

² Embora a citação transcrita seja feita numa obra que faz uma análise do regresso em Itália, a sua aplicabilidade à situação portuguesa é evidente, como se pode constatar pelas respostas da população regressada que foi interpelada.

anuais. Mas, estes números mostram-se excessivamente elevados. Com efeito, o Recenseamento de 1981 apresenta 701 582 indivíduos regressados do estrangeiro, depois de 1973. Tendo em consideração os 505.078 retornados das Ex-colónias, o número de regressados cifra-se em 196.504. A comparação dos dados em conferência permite-nos observar uma discrepância assinalável: enquanto Manuela SILVA (1984) apresenta um valor de 297.600, com um valor anual médio de 42.514 indivíduos regressados, o Recenseamento de 1981 oferece um quantitativo de 28.072 regressos por ano. A diferença anual de 14.442 regressados é suficientemente expressiva para se poder afirmar que os dados prospectivos alcançados pecam por excesso, embora a re-emigração não se encontre contabilizada.

3.4.1. *Os países de destino*

A população regressada que investiu sugere outro tipo de ordenamento, em termos de importância quantitativa, relativamente aos totais dos contingentes por áreas de destino. Os regressados da Europa têm uma menor importância no investimento do que a população regressada do Brasil e do que a retornada das Ex-colónias. Assim, e com base no levantamento efectuado nos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu, verifica-se uma distribuição de investidores por área de destino da emigração (Quadro 3).

A maioria dos investidores são retornados de Angola (27.59%) e Moçambique (16.90%) e concentram-se especialmente em Tondela e Viseu. Seguem-se-lhe os regressados de França (15.52%), estes instalados sobretudo no concelho de Sátão. Os regressados do Brasil (12.41%) procuram, quase exclusivamente, o concelho de Viseu, enquanto os regressados da

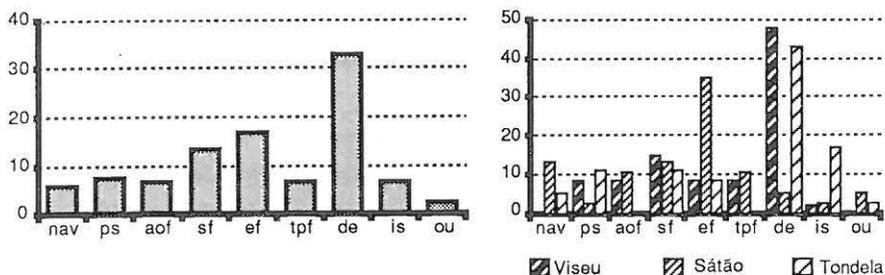
QUADRO 3 — Distribuição por áreas de destino da população retornada e regressada que efectuou um investimento produtivo

	<i>Sátão</i>	<i>Tondela</i>	<i>Viseu</i>	<i>Total</i>
Alemanha	10	2	9	21
Angola	3	33	44	80
Brasil	2	5	29	36
França	38	1	6	45
Moçambique	2	26	21	49
África	2	11	2	15
Europa	5	6	5	16
Ex-colónias		7	7	
Outros Dest.	2		6	8

Alemanha (7.24%), com importantes contingentes de emigrantes nos concelhos de Tondela e Viseu, não se apresentam como grandes investidores.

3.4.2. Razões de regresso

Decorrentes de uma situação de desgaste, do desafogo económico que finalmente se alcança ou de situações compulsivas, as motivações ao regresso impõem-se como condicionantes da própria actividade dos indivíduos envolvidos no movimento (Fig. 14), resultando, desta forma, em factor de mobilidade geográfica e profissional.



Legenda: **nav** — não se adaptou à vida de lá, **ps** — problemas de saúde e acidentes e trabalho, **aof** — alcançou objectivo financeiro, **sf** — saudades da família, **ef** — educação dos filhos, **tpf** — trabalho mais favorável em Portugal, **de** — descolonização, **is** — instabilidade social, **ou** — outros motivos.

FIG. 14 — Razões de regresso apontadas pela população inquirida.

As situações de regresso compulsivo ou retorno caracterizam-se pela sua ligação a uma maior mobilidade profissional, originando esta um acréscimo considerável da mobilidade geográfica, que, todavia, se impõe, só por si, pelo facto de a instabilidade sócio-económica e a dificuldade de integração serem responsáveis pela procura de mercados de trabalho numa área bastante ampla, com a possibilidade de surgirem oportunidades de emprego a distâncias consideráveis do ponto de fixação inicial.

As condições de trabalho e a tentativa de maximização dos rendimentos desencadeiam situações de grande pressão sobre o emigrante, que vê a sua vontade de regressar estimulada também pelo carácter intermitente das suas relações de amizade e, por vezes mesmo, por um certo isolamento que o próprio emigrante provoca com vista à prossecução dos objectivos que se comprometeu a alcançar: ganhar o máximo de dinheiro no mínimo tempo possível. A amplitude deste isolamento pode ser verificada pela comparação da integração dos emigrantes em associações de âmbito variado enquanto no país receptor e depois do seu regresso.

3.5. Percurso sócio-económico dos emigrantes

3.5.1. *O percurso de vida afecto ao ciclo emigratório*

Conforme referido, a emigração portuguesa envolve, ao longo do século XX, quatro períodos bem delineados: um primeiro, até ao início da década de cinquenta; um segundo, de transição, durante a década de cinquenta e princípio da de sessenta; um terceiro, de 1963-1964 a 1974-1975; e um quarto, que se demarca desde 1975 até aos nossos dias. Esta delimitação de períodos comprova o, já citado, carácter cíclico da emigração, e definido matematicamente por NAYADE, Anido e FREIRE, Rubens (1976), segundo os quais, os movimentos de entradas e saídas alternam a sua importância em função de factores internos e externos aos países de fornecimento e acolhimento da mão-de-obra¹. A determinação destes períodos torna-se pertinente, já que os diferentes ciclos se caracterizam por períodos diversos de estadia em terras estrangeiras. Assim, enquanto o ciclo transoceânico corresponde ao encerramento da experiência emigratória vivida durante vinte e mais anos que culmina com a situação de reforma, o ciclo intraeuropeu caracteriza-se por um período de estadia no estrangeiro que raramente alcança os 20 anos e que, usualmente, varia entre os 8 e os 15 anos consoante os diferentes autores que se ocupam do tema. Entretanto, o período de transição, resultante de uma sobreposição de ciclos, corresponde a uma situação intermédia diferenciada e difícil de delimitar.

Após 1975, o tempo de estadia no estrangeiro é relegado para um segundo plano e adquirem especial importância os problemas de regresso, retorno e integração. Todavia, é visível uma miscelânea de influências e é muito variado o tempo de permanência da população emigrada nos diversos países de acolhimento. Do Brasil regressam alguns daqueles que aí tinham decidido radicar-se e também um número importante de emigrantes jovens que para lá se tinham deslocado, seguindo os passos de familiares já instalados nesse país. Enquanto os primeiros podem ter estadias que ultrapassam os 30 anos, os segundos, tendo emigrado ao longo da década de sessenta e setenta, regressam após dez a quinze anos de permanência no Brasil. Por outro lado, surge a população retornada de África, com períodos de permanência neste continente que ultrapassam frequentemente os 20 anos, e ainda os regressados da Europa. Estes assumem-se muitas vezes como emigrantes temporários e, como tal, os seus períodos de estadia no estrangeiro são inferiores a um ano, embora

¹ A referência à população emigrada como sendo mão-de-obra pretende representar a importância do factor económico nas emigrações, entendidas como fenómeno cíclico.

os emigrantes permanentes, em muito menor número que entre 1964 e 1975, se integrem no esquema normal da emigração do período anterior, pressupondo-se, por isso, tempos de estadia no estrangeiro que variam entre os 8 e os 15 anos. Contudo, diferentes países de destino e diferentes ciclos emigratórios correspondem a tempos de estadia também diferentes.

Procurou-se estabelecer um trajecto geográfico-espacial do universo em estudo através da relação de respostas especificamente cronológicas: o ano de partida para o estrangeiro, o ano de regresso e o ano de formação da firma que permitiram definir a idade de partida e a idade de chegada, o tempo de estadia no país receptor e a maior ou menor relação cronológica entre o regresso ou retorno e a criação de um empreendimento por conta própria (Fig. 15). Desde logo se constata a existência de uma emigração de jovens adultos ou jovens, cuja idade ao regressarem geralmente leva a uma diminuição da relação de substituição da população activa¹, mas aumenta o valor da taxa de actividade geral.

A globalidade dos inquiridos apresenta como valor médio para o ano de nascimento, 1941. Em função deste valor, identificam-se dois grupos distintos: por um lado, os provenientes de Angola e Moçambique, nascidos em 1937 e 1938, respectivamente; por outro lado, todos os restantes, variando a data do seu nascimento, entre 1944 e 1945. Excepcionalmente, a França apresenta 1949 como ano médio de nascimento dos emigrantes regressados.

A relação entre estes valores e os anos de partida de Portugal Continental evidencia claramente a mesma diferenciação: Angola e Moçambique, com anos de partida situados na década de cinquenta (1957, 1956), distinguem-se do Brasil, país receptor dos nossos emigrantes no início da década de sessenta (1962), e da França, Alemanha e Outros Destinos, procurados no final da década de sessenta e início da de setenta (1969, 1971, 1968).

O tempo médio de estadia (Fig. 16) é também variável como o país de destino. Identificam-se, de novo, dois grupos, agora diferentemente compostos. Angola, Moçambique e Brasil apresentam valores muito próximos entre si (24, 21 e 20 anos), enquanto o mesmo sucede com a França a Alemanha e Outros Destinos (11, 15 e 13 anos).

¹ Tal situação acontece também relativamente à população retornada das Ex-colónias. Relativamente à população activa, há uma diminuição da relação de substituição, visto que, se não se tivesse concretizado o retorno, o seu valor seria de 1.29 e com o retorno esse valor é de 1.03 (PIRES, R. Pena et al. — 1987, pp. 104). Todavia, as circunstâncias positivas suplantam a negatividade do anterior valor. Na realidade, verifica-se um aumento da taxa de actividade potencial e uma diminuição do coeficiente de dependência e do índice de envelhecimento, factores demográficos positivos, perante uma análise das potencialidades populacionais no seu contributo para o desenvolvimento económico de um espaço.

Os destinos Angola e Moçambique individualizam-se claramente: o ano de partida é anterior ao fluxo emigratório intraeuropeu e coincide com o fluxo transoceânico de que esses países fazem parte. A idade de partida dos que para aí se dirigem é bastante reduzida, pois ronda os 19 anos, o que é indicador de

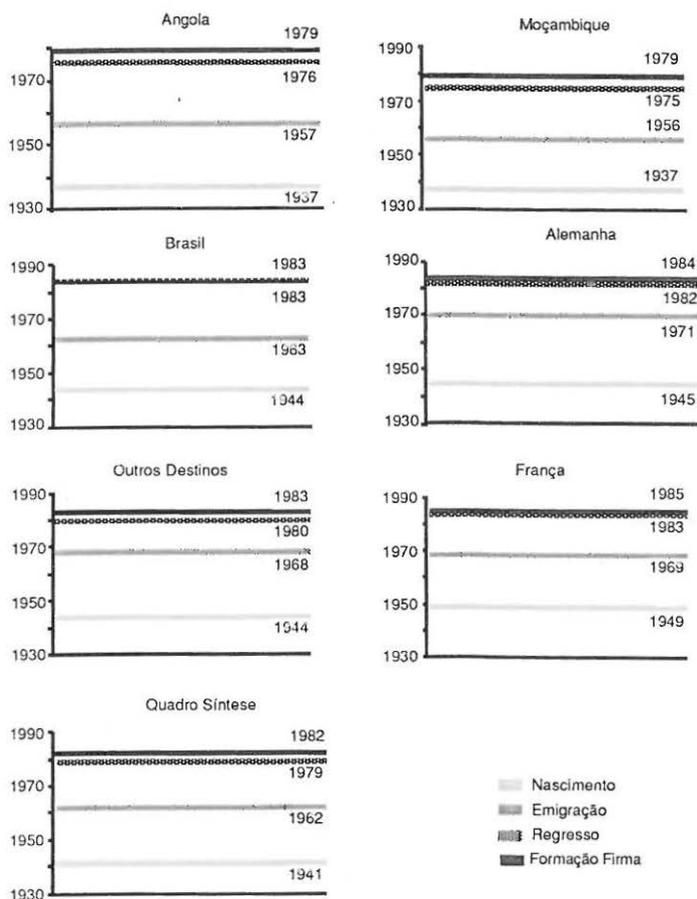


FIG. 15 — Percurso de vida da população emigrada (valores médios).

um grande número de partidas de população muito jovem, (normalmente integrada numa emigração familiar e numa posição de descendência). Apesar do carácter compulsivo do regresso, o período de estadia é superior à de qualquer um dos outros diferentes destinos individualizados. Desta forma, os 22 anos de estadia média seriam mais alargados, caso não se tivessem exercidos as pressões sociais e políticas que caracterizam a segunda metade da década de setenta

nesses territórios. Pode afirmar-se, pois, que, embora a maior parte da população retornada afirmasse a sua vontade de regressar, um dia, definitivamente, a Portugal, a sua integração, os investimentos efectuados e as relações estabelecidas, eram indícios claros da intenção de «imigração» definitiva».

Por outro lado, o Brasil apresenta uma posição intermédia no conjunto dos destinos individualizados, em termos de idade média de partida, ano médio de partida, tempo médio de estadia e ano médio de regresso. Todavia, as características individualizadoras não coincidem com as que usualmente são associadas à emigração para o Brasil. Tem-se a impressão de estar, quanto ao conjunto dos inquiridos regressados do Brasil, perante uma segunda vaga de

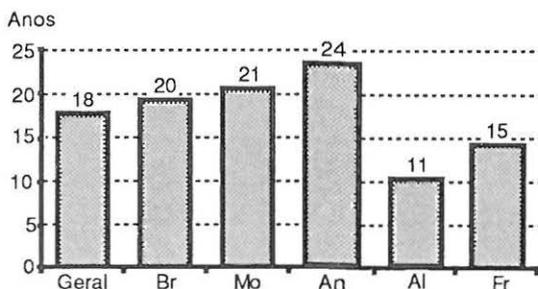


FIG. 16 — Tempo médio de estadia no país de destino.

emigração posterior àquela onde se registaram maiores quantitativos e que abrange os anos de partida situados entre o final da Segunda Guerra Mundial e o final da década de cinquenta. Os inquiridos constituem uma segunda geração de emigrantes, ligada por laços familiares a uma primeira geração e que teve o seu período de estada perturbado também pela instabilidade social e pelos problemas políticos que afectaram o Brasil durante a década de oitenta. Tal análise permite afirmar que são os emigrantes regressados mais jovens que apresentam maior propensão ao investimento.

Finalmente, a França, a Alemanha e Outros Destinos agrupam-se também, formando um conjunto em que tanto o ano de nascimento, como o ano de partida, assim como o ano de regresso, são posteriores aos dos anteriormente referidos. Estas circunstâncias dependem directamente das características da emigração efectuada para aqueles países. Só após 1964 se criam canais legais de emigração e isso explica o facto de os anos médios de partida serem, neste caso, 1968, 1969 e 1971, assim com a menor duração do período de estada. A situação da Alemanha é paradigmática e é o resultado das políticas de imigração deste país. A idade superior (26 anos) é consequência do grau de especialização exigido à mão-de-obra requisitada, o período médio de

estada de onze anos depende de um curto período de abertura de emigração legal, que foi especialmente breve na Alemanha — dez anos apenas, entre 1965 e 1975. A situação francesa é idêntica, embora com parâmetros cronológicos ligeiramente mais alargados, especialmente pela importância de que se revestiu a emigração clandestina, responsável pela ampliação dos períodos legais de permanência no estrangeiro.

3.5.2. *Situação perante a actividade económica*

A população a trabalhar por conta de outrem é muito importante, mas em alguns ramos de actividade, a população que trabalha por conta própria é, também muito significativa. Em alguns casos, os retornados funcionaram, e funcionam, mesmo, como empregadores, fomentando um aumento das ofertas de emprego nas suas áreas de fixação.

O inquérito realizado incidiu sobre as suas actividades profissionais de uma forma mais ou menos exaustiva e permitiu evidenciar grandes disparidades entre os dois grupos em análise, os regressados e os retornados. Os emigrantes regressados apresentam uma mobilidade profissional assinalável. Um número importante de situações de assalariado permanente e emprego familiar, com ou sem vencimento, antes da emigração, é continuada por um número, também importante, de indivíduos em situação de assalariados, embora abrangendo um leque mais vasto de actividade e diminuem substancialmente os quantitativos daqueles que se dedicam à agricultura. A construção civil, a metalomecânica e os serviços são ramos de actividade a que a população emigrada na Europa se dedica em maior número. Por outro lado, a emigração transoceânica abarca uma maior variedade de actividades. Se a emigração europeia raramente permite ascender a situações de liderança profissional, pelo contrário, a imigração transoceânica, frequentemente, está na origem de actividades por conta própria. Esta circunstância está intimamente conectada às características do país de destino, aos ciclos emigratórios, temporalmente desfasados, e às próprias motivações do emigrado¹. As diferenciações podem também relacionar-se com a fase de desenvolvimento em que o país de destino se encontra. Realmente, os mecanismos de troca capitalistas, como já aqui foi referido, são o principal propulsores da mobilidade internacional da mão-de-obra. Ora, a Europa, fazendo parte do conjunto de países capitalistas mais desenvolvidos, à população emigrada

¹ Enquanto o emigrante que teve como destino a Europa tem como intuito principal num futuro, relativamente próximo, o regresso a Portugal, no emigrante que partiu para terras americanas esse intuito está muito mais esbatido e, por vezes mesmo, prevalece a ideia de se radicar definitivamente no país de acolhimento.

reserva os trabalhos menos remunerados. Ao invés, impõe o salvaguardar das actividades melhor remuneradas e mais prestigiantes para a população autotone. Por outro lado, os emigrantes para a América do Sul e África tinha possibilidade de uma integração diferente nos respectivos mercados de trabalho. Contudo, e em particular a América do Sul apresenta uma situação de crescimento que obriga, em períodos da sua história recente, a tomada de medidas restrictivas que visam a entrada de activos especializados ou potenciais investidores¹. Daí que as diferenciações surjam ampliadas pelos próprios poderes instituídos, promotores da satisfação das necessidades nos domínios económico e social, e que, para isso, utilizam os meios ao seu alcance, nem sempre coincidentes com os interesses dos países fornecedores de mão-de-obra.

Pelo conjunto de questões levantadas, torna-se pertinente avaliar qual a situação dos emigrantes perante a actividade económica e organizar essa apreciação sob a forma de evolução temporal. O ponto de referência desta evolução sofre uma bifurcação imediatamente após o momento de partida. Efectivamente, se uma parte dos emigrantes consegue uma carta de trabalho que posteriormente lhe faculta o acesso a uma carta de residência e a regalias sociais imediatas, outra parte, não menos importante, dessa população vê-se confrontada com a necessidade de efectuar a sua saída através de processos ilegais ou para-legais, individualmente ou através da contratação dos serviços dos «engajadores». Os indivíduos saídos clandestinamente do país vão ser alvo de pressões, acrescidas que se manifestam importantes tanto na procura de emprego como nas condições oferecidas pelo contratador. Convém, contudo, não esquecer que o facto de a família ou amigos se encontrarem já emigrados e estabelecidos, pode determinar de forma decisiva uma evolução diversificada da situação perante a actividade económica. Esta diferenciação assinalável no momento da partida de Portugal, com grandes repercussões na integração do indivíduo na sociedade adoptiva, foi não raramente ultrapassada com alterações frequentes da situação de ilegalidade na sequência de acordos entre os governos do país de acolhimento e do país de origem².

Após o regresso, o emigrante assume a maioria das vezes, perante a actividade económica, uma posição diversa daquela que ocupava antes da partida

¹ O Brasil restringiu as entradas de portugueses que tinham como único produto de oferta a sua força de trabalho, visto que tal circunstância apenas provocava o aumento do número de desempregados, já extremamente elevado.

² A legalização da situação do emigrante perante a autoridade em questão não representa uma alteração substancial do seu modo de vida. O seu desejo de regresso à sociedade que o viu partir, agora com as marcas de um sucesso que ele se preocupa em fazer notar, levam-no a sofrer grandes privações para poder amealhar os francos ou os marcos desejados no mais curto período de tempo possível.

e também daquela que tinha enquanto se manteve emigrado. Tal alteração é um factor de desenvolvimento que deve ser explorado. Muitos dos emigrantes regressados tornam-se proprietários e passam a viver de investimentos vários, muitas vezes não directamente produtivos, feitos enquanto emigrados. Outros assumem-se como investidores produtivos e contribuem de forma importante para o crescimento da sua terra. Mas para além do investimento ser ou não produtivo, a verdade é que contribuem com o seu novo modo de vida, aprendido enquanto emigrantes, para novas ofertas de bens e serviços em comunidades que delas careciam.

A leitura dos dados do inquérito permite constatar que (Fig. 17) praticamente 50% dos inquiridos declaram trabalhar por conta de outrém antes da sua emigração. A este valor podemos ainda acrescentar 22.35% de indivíduos sem ocupação¹, 2.35% que trabalham em empresas familiares sem remuneração e 15.29% que exercem a sua actividade profissional em empresas individuais com remuneração. Apenas 10.59% da população regressada ou retornada inquirida declara trabalhar por conta própria no momento anterior à sua partida para o exterior. Podemos, então, concluir que a criação de autonomia profissional exerceu uma influência decisiva nesta população, particularmente pelo facto de ter concretizado um investimento produtivo. Este investimento, embora em alguns casos, efectuado enquanto ainda no estrangeiro, foi feito, na sua quase totalidade, após o regresso.

De forma similar, a mesma relação (trabalhador por conta própria-trabalhador por conta de outrém) num primeiro momento de integração profissional da população emigrada no país de destino, apresenta uma variação com diminuição da população a trabalhar por conta própria (9,30%), como seria de esperar². Para este valor colaboraram de modo significativo, os emigrantes que se deslocaram para o Brasil e Angola (Fig. 17) estimulados nesse trajecto pelo que poderiam beneficiar por parte da família³ já instalada. Por outro lado, o grande quantitativo de trabalhadores por conta de outrém resulta do impacto da integração numa sociedade desconhecida ou mal conhecida e da falta de capital para um investimento imediato. Todavia, o período de estadia no estrangeiro vem alterar substancialmente esta situação. Num segundo período,

¹ Este valor é directamente dependente do facto de a legislação portuguesa ter impedido a saída de alguns grupos profissionais, provocando um aumento considerável daqueles que não declararam exercer qualquer tipo de profissão.

² Relembre-se que o inquérito foi efectuado aos regressados e retornados que, após o regresso, investiram de forma produtiva.

³ Referem-se a laços directos, particularmente aos pais que, tendo a sua vida já estruturado no país de destino, lhes facilitaram a imediata integração na actividade económica por conta própria, através da sua associação a uma firma já existente.

é possível verificar que o número de emigrantes a trabalharem por conta própria ascende já a 59.18% (Fig. 17), evidenciando-se desta forma uma tendência que se viria a reflectir na sua atitude perante a actividade económica depois do regresso ou do retorno.

A amplitude e importância deste fenómeno variam consideravelmente de acordo com a área de destino. Enquanto a Alemanha e a França patenteam

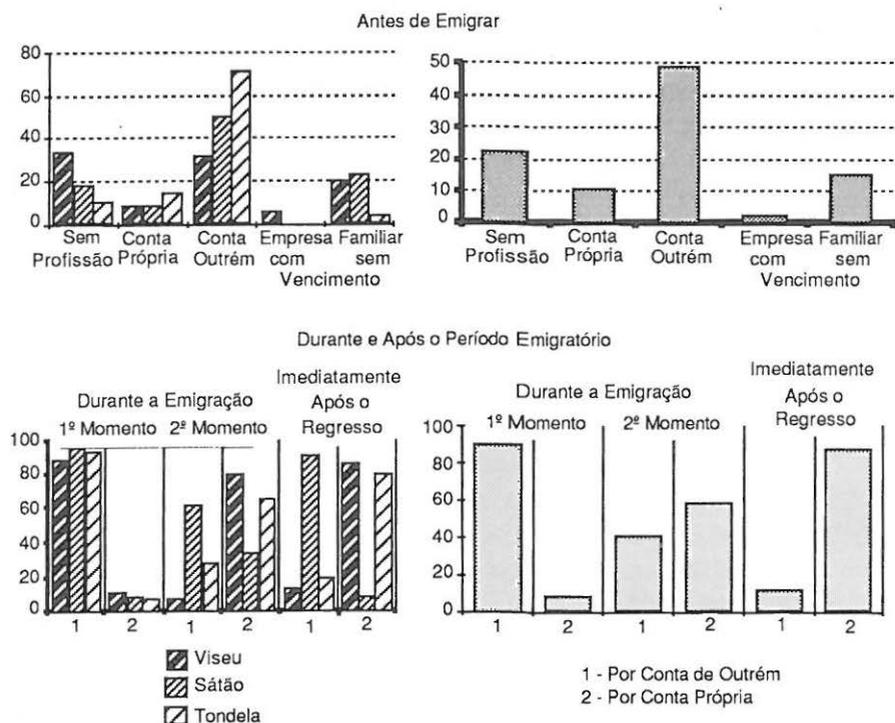


FIG. 17 — Situação perante a actividade económica ao longo do ciclo emigratório.

os valores mínimos de investimento produtivo fora de Portugal, apenas verificável na construção civil ou nos serviços, Angola e Moçambique evidenciam uma situação diversa que abrange a quase globalidade dos inquiridos, correspondendo os trabalhadores por conta de outrém a indivíduos que estavam integrados no funcionalismo público, em empresas públicas, geralmente ligadas aos transportes, ou em forças paramilitares.

O período imediatamente após o regresso ou o retorno corresponde a nova redução da população a trabalhar por conta de outrém. Aliás, essa redução atinge de imediato a globalidade dos inquiridos retornados de África, porque

uma parte importante da população retornada se viu despojada dos seus bens e não possuía, então, um capital de maneio que lhe permitisse a formação de empresa por conta própria. Contrariamente, todos os restantes regressados optam por não trabalharem por conta de outrém, mesmo durante o período que medeou entre o regresso e o investimento produtivo. Optando, neste caso pela dedicação a actividade agrícolas, basicamente de subsistência, ou pela dependência dos rendimentos auferidos anteriormente.

A análise concelhia da área em estudo reflecte a dominância de diferentes áreas de destino de emigração da população agora regressada. Durante a emigração, num primeiro momento de integração profissional, a realidade das populações emigrantes inquiridas dos três concelhos, embora com destinos dominantes muito diferentes, é bastante aproximada. Todavia, enquanto no estrangeiro, começam-se a fazer sentir modificações importantes. Enquanto a população do concelho de Viseu reduz drasticamente o número de indivíduos a trabalhar por conta de outrém, acompanhada de perto, nesta evolução, pela população de Tondela, no concelho de Sátão mantém-se a predominância da população a trabalhar por conta de outrém (66.37% contra 33.33%).

3.5.3. *Trajectos de integração*

As adversidades com que se defrontaram os portugueses retornados concentram-se num período muito restrito de tempo. Efectivamente, em 1974 e 1979, Portugal vê-se confrontado com uma considerável variedade de situações, provocando mudanças sociais, económicas e culturais. Recorde-se: o 25 de Abril de 1974; o retorno de meio milhão de portugueses das Ex-colónias; o regresso de milhares de portugueses emigrantes europeus; a perda de um mercado de trabalho, especialmente importante porque factor moderador de desemprego e motivador de melhoria de nível de vida; a diminuição de remessas de emigrantes, responsáveis, antes de 1974, por uma parte importante das divisas da balança de pagamentos portuguesa.

Apesar das dificuldades referidas, as estratégias de integração, obtiveram um grande sucesso. Para tal, contribuiu de modo decisivo o posicionamento social e a conduta da população residente: a facilidade de relacionamento e a sua notável capacidade de adaptação facilitaram o enquadramento dos novos efectivos populacionais, ultrapassando as perspectivas mais optimistas. No entanto, há também que ter em consideração a forma como os retornados, por sua vez, se adaptaram às realidades do país, instalando-se «nas regiões do país onde viviam as suas famílias e/ou onde mais facilmente conseguiriam obter emprego», (PIRES, R. Pena *et al.* — 1987, p. 23), o que tornou mais rápido e natural o relacionamento com o meio em que se pretendiam integrar. Também

a opção, de grande número, pelo investimento, produtivo ou não, é, hoje, factor de desenvolvimento, especialmente importante em todo o processo de integração. Este processo foi ainda facilitado pelo facto de um quantitativo importante de retornados serem da primeira geração de emigrantes.

Neste processo de integração, ao número de emigrantes retornados da primeira geração, torna-se necessário adicionar os de segunda geração. Na realidade, o número de casais que partiram sem filhos ou com filhos muito jovens e que regressaram com uma família mais alargada foi um dos elementos diferenciadores entre o contingente de indivíduos que partiram e o contingente de indivíduos que regressaram. Naturalmente, para essa diferenciação contribuiu o facto de grande parte dos retornados terem partido em idade muito jovem.

Este sub-grupo, constituído pelos emigrantes de segunda geração e também perfeitamente identificável nos regressados da Europa, parece não ter suscitado os problemas de integração que envolveram a segunda geração de emigrantes regressados. Nas circunstâncias que motivaram o retorno daqueles predominam factores atractivos em relação ao território de Portugal Continental. De salientar uma mesma língua-mãe; uma maior identidade entre o contexto sócio-cultural encontrado em Portugal e aquele conhecido em África; uma situação económica extremamente instável, motivadora de menor mobilidade¹; um corte completo de relações com o local de emigração (as Ex-colónias portuguesas em África); a deterioração de um nível vida geralmente elevado e a instabilidade sócio-económica nas Ex-colónias e em Portugal com a consequente intensificação de um sentimento de união familiar.

Ainda factor de integração foi, directa e indirectamente, o nível cultural da população retornada. Com escolaridade, por vezes superior à básica, e com diversos cursos de formação, estes emigrantes enquadram-se rapidamente em actividades diversas, determinando, o seu entusiasmo profissional, situações de liderança e investimento a que a população residente se mostra mais indiferente.

Para além de criarem os seus próprios postos de trabalho (prolongamento de uma forma de vida mantida durante anos em terras de África e, quantas vezes, única forma de se integrarem na população activa), muitos dos indivíduos retornados vêm, numa segunda fase, e na sequência dos investimentos efectuados,

¹ De referir que a mobilidade da segunda geração de emigrantes europeus advém de um estatuto económico muito favorável, que permite opções específicas no que diz respeito ao modo de vida e local de residência.

a criar postos de trabalho para a restante população. Desta forma, e devido ao desenvolvimento promovido por alguns desses investimentos produtivos, os retornados funcionaram, e funcionam ainda hoje, como actores catalizadores de actividades económicas, esbatendo algumas desigualdades locais de desenvolvimento. Investindo na instalação do café, da mercearia, do mini-mercado, mas apostando também na indústria transformadora, criam, em áreas deprimidas, os empreendimentos que despertaram o interesse do próprio poder central, alertando as entidades competentes para a necessidade de investimento em infraestruturas, na formação específica de mão-de-obra, na criação de serviços de apoio ao investimento e à indústria.

Esta maneira de estar, em termos de localização do investimento, pouco teve a ver, pelo menos numa primeira fase, com a actuação dos grandes centros decisórios de poder, núcleos de instituição bancárias e financeiras, responsáveis por um intervencionismo espacialmente diferenciado do Estado, com a sobrevalorização das ajudas a áreas centrais, num país onde a descentralização peca por desconexa e dependente. Efectivamente, o principal apelo, em termos de localização do investimento dos emigrantes, vem das afinidades afectivas estabelecidas com determinados espaços.

A influência do grupo em questão é de tal forma marcante, que o próprio nível de vida das populações residentes se altera sensivelmente: novos hábitos, novos consumos, novas atitudes se impõem pela acção do *modus vivendi* da população retornada, embora também seja considerável a influência da população regressada dos países europeus de imigração¹.

O fenómeno do retorno deve também ser encarado como um conjunto de trajectos que se inscrevem de forma diversa no percurso desta população. Os relatos pormenorizados que se seguem apresentam situações particulares, elucidativas das dificuldades e capacidades experimentadas e revelam a importância dos ciclos individuais por si só e como partes integrantes de ciclos colectivos.

3.5.3.1. *O sucesso: relato de três casos*

A orientação genérica deste trabalho, exclusivamente dedicado à população portuguesa que se encontrou, num dado momento da sua vida, num outro país de acolhimento, ou num outro território que fazia parte do nosso país, concretiza-se numa seriação que elege como objectivo de análise os que optaram pelo investimento, produtivo ou, de alguma forma, dependente da procura.

¹ Saliente-se, de novo, que essa influência é especialmente importante nos meios rurais, enquanto a dos retornados se faz sentir mais declaradamente nos meios urbanos, áreas preferenciais de implantação.

Deste modo, dificilmente se integraram aqui referências a situações particulares de insucesso. Por isso mesmo, os relatos apresentados correspondem a percursos biográficos onde a integração, mais ou menos difícil, resultou em investimentos bem sucedidos. Assim, embora de forma abreviada, torna-se pertinente narrar a história de alguns dos indivíduos simultaneamente sujeito e objecto de uma integração bem sucedida.

1.º Caso — Cidadão embarcado, chega a Luanda em 1950. Até 1967 trabalhou com a família como empregado comercial numa casa de modas e confecções, montando, posteriormente, um negócio por conta própria, dentro do mesmo ramo de actividade. Estabelece-se em Luanda e mantém importantes ligações com Benguela onde veio também a investir, sempre dentro do mesmo ramo, criando uma rede de estabelecimentos. Os rendimentos assim obtidos são transformados em novos investimentos, o que explica a inexistência de remessas de dinheiro, embora, os motivos sejam de ordem diversa. Enquanto empresário, participa regularmente em cursos de formação e reciclagem, necessários para o crescimento da firma que gere. Em 1974, imediatamente antes da independência de Angola, desloca-se a Portugal, pela primeira vez num período de 24 anos, sendo as ligações familiares da esposa decisivas para a escolha da área de acolhimento — a cidade de Viseu. Contudo, regressa de novo a Angola e é aí que, de 1974 a 1981, continua a viver, deslocando-se todos os anos a Portugal. O seu intuito é de reinstalar-se definitivamente em Angola, caso a situação neste país se encaminhe para uma solução pacífica. Entretanto, em 1975, informado do trespasse de uma casa comercial (pastelaria e cafetaria), resolve adquirir o estabelecimento, organizando assim a vida da sua família em Portugal. Em 1981, resolve estabelecer-se definitivamente no seu país de origem.

O seu regresso definitivo coincide com a compra parcial de um imóvel localizado na contiguidade do estabelecimento adquirido em 1975, e que instalava uma firma de comercialização de electrodomésticos. A expansão iniciada com este trespasse vai permitir-lhe, anos mais tarde, implantar-se num ramo de tão grande concorrência como o é o da comercialização de electrodomésticos. Com um capital social de apenas 3.300 contos, em 1981, e com apenas dois assalariados, depois do trespasse, de imediato o número destes passou a seis. O ano de 1982 corresponde ao duplicar do número de assalariados que, em 1989, atinge os 55, sendo 20% deles provenientes das Ex-colónias. No mesmo ano, o capital social é já de 65.000 contos.

Os 120 m² originais de implantação da firma rapidamente se mostram insuficientes para o crescimento que registava. Assim, e perante a possibilidade de concessão da distribuição de gás de uma grande firma de carburantes a partir de Viseu para todo o distrito, para o distrito da Guarda e ainda para

alguns concelhos de Aveiro e Coimbra, viu-se a empresa na necessidade de ampliar as suas instalações¹. A solução encontrada foi a integração num espaço que embora «não beneficiar das infra-estruturas adequadas», é uma das Áreas Industriais da cidade de Viseu. Em 1984, foi então adquirida, em Mundão, uma área com 4 000 m², que serve, ainda hoje, de entreposto de gás e de armazém de electrodomésticos, com uma rede de distribuição e assistência que abrange os distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Guarda, Aveiro, Coimbra e Viseu, principalmente para os produtos de uma importante marca de electrodomésticos da linha branca. No Norte, apenas a área do Porto não é abrangida, embora esteja dentro dos planos da firma instalar uma sucursal nesta cidade. Como a concorrência é muito forte, torna-se imperiosa a existência de um espaço físico de suporte para penetração no mercado.

Depois de 1984, este indivíduo volta a ampliar as suas instalações comerciais com a abertura de duas lojas que cobrem uma área de 500 m². A empresa tem actualmente quadros qualificados, muitos destes formados através da própria empresa, que leva a cabo uma política de reciclagem e participação em cursos de aprendizagem e formação subsidiados pelas próprias marcas concessionadas. Informatizada e executando uma importante política de marketing², afirma faz também uso da sua própria frota de viaturas e máquinas.

Conforme o próprio refere, entre 1981 e 1989, os seus empreendimentos atravessam um período de acentuado dinamismo. Hoje, está perfeitamente integrado na sua sociedade adoptiva, apesar de inicialmente se ter deparado com alguns obstáculos decorrentes da sua «situação de retornado». Julga-se receptivo a novas ideias e pressente grandes dificuldades a curto prazo, devido à adesão plena de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Adoptou, contudo, desde já, uma estratégia que lhe permite encarar esse momento de forma mais tranquila. Para além de se encontrar em negociações com um grupo espanhol de comercialização de electrodomésticos disposto a integrar a firma no seu grupo por 1.500.000 contos, parece ser viável a criação de um Grupo de Empresas de Comercialização Grossista de Electrodomésticos que incluiria, para além da sua empresa, outras três grandes empresas de comercialização de electrodomésticos: uma do Porto, uma de Espinho e uma outra da Figueira da Foz. Está também nos seus projectos investir, a curto ou médio prazo,

¹ A implantação de um entreposto de distribuição de gás necessita de responder a determinados requisitos de segurança. Tal facto implica o afastamento de aglomerados populacionais, mas obriga também à construção um certo número de infra-estruturas que as entidades responsáveis nem sempre implementam.

² De realçar que possui, ainda na mesma rua, um imóvel em que 150 m² são utilizados permanente e exclusivamente como espaço de exposição e experimentação para o público.

na indústria de fabricação de electrodomésticos, mais concretamente de arcas frigoríficas.

A experiência de vida acima transcrita não corresponde, porém, a uma situação normativa, no que diz respeito à população portuguesa retornada das Ex-colónias. O regresso foi, para muitos, particularmente penoso, tanto mais que a população atingida gozava já de um estatuto e nível de vida relativamente elevados. Assim, a degradação desse nível de vida, a perda de uma situação sócio-profissional estável, a integração numa sociedade, que embora globalmente receptiva, se expressou muitas vezes de forma negativa perante a sua chegada, e a perda da maioria dos seus bens formaram um conjunto de circunstâncias que submeteram a população retornada a tensões diversas.

2.º Caso — Cidadão residente no concelho de Viseu antes da sua partida de Portugal, possuindo o 1.º grau de escolaridade (4.ª classe), iniciou, aos 11 anos, a sua actividade profissional numa oficina de automóveis onde adquiriu os conhecimentos que vão ser fundamentais para a sua futura vida profissional. Em 1956, com vinte anos, foi integrado nos contingentes de tropas enviadas para a, então, província de Moçambique. Colocado na região de Lourenço Marques foi integrado nas oficinas, obtendo assim formação de mecânico, especializando-se no arranjo de máquinas de grandes dimensões (camiões, máquinas de terraplanagem, máquinas agrícolas). Concluído o período de prestação do serviço militar, resolveu estabelecer-se em Moçambique. O facto de ter, neste território, família já radicada que o ajuda a encontrar emprego, influiu, de modo determinante, na sua decisão. Passou, então, a fazer parte do operariado de uma grande empresa, a Companhia Nacional do Algodão, pertencente ao grande grupo do Entreposto Comercial. Nesta empresa, proprietária de grande quantidade de maquinaria agrícola pesada, frequentou cursos de especialização Caterpillar.

Entretanto, conseguiu economizar o capital necessário para comprar uma fazenda. Assim, não abandonando a sua actividade industrial, passou a dedicar-se também à actividade agrícola, esta por conta própria. Simultaneamente, investe também num estabelecimento comercial onde vende produtos variados, de cuja gerência encarregou a família.

A independência de Moçambique provocou a sua partida precipitada para a Rodésia (actual Zimbabué) vindo, posteriormente, a deslocar-se para Portugal, deixando para trás todos os bens materiais.

A sua chegada ao Continente, em 1975, levou-o até à terra natal, onde a família o acolheu, sem, porém, deixar de sentir, quer o custo da integração social, quer a falta de emprego. Durante mais de um ano, efectuou toda a espécie de trabalhos, mas, como não conseguiu encontrar um emprego que lhe garantisse a estabilidade desejada, resolveu emigrar. Durante três anos, permaneceu

na Venezuela adquirindo aí o capital necessário para reorganizar a sua vida. Depois de regressado instalou, em 1981, uma casa comercial em Abraveses. Vocacionado para a mecânica, o seu estabelecimento funciona inicialmente como oficina; no entanto, ao verificar que os estabelecimentos comerciais dedicados à venda, a retalho, de travões, praticamente não existiam, envereda pela comercialização e reparação de toda a gama de travões.

A expansão da empresa coloca-lhe problemas de localização, vindo, em 1985, a mudar as suas instalações para um local mais acessível, central em relação ao perímetro urbano. Inicia então uma nova fase de expansão da empresa comprando maquinaria para montagem e arranjo de toda a espécie de travões, discos, calços.

3.º Caso — Cidadão com o curso Comercial e Industrial, o seu espírito ambicioso e aventureiro fizeram-no partir, em 1966, com 18 anos, para Angola, onde efectuou o seu serviço militar, na cidade de Nova Lisboa, veio, contudo, a fixar-se posteriormente em Luanda.

Integrou-se aí numa empresa de moldes para a indústria dos plásticos, onde atingiu a situação de encarregado de produção. Na sequência da ampliação da empresa, com integração desta pela Cervejeira Cuca, um dos grandes grupos económicos de Angola, veio a participar em cursos de gestão de stocks e de produção. Como encarregado da referida empresa, desloca-se à Europa — Espanha e Itália — para proceder à compra de máquinas que inovariam os processos de produção. São estas as suas duas únicas viagens à Europa, já que não se deslocou nenhuma vez a Portugal. Ainda durante o período em que se manteve em Angola, estabeleceu-se por conta própria, no mesmo ramo de fabricação, empregando apenas seis operários.

O ano de 1975, data da independência de Angola, foi também o de regresso a Portugal, ficando para trás um «ótimo nível de vida». Tendo partido para África com a intenção de regressar a Portugal mais tarde, após a reforma, o seu sucesso em terras angolanas fizera-o rever a sua posição e colocar a hipótese de se radicar definitivamente na, então, província de Angola. Acaba por abandonar este território, compelido pelas circunstâncias sócio-económicas e políticas que aí se viviam, conseguindo trazer consigo três máquinas da sua fábrica que vão assegurar o seu sustento nos primeiros meses após o retorno.

Em 1976, constitui, na freguesia de Rio de Loba (do concelho de Viseu, na safda desta cidade para Mangualde), uma firma de metalomecânica que, em 1977, é transformada em sociedade por quotas. Para tal recorreu a um empréstimo de 3 000 contos concedido pelo IARN. A firma tem como produção principal inicial as máquinas de produção de blocos de cimento para a construção civil, que permitiram a expansão da empresa, num período em que, em Portugal, o bloco de cimento se impunha na construção civil. Entretanto, a par deste

investimento, participa como sócio numa empresa de moldes de plástico, ao lado de ex-colaboradores de Angola e aproveitando os conhecimentos aí adquiridos. No entanto, os factores de produção não se apresentam favoráveis, especialmente no que diz respeito à mão-de-obra especializada na região de Viseu, e tal facto leva a empresa a deslocar-se para o Porto. Opta, então, por renunciar à sua participação, numa altura em que aquela já tinha o seu mercado assegurado.

A partir do ano de 1977 e até 1981, a empresa metalomecânica desenvolve-se e ganha um mercado próprio, oferecendo, agora, não apenas máquinas para fabricação de blocos mas, também, implementando a construção de guias, que passa a constituir a prioridade da produção da fábrica. Entre 1982 e 1985, a empresa atravessa um período de estagnação e declínio, devido à política de retenção económica que então domina o país. A fábrica vê-se obrigada a diversificar a sua produção e passa a colocar no mercado estruturas metálicas, coberturas e portas rolantes, assim como autobetoneiras e centrais de betão. Enquanto, entre 1982 e 1985, os rendimentos alcançam os 80.000 contos aproximadamente, em 1986 a facturação alcança os 180.000 contos, em 1987, os 230.000 contos, em 1988, os 360.000 contos, em 1989, os 600.000 contos e a previsão para 1990 é de 1.000.000 de contos.

Este estado de crescimento levou à expansão física da empresa e a diversificação de produção obrigou à formação de empresas especializadas, física, financeira e juridicamente autónomas¹, sendo o nosso interlocutor, actualmente, sócio maioritário de cinco empresas em expansão, todas no ramo da metalomecânica. É, também, um dos principais constituintes de uma sociedade anónima (uma empresa para galvanização a quente e tratamento de metais) que arrancará proximamente, com 15% de capitais espanhóis.

Actualmente desempenha sobretudo funções administrativas, participando em cursos financeiros, administrativos e técnicos (curso de hidráulica pneumática).

A situação económica confortável da empresa é comprovada pelo interesse manifestado por ela pela maior empresa francesa de máquinas para a construção civil. A oferta de compra apresentada por esta foi recusada e tal facto desviou o interesse da firma francesa para a maior empresa portuguesa de máquinas para a construção civil. Este interesse concretizou-se na sua compra efectiva e a empresa cujo percurso se historia é, actualmente, a maior empresa de máquinas para a construção civil exclusivamente portuguesa. Todavia, o inquirido não tem qualquer receio de abrir a empresa ao capital estrangeiro, pois está convicto de que «não há possibilidade de, sozinhos, fazemos o que compete a muitos».

¹ Este empreendimento teve do Sistema de Incentivos de Base Regional uma atribuição, a fundo perdido, de 21.000 contos.

Actualmente, esta empresa estende-se por uma superfície de 4 000 m², e ocupa-se essencialmente da produção de guias (90%); as suas produções secundárias são as cofragens, andaimes e máquinas para blocos. O mercado é essencialmente nacional, sendo de salientar os mercados regionais de Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Leiria e Viseu, para onde se efectuam vendas quer a distribuidores, quer a empreiteiros. Cerca de 36% da produção é lançada no mercado internacional: 33% são enviados para Espanha e o restante, para Angola, recebendo este país sobretudo máquinas para fabricação de blocos. O transporte dos produtos é feito por uma frota própria da empresa, já que este necessita também de características especiais.

Empreendendo uma política de expansão (como forma de salvaguardar os interesses no mercado espanhol e para rendibilizar a distância-custo), a empresa encontra-se em fase de abertura de uma linha de montagem de guias em Granada, sul de Espanha.

A política social da empresa merece também atenção: fazem parte dos seus quadros uma Assistente Social e uma advogada e todos os 100 empregados têm direito a refeições gratuitas. Em termos técnicos, a empresa leva a cabo também uma política de ampliação e crescimento, tanto em termos de capital fixo, como de capital humano com a contratação de engenheiros e gestores.

As empresas de que é sócio inserem-se todas na área da metalomecânica, como foi dito, embora com produções diversificadas. Uma das empresas, especializada em estruturas metálicas, coberturas e portas rolantes, dedica-se à metalomecânica para a construção civil. Está integrada no parque industrial de Coimbrões e encontra-se em laboração plena com 33 operários. Se bem que formada a partir da empresa-mãe, é hoje perfeitamente autónoma. Outra empresa, também metalomecânica, é um empreendimento mais recente. Dedicar-se à construção de autobetoneiras e centrais de betão e integra-se num outro parque industrial (Mundão) da cidade de Viseu. Actualmente com sete operários, encontra-se a empresa a recrutar pessoal, devendo o seu quantitativo, a curto prazo, atingir as 17 pessoas. Uma quarta empresa, também de indústria metalomecânica, executa, como produção principal, pavilhões industriais e está localizada ainda, conjuntamente com a empresa-mãe, na freguesia de Rio de Loba. O sucesso notório, da produção de pavilhões industriais necessitou de uma atenção e investimento especiais, o que empresarialmente resultou na sua independência jurídica e financeira. Presentemente, ocupa 9 operários, mas dentro de alguns meses terá cerca de 20, respondendo assim às necessidades do mercado. A quinta empresa funciona em sistema de subcontratação, relativamente à empresa-mãe e representa o aproveitamento de 5 000 m² de terreno equipado, no parque industrial de Coimbrões. Permitirá à empresa prin-

cipal funcionar como linha de montagem, enquanto aquela se dedicará a segmentos de produção. De momento com 10 operários, integrará posteriormente um total de 35. Para finalizar, refira-se ainda que a empresa virá a constituir-se como sociedade anónima. Empregará 50 operários e abrangerá um ramo de mercado ainda sem concorrência na região — a galvanização de produtos para a indústria metalomecânica.

A capacidade e determinação do empresário inquirido, ficaram bem expostas: industrial muito activo, nas suas empresas tem 158 trabalhadores e, em 1990, esse número deverá rondar os 204.

O conjunto de relatos aqui apresentados, embora descrevam situações particulares, caracterizam o percurso de uma parte da população retornada. Os casos de insucesso são também, obviamente, numerosos, mas bem menos perceptíveis, porque geralmente olvidados, camuflados ou simplesmente impossíveis de materializar.

3.5.3.2. *O insucesso do ciclo migratório*

Ao contrário do que se observa relativamente aos retornados, as situações após o regresso dos emigrantes a Portugal são bem mais frequentes. As razões de ordem económica e pessoal são as grandes responsáveis por uma integração sócio-económica mal sucedida. O desemprego e a inexistência de trabalho a tempo inteiro precipitam o regresso em circunstâncias pouco abonatórias para o emigrante, quando confrontado com os inúmeros casos de sucesso de indivíduos seus conterrâneos.

Como se pode depreender, o insucesso do regresso está intimamente relacionado com o insucesso do período emigratório. Tanto mais que, sendo a emigração portuguesa eminentemente económica, o confronto com barreiras que obstam ao consumo de um objectivo económico, tido como adquirido em função da imagem de sucesso de amigos e conhecidos emigrados, mostra-se especialmente penoso.

Para além das motivações económicas, outros motivos, os pessoais, se encontram na base deste insucesso. Na realidade, o período de estadia é, por vezes, encurtado por razões várias, não económicas, que, contudo, projectam no emigrante regressado um mal-estar oriundo do facto de não ter alcançado o seu objectivo, estando este intimamente dependente da cultura, da formação, da experiência e das aspirações do português regressado. Os problemas de saúde ocupam aqui um lugar destacado, quer digam respeito ao agregado familiar, quer ao chefe de família, pois funcionam como limitadores do período emigratório, com as repercussões económicas que isso implica. Obviamente, os acidentes de trabalho determinam uma grande percentagem deste tipo de

regressos. Subjacente a estas razões está sempre o comprometimento do sucesso material: é o que se constata, também do relato de Michel POINARD (1983, p. 279) quando apresenta a situação particular de um emigrante em França que afirmava que «'quando olhava pela janela do meu prédio, não via um metro quadrado que me pertencesse' e, com o agravamento da crise, o fim das horas extraordinárias e o desemprego do filho mais velho, a família já não conseguia economizar».

A consciencialização das situações de insucesso com que o emigrante se deparava no país de acolhimento e que se repercutem no país de naturalidade, conjuntamente com a intenção, normalmente presente, de regresso, justificou, como foi referido já no primeiro capítulo deste trabalho, a frequência com que os portugueses fizeram uso da «ajuda ao retorno». Embora grande número dos portugueses que beneficiou desta medida se encontrasse em circunstâncias favoráveis, não é menos verdade que uma parte dos regressos com «ajuda ao retorno» dissimula insucessos emigratórios. No entanto, de uma forma generalizada, o impacto do comportamento do emigrante revela-se extremamente positivo, exercendo uma clara influência na melhoria do nível de vida das populações onde se reintegram.

A integração profissional dos emigrantes regressados é extremamente importante como propulsora do desenvolvimento de áreas periféricas. É o que acontece nos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu. Todavia, o processo de integração só se efectiva quando o emigrante regressado se insere na rede de relações sócio-culturais do espaço de fixação, quer este seja de naturalidade, quer seja de adopção. Efectivamente, «a questão de saber até que ponto o emigrante poderá ser agente económico (...) raramente se concretiza, a não ser em termos estritamente sociais e culturais» (ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz *et al* — 1988, p. 93). Contudo, na área de estudo, o concelho de Sátão é um exemplo esclarecedor da forma como o emigrante pode empreender iniciativas propícias ao desenvolvimento, embora os projectos individuais se apresentem dominantes. As carências avolumam-se de tal forma, que o impacto do regresso dos emigrantes, das remessas, do investimento produtivo e do investimento não produtivo (habitação, artefactos de apoio à vida diária, máquinas agrícolas) apresentam uma importância que se reflecte na vida social e económica de toda a população.

Refira-se, porém, que «os principais benefícios económicos, de acordo com eles, são experimentados pelos próprios emigrantes e pelas suas famílias». Outros benefícios nacionais, indirectos, podem ser devidos ao fluxo de entrada de remessas» (KING, Russell, 1986, p. 27), embora, a nível local, os pequenos e médios investimentos se mostrem especialmente importantes no aproveitamento das potencialidades locais e regionais.

A reinserção do emigrante depara-se com diversas dificuldades que se inscrevem em três grandes grupos: as de âmbito económico («fraco rendimento», «investimento de poupanças»), as de âmbito social («adaptação social», «adaptação à vida familiar», «educação dos filhos») e as de âmbito administrativo-profissional («excessiva burocracia», «formação profissional», «falta de informação»).

A conjugação destes grandes grupos define os motivos económicos como predominantes (Quadro 4), resultando da predominância do investimento da população retornada.

QUADRO 4 — Dificuldades de reinserção

Económicas	41.03 %
Administrativo-profissionais	20.51 %
Sociais	38.46 %

Uma análise mais detalhada permite verificar que a maioria dos inquiridos (Quadro 5) refere a existência de dificuldade várias (67.86%); aí têm, sem dúvida, grande significado os retornados das Ex-colónias. De facto, os regressados da Alemanha e de França são os que referem o menor número de dificuldades: para além do facto de o regresso não ter sido compulsivo, aponte-se, também, como justificação, o facto de a maioria dos inquiridos provenientes daqueles destinos se ter fixado em espaços rurais (85%) apresentar também fortes ligações (afectivas, sociais e materiais) ao local onde se fixaram.

QUADRO 5 — Dificuldades sentidas pelos emigrantes após o regresso, por países de destino da emigração

	<i>Alemanha</i>	<i>Angola</i>	<i>Brasil</i>	<i>França</i>	<i>Moçambique</i>
Dificuldades	66.67 %	21.62 %	40.00 %	14.29 %	12.90 %

Considerando a totalidade dos inquiridos, constata-se que as dificuldades mais vezes referidas são as de «fraco rendimento» (24.42%) (Fig. 18) e as de «adaptação social» (25.58%), este último tipo integrando as questões resultantes da fixação espacial do indivíduo e das relações com a população residente. Todavia, motivos como as «dificuldades de investimento» e a «excessiva burocracia» são também referidos, evidenciando-se, por um lado, a instabilidade sócio-profissional de uma parte importante dos inquiridos e, por outro lado, a deficiente adaptação das instituições oficiais, nacionais, regionais e locais,

às necessidades desta população. Com efeito, os trâmites legais a ultrapassar, a falta de acompanhamento ao investimento e ao crescimento industrial, insuficientemente apoiados, nomeadamente através do negligenciar de uma política de organização efectiva de parques industriais, são alguns dos exemplos a citar.

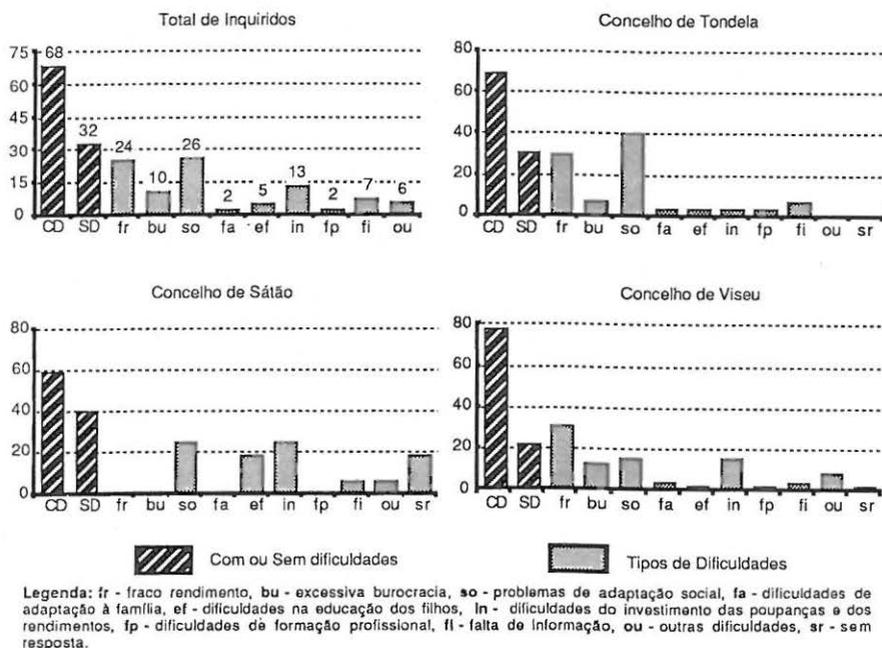


FIG. 18 — Dificuldades de reinserção da população inquirida, por concelhos.

O «fraco rendimento» é referido, quase exclusivamente, pelos retornados, porém, a «dificuldade de adaptação social» é apontada indiferenciadamente por retornados e regressados, o que se torna muito significativo. As dificuldades de integração social ficaram a dever-se a barreiras reais criadas pelos autóctones, como forma de expressarem a sua desvantagem económica perante os recém-chegados (regressados inclusivé). Mas, estas decorrem também de uma percepção ampliada das manifestações dos autóctones por parte de alguns dos emigrantes que, por vezes, fazem uma leitura pouco clara da realidade. A generalização de atitudes individuais, por vezes existentes já antes da emigração, parece-nos um bom exemplo, dependente da forma como o indivíduo encara a sua própria integração, criando ou diluindo, ele mesmo, os obstáculos surgidos. Na realidade, o sucesso da reintegração da população emigrante é um

exemplo da capacidade de adaptação, não só dos regressados e retornados, mas também dos autóctones; daí que os problemas que surgem neste campo devam ser definidos no âmbito das relações individuais e do carácter dos diferentes indivíduos.

A área de estudo permite definir espaços predominantemente urbanos e espaços predominantemente rurais. O concelho de Viseu, e fundamentalmente a área de incidência dos inquiridos, é um espaço predominantemente urbano, enquanto os concelhos de Sátão e Tondela podem ser classificados como predominantemente rurais.

Em qualquer dos casos, as dificuldades de investimento são referidas como importantes (Fig. 48). As diferenças são evidentes quando se analisa o rendimento e a adaptação social. Enquanto o «fraco rendimento» se impõe como resposta modal no espaço urbano, a «adaptação social» impõe-se como tal nos espaços predominantemente rurais. Também a «educação dos filhos» é apontada como dificuldade principal no concelho de Sátão, possivelmente dependente do facto de as infraestruturas de ensino serem deficientes relativamente ao concelho de Viseu, expressando-se desta forma o grau de ruralidade, mas também devido à maioria dos inquiridos serem regressados da Europa. Por outro lado, a burocracia parece ser mais importante nos espaços urbanos relativamente ao espaço rural, dependendo, aqui, de motivos indirectos relacionados com o tipo de investimento efectuado. O concelho de Viseu apresenta as empresas que, quer por informação do investidor, quer pelo ramo de investimento e volume de vendas da firma, maior número de solicitações requer às instituições responsáveis pelo andamento dos processos. O espaço rural é, ao contrário, detentor de menor informação, devido ao distanciamento das instituições a que está sujeito, mas que é ultrapassável, e em virtude da maior indiferença relativamente aos processos de financiamento, ajudas monetárias, isenções fiscais e ajudas comunitárias ao investimento. Trata-se, em suma, de uma menor preocupação na obtenção dessa informação, expressa no menor número de referências a esse tipo de dificuldade.

III — O REGRESSO E OS DINAMISMOS LOCAIS DA INTEGRAÇÃO

1. EMIGRAÇÃO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL?

A emigração, embora motivadora do decréscimo das densidades populacionais e de modificações nefastas na estrutura etária das populações, merece ser também salientada como factor de desenvolvimento. A discussão é, efectivamente, de abordagem forçosamente pontual e, por exemplo, quando se afirma que «ela ajuda o processo de crescimento económico pela transferência de trabalhadores do sector agrícola, menos produtivo, para o moderno sector industrial» (WOODS, Robert — 1982, p. 131), esta circunstância nem sempre estrutura um cenário satisfatório nos países fornecedores de mão-de-obra. A transferência não se efectua directamente e a diminuição do peso do sector primário corresponde à perda de um número importante de activos, como se verificou na área de estudo e, de uma maneira geral, em Portugal. Por outro lado, «funciona como mecanismo de modernização social através da difusão de inovações, alteração das atitudes e pela criação de expectativas» (WOODS, Robert — 1982, p. 131). Todavia, a modernização não é nem evidente nem implícita. O emigrante raramente aplica no seu país de origem os conhecimentos que adquire no país receptor. Primeiramente, porque o investimento é por vezes incompatível, relativamente às capacidades financeiras do emigrante; em segundo lugar, se o investimento é empreendido, existindo a hipótese dessa aplicação, a falta de apoios técnicos, administrativos e financeiros são um travão evidente. Mas, mais importante ainda é o tipo de integração no tecido produtivo do país receptor. Na realidade, a maioria dos emigrantes portugueses coloca-se, perante a actividade económica, de uma forma que não lhes permite adquirir os conhecimentos suficientes, teóricos ou práticos, para após o regresso, se lançarem num investimento produtivo dentro do ramo em que se integraram no país de destino. Os conhecimentos, a nível industrial, são, na maioria dos casos, parcelares, visto que o emigrante funciona como mais um elo na cadeia do processo produtivo. A expansão da inovação faz-se sentir de forma mais fácil na agricultura, dada a possibilidade da introdução de pequenas transformações numa actividade geralmente bem conhecida da população emigrada portuguesa. Mas tudo isto depende, em última análise, da formação e da informação do próprio indivíduo, da capacidade de assimilação da actividade desempenhada e das experiências vividas. A atitude individualista que caracterizou o emi-

grante à partida, e que é mantida enquanto emigrado, não desaparece após o seu regresso (note-se que outras opções viáveis não aparecem facilmente) e tal atitude não funciona de forma benéfica na sociedade onde o emigrante se insere, sendo mesmo revitalizadora de obstáculos a um processo de modernização. Entre outras razões, «o migrante não partiu para contestar um sistema económico e social que o explorava, mas sim para se tornar, dentro desse sistema, num membro mais eminente» (POINARD, M.; ROUX, M. — 1977, p. 58).

Para além deste facto, há que dar saliência ao sector primário, em função do seu significado na economia dos concelhos de Sátão, Tondela e Viseu e em todo o interior do território de Portugal Continental. Nos espaços rurais, surgem problemas relacionados com o «reforço das desigualdades regionais, a ponto de a longo prazo, se reflectir negativamente no desenvolvimento do país. Assim, e sem transição, estas regiões passaram de uma economia tradicional de base rural e artesanal, à regressão e à desertificação» (POINARD, M. — 1977, p. 55) durante o período emigratório. É, por isso, pertinente ter em atenção a mobilidade espacial da população regressada e retornada.

1.1. Consequências espaciais da emigração

As transformações desencadeadas pela emigração não se limitam aos aspectos económicos, mas determinam também quer a mobilidade profissional quer a mobilidade espacial.

A abordagem feita à mobilidade geográfica assentou metodologicamente na procura de relações (salientar sistematicamente as alterações de localização do emigrante), centrando-se a análise no período em que se verificou a interrupção de residência do indivíduo no território nacional.

Com efeito, a existência de factores que interferem no comportamento dos emigrantes orienta a sua mobilidade em função dos lugares onde já haviam estabelecido relações de residência ou permanência. Esta vinculação a um lugar pode ser de tal forma intensa que restringe a mobilidade geográfica da população emigrante, em Portugal Continental (Fig. 19).

Dos emigrantes inquiridos, os que evidenciam menor mobilidade são os regressados de África, com 83.3%. Todavia, em todos os destinos se encontram indivíduos cuja mobilidade foi nula: Europa (60%), Alemanha (28.6%), Moçambique (21.1%), França (20%), Outros Destinos (20%), Angola (11.5%) e Brasil (10%). Do total de inquiridos, 23.86% têm, hoje, residência na freguesia onde nasceram, tal como acontecia antes da emigração, após o regresso e, ainda, no local de investimento. Este facto revela uma ligação muito forte relativamente à freguesia de naturalidade e expressa mapas mentais que permanecem bastante restritos, apesar do processo migratório.

São os retornados de Angola e os regressados do Brasil que apresentam uma maior mobilidade, sintoma de um processo de escolha mais cuidado na preparação do seu investimento e de campos de informação mais amplos, tanto uns como outros dando prioridade ao espaço urbano como área de investimento originando, esta opção, a própria mobilidade geográfica referida.

1.1.1. *Mobilidade espacial e local de naturalidade*

A emigração exerce, também, modificações entre a freguesia de naturalidade e as freguesias de residência (Fig. 19).

Estas relações identificaram dois grupos: um em que há maiores alterações relativamente à freguesia de residência antes da emigração, constituído pela Alemanha e pela França; e um outro onde há maiores alterações relativamente à freguesia de residência após o regresso — trata-se de Angola, Brasil, Moçambique, África, Europa e Outros Destinos. Estes agrupamentos permitem extrair duas ilações principais: o segundo grupo apresenta uma grande estabilidade antes da emigração que, todavia, é substancialmente alterada depois do regresso, fundamentalmente em Angola e no Brasil apresentando-se a emigração com efeito amplificador da mobilidade; o primeiro grupo apresenta uma aproximação à freguesia de naturalidade após o regresso, não funcionando a emigração como ampliadora da mobilidade interna. A explicação deste comportamento tem a ver com a necessidade de dissociação da mobilidade em duas vertentes distintas; uma migração interna, coincidente com o fenómeno de êxodo rural, de que a emigração constitui o ponto máximo; e o alcançar de uma boa parte dos objectivos financeiros propostos, o que leva os emigrantes a procurar aqueles que melhor podem testemunhar o seu sucesso, orientando, portanto, a sua vida para a sua área de naturalidade.

1.1.2. *Mobilidade residência antes da emigração*

Salienta-se uma predominância das alterações entre a residência antes da emigração e o local de investimento relativamente às duas outras relações em gráfico (Fig. 19). A residência anterior à emigração parece não ter exercido grande influência sobre o local de investimento: é bem visível a preponderância das alterações sobre a conservação da mesma localização, com 60.23 % dos inquiridos a dissociar a instalação do seu investimento da área de residência antes da emigração.

Conjugando este facto com a relação entre a residência antes e após a emigração, cujos valores são inferiores (45.45 % de alterações de localização), mas também bastante expressivos, podemos concluir que o fenómeno migratório teve

uma importância declarada na mobilidade geográfica da população inquirida, embora, e fundamentalmente os regressados da França e da Alemanha, apresentem essa mobilidade no seio de um mesmo concelho, de freguesia para fre-

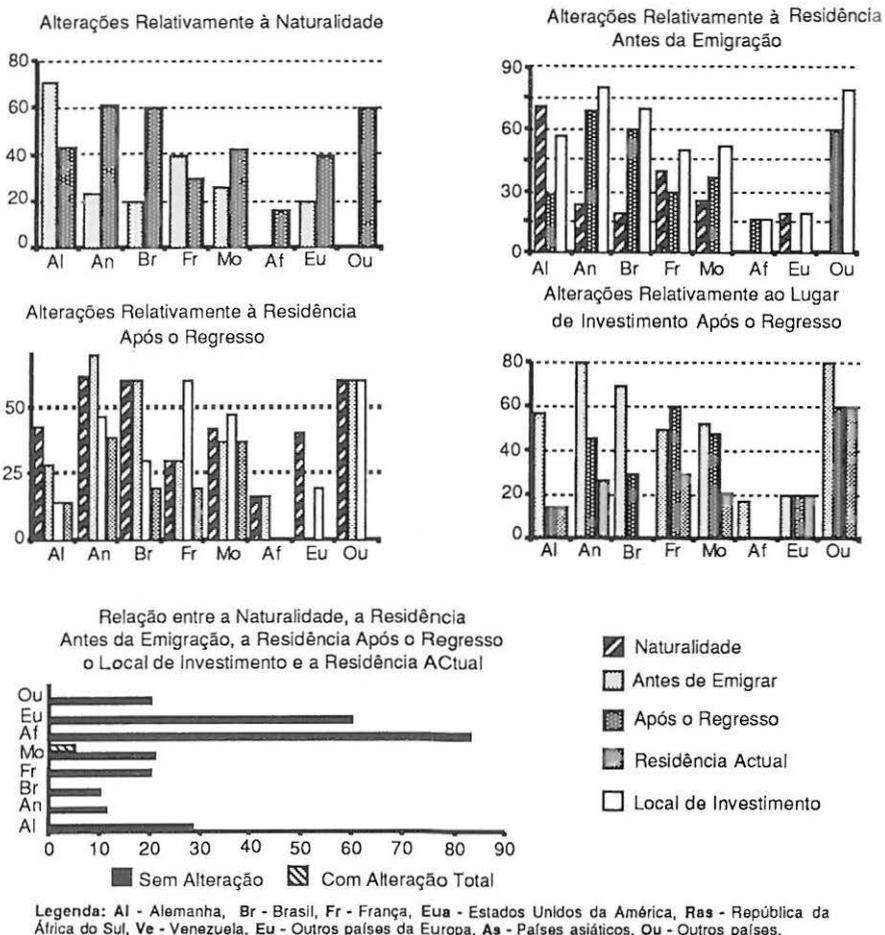


FIG. 19 — Mobilidade espacial da população emigrada.

(Fonte: Inquérito).

guesia, aproximando-se da sede concelhia. São os regressados da Europa, da Alemanha, da França e de África que apresentam menores relações na localização da residência antes e após a emigração em contraponto com os máximos registados para Angola, Brasil, Moçambique e Outros Destinos. Os destinos são agregados por maiores e menores predisposições ao regresso,

coincidindo, estes últimos, com os maiores períodos de estadia fora de Portugal (ver Fig. 16).

De novo se verifica que quanto maior for o tempo médio de ausência (física e psicológica) em relação à região de residência antes da emigração, fundamentalmente pela opção por uma integração mais efectiva nas sociedades receptoras, maiores são as alterações verificadas em termos de variações de localização, contribuindo para o aumento da mobilidade espacial dos emigrantes regressados.

1.1.3. *Mobilidade residencial após o regresso*

Como seria de esperar, a generalidade dos emigrantes apresenta as alterações residenciais após o regresso mais significativas em relação ao período anterior à emigração (Fig. 19). Contudo, nos regressados de França observa-se uma grande diferenciação entre o local de residência após o regresso e o local de investimento. Este fenómeno resulta numa mobilidade acrescida, determinada pelo investimento efectuado¹. Refira-se, porém, que, em termos gerais, as diferenças entre a residência após o regresso e a residência actual são bastante pequenas (25%), devidas especialmente ao contributo dos retornados de Angola (38.5%) e Moçambique (36.8%). Efectivamente, a instabilidade económica e social que envolveu estas populações afectou a sua mobilidade, ampliando-a, dado que ao retorno, se seguiu a procura de melhores possibilidades de integração, pressentida nas regiões de naturalidade, ou nos espaços mais desenvolvidos e com maior potencial de empregadores. Porém, o passo seguinte transformou-se, muitas vezes, no assumir de uma mobilidade geográfica, de ordem económico-profissional: o sucesso da integração, a melhoria das condições económicas e, frequentemente, um posicionamento diferente perante a actividade económica assim o determinaram.

1.1.4. *Mobilidade do investimento após o regresso*

As coincidências entre o local de investimento e a residência actual são evidentes (78.4%) e é nos emigrantes regressados do Brasil (100%) e de África (100%) que se encontram as relações mais fortes, embora por razões diferentes, como referimos anteriormente: nos regressados de África detecta-se uma ligação íntima com a residência do período pré-emigratório, entre os regressados do Brasil registam-se grandes diferenças relativamente ao lugar de residência desse mesmo período (Fig. 19).

¹ A fixação inicial na localidade de naturalidade da esposa ou no local de residência anterior à emigração, é substituído, devido ao investimento produtivo, por um lugar mais central e de maior acessibilidade, a sede de concelho.

Como seria de esperar, as diferenciações máximas estabelecem-se entre a freguesia de investimento e a freguesia de residência da emigração, contudo, o caso dos indivíduos regressados de França constitui uma excepção, ficando assim comprovada a importância do investimento na alteração da residência, não obstante a localização inicial ter privilegiado o ponto de partida, e o desfasamento temporal entre o investimento efectuado e o regresso (ver Fig. 15).

A mobilidade geográfica, geradora de fluxos e criadora de inovações, materializa-se, de forma concreta, transformando o emigrante regressado e o retornado em potenciais agentes de desenvolvimento.

1.2. O contributo do regressado na melhoria do nível de vida da população de espaços periféricos

1.2.1. *O impacto paisagístico e social da arquitectura das casas dos emigrantes*

O emigrante regressado veio impor à sociedade onde se fixou alterações, por vezes radicais¹, que se expressam de formas diversas. Aquela que melhor se identifica na paisagem é a renovação das estruturas habitacionais no espaço rural português. A habitação do emigrante ou daquele que, tendo emigrado, regressou definitivamente a Portugal, individualiza-se de forma especialmente facilitada pelo contraste que apresenta relativamente ao anterior património habitacional de vilas e aldeias. Esclareça-se, todavia, que este impacto paisagístico, nem sempre aceite de forma pacífica, é característico dos territórios que se situam a norte do Tejo, espaços onde a emigração afectou de forma assaz sensível a evolução demográfica. Em contrapartida, no Alentejo essa alteração da paisagem é bem mais discreta como resultado da muito menor taxa emigratória que afecta estes territórios.

Efectivamente, o aumento de imóveis de habitação em cidades², vilas e

¹ Um bom exemplo de mudança radical é estudada por Maria Beatriz ROCHA-TRINDADE na sua vasta obra sobre as alterações sociais, demográficas, de modo de vida, ligadas à expressão no espaço físico e comportamental das influências de uma emigração maciça numa aldeia de Vila Nova de Paiva, a Queiriga, especialmente contíguo aos conchelos em estudo.

² Algumas urbanizações periurbanas recentes da cidade de Viseu evidenciam o investimento de emigrantes, através da compra de terrenos urbanizados, que geralmente mantêm com a finalidade de construírem imóveis, geralmente casas de habitação. O local de Viseu é disso um exemplo, com uma grande parte dos imóveis aí existentes a pertencerem a emigrantes que rendibilizam o investimento através de alugueres, contribuindo desta forma para ampliar o parque habitacional que eles mesmo transformam, também, num negócio extremamente especulativo, em função da procura que aí se faz sentir.

aldeias, com a conseqüente expansão espacial destas, está intimamente ligado à importância do investimento parcialmente não produtivo efectuado pelos imigrantes regressados.

Por exemplo, o concelho de Sátão apresenta a maior taxa emigratória da área em estudo (ver Fig. 3), do mesmo modo que apresenta valores superiores à média distrital. Tal importância da população migrante reflecte-se de formas diversas mas expressa-se na paisagem pelo fulgor da construção de habitação própria, especialmente marcante, de condomínios ou estabelecimentos comerciais. Na vila de Sátão, este vigor redundou no alargamento a novos quarteirões de habitação. Naturalmente, este facto está ligado à atracção exercida por este espaço sobre as populações das aldeias envolventes, e a que foram sobretudo sensíveis os emigrantes regressados. Embora mantendo fortes ligações com a sua aldeia, estes tentam assim, aproximar-se o mais possível das comodidades oferecidas pelos «centros urbanos».

No espaço da vila encontram-se marcas variadas que nos identificam facilmente as aculturações sofridas pelas populações emigrantes (Est. I), todavia, é a disseminação das novas estruturas habitacionais no espaço rural que nos chama verdadeiramente a atenção para a importância deste fenómeno que se repete em todos os territórios afectados pelo fenómeno emigratório.

Quando se analisam os quantitativos de indivíduos que construíram habitação, própria ou para venda, no concelho de Sátão, ao longo dos últimos 30 anos, verifica-se existir um crescimento quase exponencial (Fig. 20). O período decisivo neste crescimento situa-se entre 1970 e 1976, coincidindo, portanto, com o início do grande fluxo de regresso da população imigrada na Europa, esclarecendo sobre a importância da emigração e dos emigrantes no despoletar deste processo de alargamento do parque de casas, para habitação e com outras finalidades, no concelho.

Com base nas matrizes abertas sobre a construção de habitações, constantes da Repartição de Finanças do concelho de Sátão, com base nos impostos sobre os rendimentos que a ela foram afectados, tendo como anos de referência 1981, 1985, 1986 e 1987, verificou-se que em todos eles era significativo o investimento do emigrante¹ e do emigrante regressado na construção de imóveis. O estudo comparado dos dados anuais recolhidos permitiu apurar que o auge da construção se situa no ano de 1986, acompanhando, possivelmente, o incremento generalizado do investimento que se fez sentir após 1985.

¹ As referências feitas ao emigrante surgem aqui por dois motivos: primeiro, não foi discriminada a relação existente entre a construção de casa e o regresso efectivo; segundo, partiu-se do princípio de que o emigrante que investiu as suas economias na construção de um imóvel pretenderá, a curto ou médio prazo, regressar à sua área de naturalidade.

Interesse particular teve a comparação entre as construções pertencentes a emigrantes e as pertencentes à população residente nunca emigrada. Comprovou-se que, neste domínio, a população integrada ou que integrou o ciclo migratório se sobrepõe de forma sensível à restante população, independentemente da época e em todas as freguesias do concelho.

Para 1981 os quantitativos são sempre inferiores aos dos restantes anos. Todavia, verifica-se, nestes quantitativos, um claro predomínio da população ligada à emigração. As freguesias onde se efectuaram maior número de

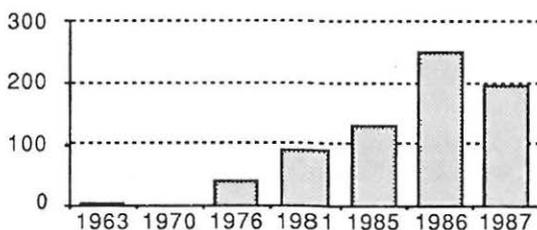


FIG. 20 — Evolução do número de imóveis construídos no Concelho de Sátão ¹.

(Fonte: Matrizes de Contribuição Predial da Repartição de Finanças da vila de Sátão).

construções registam sempre uma percentagem de habitações de emigrantes muito elevada (Rio de Moinhos com 73%, Ferreira de Aves com 63%, Romãs com 61% e Sátão com 59%), em oposição às que exibiram menor número de construções, onde a população não ligada à emigração é maioritária (Águas Boas e Vila Longa com 100%, Avelal com 88% e Silvã de Cima com 78%).

Admite-se, por um lado, a existência de maiores quantitativos de população ligada à emigração nos concelhos primeiramente referidos, e por outro lado, uma fixação espacial local motivada pela fuga aos lugares mais isolados. Este comportamento é explicado pelo facto de o ex-emigrante sentir necessidade de dar a conhecer à comunidade o seu sucesso e de procurar áreas onde possa tornar mais rendível um eventual investimento: é o caso da sede concelhia, mas também das sedes de freguesia, servidas por «menos más» vias-de-comunicação e possuidoras de um potencial populacional mais elevado que faculta uma também maior clientela potencial. Mas, de uma maneira geral, «seja comércio ou residência, aquelas 'construções' desejam ser

¹ Os anos em presença foram escolhidos para mostrar as diferenças, em termos de construção, entre o início do período emigratório, o final deste e a situação actual de estabilização dos regressados e retornados.



EST. I — A arquitectura das habitações de emigrantes, importada e, frequentemente, resultado de interpretações incorrectas de projectos adaptados a outros climas e realidades sociais, resulta, por vezes, completamente desfasada (Casa situada no centro da vila de Sátão).



EST. II — Nem sempre o emigrante expressa o investimento na habitação com a construção de raiz de uma nova casa. Por vezes o seu papel é bem diferente, recuperando mesmo imóveis antigos. Caso da fotografia acima que apresenta uma casa antiga, aldeia de Tojal (Sátão), recuperada por três emigrantes regressados.

reconhecidas como frutos do sucesso emigratório, não só perante o vizinho e o conterrâneo, que admira (muito mais do que critica) o exotismo ou a liberdade estilística dessas arquitecturas espontâneas, mas também perante os de outras terras» (ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz — 1989, p. 14). Este exotismo e liberdade estilística são, frequentemente, um óbice ao importante papel destas construções no seio de comunidades com grandes limitações habitacionais.

De 1985 a 1987, os dados são muito similares: encontra-se expresso um aumento do número de imóveis construídos (Fig. 21), a par de uma aumento percentual do número de imóveis de população ligada à emigração. De um total de 172 matrizes registadas em 1981 passa-se, em 1985, para 228, em 1986, para 277 e em 1987 para 220 matrizes¹. A relação emigrante / não emigrante traduz-se num aumento que se materializa em percentagens sempre superiores a 50% de quantitativo de construções efectuadas por emigrantes, exceptuando as freguesias de Águas Boas e Fortes em 1985 (44% e 33%, respectivamente). Na realidade, os valores percentuais da intervenção de emigrantes no fenómeno da construção ascendem a 72%, 79% e 84% do total de imóveis construídos em 1985, 1986 e 1987, respectivamente.

O que acabou de ser referido ilustra a importância do fenómeno migratório na melhoria das condições de vida da população. Para além da valorização, na sociedade rural, dos benefícios da urbanidade, muito importante na relação dos indivíduos com as oportunidades oferecidas pela técnica, provocam uma melhoria considerável do património habitacional, cuja degradação era, por vezes, alarmante. O novo parque habitacional diferencia-se pela integração, na planta da casa, de um espaço próprio para os cuidados de higiene, pela separação das lojas dos animais domésticos da parte residencial da casa. A nova construção é revolucionária «ora na implantação da casa e na sua volumetria, ora nos materiais e cores utilizados, ora ainda na forma de aproveitamento dos terrenos circundantes da casa como na sua relação com os espaços exteriores (jardim, quintal, etc.) e os espaços públicos (rua) (LEITE, Carolina — 1989, p. 67).

Importante no aspecto visual da casa do emigrante são as consequências do processo de construção a esta ligado. O distanciamento espacial e os grandes períodos de ausência do emigrante dão origem a um considerável número das alterações arquitectónicas apontadas como aberrantes. Daí que o «coktail construtivo», (GUERRA, Carlos — 1989), seja, frequentemente, resultado do

¹ Os valores expressos neste trabalho referem-se apenas aos imóveis que foram construídos legalmente. Será de esperar que a realidade possa mostrar um outro conjunto de valores, ampliados facto de uma parte das construções, que se mantêm numa situação de ilegalidade, não constatar dos registos da Repartição de Finanças.

procedimento de diversos actores e não somente daqueles sobre os quais recaem todas as críticas — o emigrante e o emigrante regressado.

A problemática que envolve as casas dos emigrantes, presentemente circunscrita ao emigrante acolhido pelos países europeus, sublinha: uma atitude eivada de despeito nos seus conterrâneos; um comportamento desadequado dos técnicos, porque protagonistas activos em todo o processo; um aproveitamento de construtores e comerciantes intermediários na comercialização de materiais de construção civil, escoando produtos de difícil aceitação no mercado; a crítica, por vezes gratuita e sem perspectiva de resolução, de políticos; a legislação prepotente de autarcas. «Na ausência de uma política nacional de valorização do património, a casa do emigrante aparecia (e aparece) como bode expiatório» (MOUTINHO, Mário C. — 1989, p. 79), assim como forma preferencial de denegrir uma imagem de sucesso. No entanto, as influências várias a que está sujeito o emigrante podem traduzir-se, de uma forma objectiva, em construções descaracterizadas e desconexas relativamente à área de implantação.

As características da arquitectura da casa do emigrante passam pela negação do seu passado cultural, que o liga a circunstâncias sócio-económicas penosas, que pretende irradiar, e pela «deficiente absorção das imagens de habitações que viu no estrangeiro» (GUERRA, Carlos — 1988, p. 9). A atenção constante dos outros habitantes sobre estas construções, tão importantes num meio onde, de outra forma, o património habitacional seria indiscutivelmente mais pobre, mostra-se mesmo injuriosa. As referências a «maisons» e a «janelas tipo fenêtre» são um exemplo claro de uma posição perfeitamente céptica quanto às vantagens reais destas construções. Mas, curioso de verificar, é o facto de estas situações aparecerem a par de reconstruções, ampliações ou melhoramentos de imóveis para habitação efectuadas também pelos emigrantes (Est. II).

É necessário, por tudo isto, tomar uma posição de defesa desta recente faceta etnológica geralmente identificada com a sociedade rural portuguesa, que obviamente enferma de males que há que apelar de menores, pelo seu impacto, extremamente positivo, no nível habitacional das populações. Aliás esta internacionalização dos modelos arquitectónicos resultante da rápida aculturação, do emigrantes, embora por vezes, estropiada, não é um fenómeno tão recente como se possa pensar, assim como também não exclusivamente rural. Efectivamente, muitas das construções urbanas, hoje tidas como pontos de referência elogiosos e de clarividência arquitectónica, representativos de períodos áureos, resultaram de importações, enquanto, no espaço rural, «no princípio do século foram os 'chalés' a as casas dos 'brasileiros' que feriram a retina dos mais esclarecidos» (GUERRA, Carlos — 1988, p. 9), se bem que o estilo colonial

americano se expresse também nos nossos dias, embora de formas menos elaboradas.

O facto de a maior parte dos emigrantes construir uma casa, assim como o de enviar as suas economias para Portugal, é demonstrativo de uma opção de retorno que precede o regresso efectivo.

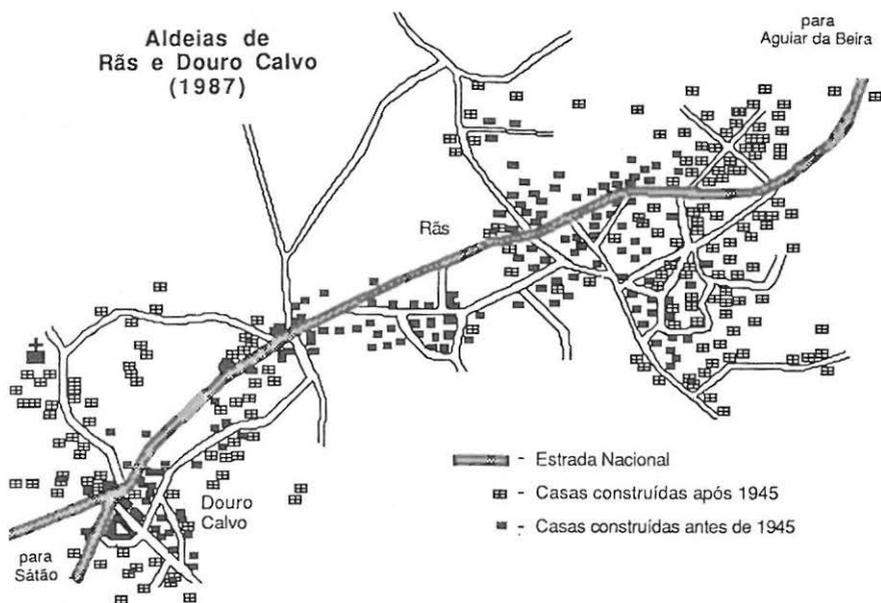


FIG. 21 — Evolução do Parque Habitacional de duas aldeias do Concelho de Sátão (Douro Calvo e Rãs) da Freguesia de Romãs.

Do que fica dito, infere-se que o regresso de emigrantes, conjuntamente com o retorno de meio milhão de portugueses das Ex-colónias, é significativamente decisivo no processo de promoção das regiões menos desenvolvidas ou deprimidas do território português, assim como, de espaços locais, embora as assimetrias regionais que os caracterizam pareçam manter-se e mesmo ampliar-se.

Obviamente, todo o processo de desenvolvimento não se esgota na singular figura do emigrante, mas define-se fundamentalmente pela existência de condições adequadas ao investimento e à aplicação local das poupanças, atraindo para o espaço regional o investimento externo e as mais-valias necessárias a um desenvolvimento integrado.

«A fraca industrialização e a ausência de infraestruturas de toda a espécie repelem o investimento, que encontra nas regiões mais desenvolvidas perspectivas de maiores lucros. Os investimentos realizados por emigrantes entre-

tanto retornados são só por si insuficientes para inverter esta dinâmica» (FERREIRA, Eduardo de Sousa — 1984, p. 102). É, todavia, necessário tomar em consideração o investimento dos portugueses que retornaram das Ex-colónias, cujo fulgor é visivelmente superior ao dos ex-emigrantes. Mas os impactos expressam-se de formas diversas, até porque os factores de referência são também variados. As remessas e a maneira como foram aplicadas as economias são disso exemplos.

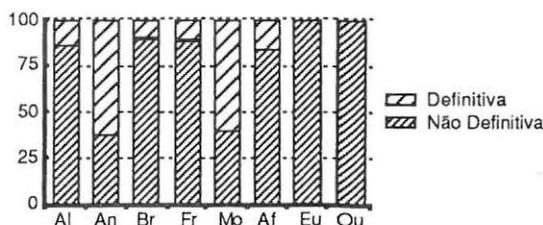
1.2.2. *Remessas e aplicação das economias. Formas de investimento*

O envio de remessas é uma prática normalmente usada entre os emigrantes que se deslocaram para países europeus, em função de uma opção inicial em não emigrar definitivamente, o que não acontece, na maioria dos casos, com os retornados. Assim, o quantitativo de remessas enviadas para Portugal depende, por um lado, da intenção de emigração definitiva e, por outro, da integração social e, fundamentalmente, da integração dos indivíduos no tecido produtivo do país de destino, embora os emigrantes que tiveram como destino o Brasil continuem a constituir uma excepção.

A intenção de emigração definitiva apresenta variações de concelho para concelho e por área de destino. É o concelho de Sátão que apresenta a menor percentagem de regressados que declararam intenção de imigração definitiva (20.83 %), o que se coaduna com a importância dos regressados da Europa, enquanto Viseu (38.21 %) e Tondela (46.42 %) apresentam valores bastante superiores, relacionados com a maior importância da população retornada das Ex-colónias. A predisposição ao regresso depende enormemente do país de destino da emigração (Fig. 22), dos padrões de vida e trabalho que esse país de destino impôs e permitiu em termos de integração social, económica e produtiva. Foi a população que se estabeleceu em Angola e Moçambique que, de forma mais frequente, optou por uma integração permanente nestes países. Dos inquiridos retornados de Angola, 60% tinham escolhido uma imigração definitiva, enquanto que nos retornados de Moçambique esse valor sobe a 62.5%, evidenciando-se desta forma a importância do factor atracção nestes países, em contraponto com as situações dos restantes destinos (Alemanha, 14.28%; Brasil, 10%; França 11.11%; África, 16.67%; Resto Europa, 0% e Outros Destinos, 0%).

Assim, não é de estranhar que os portugueses em França tenham sido os que efectuaram, no período entre 1964 e 1975, maiores transferências de economias de salários por activo, só suplantado pelos marroquinos e tunisinos nos totais de transferências (GARSON, Jean Pierre; TAPINOS, Georges, 1980, p. 24, p. 198).

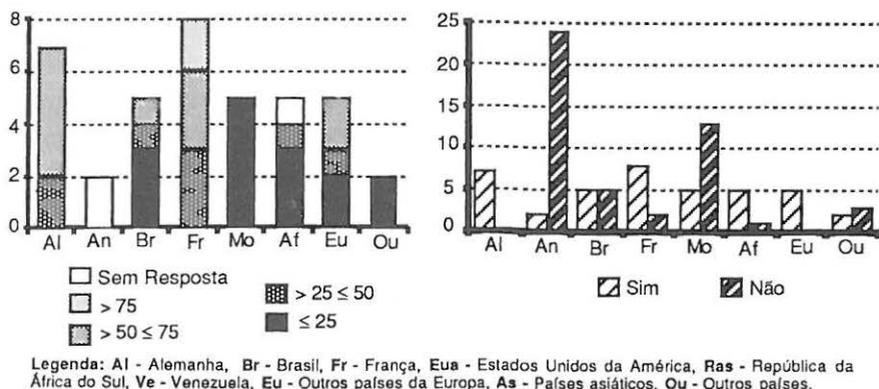
Neste território, dos retornados de Angola e Moçambique, apenas 25 e 28%, respectivamente, enviavam remessas para o Continente (Fig. 23),



Legenda: Al - Alemanha, Br - Brasil, Fr - França, Eua - Estados Unidos da América, Ras - República da África do Sul, Ve - Venezuela, Eu - Outros países da Europa, As - Países asiáticos, Ou - Outros países

FIG. 22 — Predisposição ao regresso na população emigrada (por países de destino).
(Fonte: Inquérito).

embora o facto de existirem restrições ao movimento de capitais entre as Ex-colónias e Portugal, por parte do poder instituído, seja extremamente importante na diminuição das remessas. Por outro lado, as remessas pro-



Legenda: Al - Alemanha, Br - Brasil, Fr - França, Eua - Estados Unidos da América, Ras - República da África do Sul, Ve - Venezuela, Eu - Outros países da Europa, As - Países asiáticos, Ou - Outros países.

FIG. 23 — Remessas de dinheiro do emigrante enquanto no estrangeiro.
(Fonte: Inquérito)

venientes da Europa e de Outros Destinos que não estavam sob a dependência colonial portuguesa são muito importantes, quantitativa e qualitativamente, e bastante estimuladas pelo aparelho de Estado. É o caso dos emigrantes em países europeus, como a Alemanha (100%), a França (80%) e o Resto da Europa (100%), que se apresentam como os principais fornecedores de divisas para o país, ultrapassando largamente o Brasil (50%) e de Outros Destinos (40%),

embora a par com os emigrados noutros países de África (83%) que evidenciam também uma clara predominância de predisposição ao regresso a Portugal Continental.

Assim, as remessas apresentam-se como especialmente importantes em função da área de destino do emigrante, e como consequência de: estímulo ao seu envio; não integração produtiva por conta própria no país de destino, sinónimo de inexistência de investimento; predisposição ao regresso; pretensão do emigrante em ostentar o seu sucesso na sua localidade de residência antes da emigração, vulgarmente através de um investimento produtivo, estimulador da especulação ao nível dos imóveis e terrenos.

O aspecto quantitativo das remessas (Fig. 23) coincide com os valores quantitativos apontados. Na realidade, as remessas que constituíam a predominância de menos de 25% do rendimento obtido enquanto emigrantes eram provenientes do Brasil, Moçambique, África e Outros Destinos, já que os retornados de Angola não respondem a esta questão. Em contrapartida, os regressados da Alemanha e da França nem sequer referem esta classe, enviando, no mínimo, entre 25 e 50% do seu rendimento como emigrantes, com predominância das remessas de valores do seu rendimento correspondentes a mais de 50%; 25% dos emigrantes que enviaram remessas de França fazem-no acima dos 75% do total do seu rendimento. Isto evidencia, por um lado, a inexistência de investimento naqueles países, por parte da população emigrante, mas também a inexistência de uma vida social normal, visto a pretensão primeira ser a acumulação de capital, e como se pode constatar, por vezes, a qualquer custo.

O capital economizado veio a contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento local, especialmente após o regresso. As remessas constituíam depósitos bancários que «conferiram aos bancos um grau de liquidez elevado que está na base do «boom» do mercado de capitais de Lisboa nos fins da década de 70» e que «permitiu o financiamento de boa parte dos investimentos dos grandes grupos económicos então dominantes» (FERREIRA, Eduardo de Sousa — 1984, p. 101) enquanto o emigrante se manteve no estrangeiro, contribuindo para o ampliar das assimetrias regionais, já especialmente agravadas pelo centralismo do Estado. Todavia, após o regresso, e num período, embora conturbado, mas de tentativa de descentralização das instituições do poder, há uma maior participação das remessas anteriormente enviadas na vida económica local. Quer de forma produtiva, através da «pequena empresa por conta própria, em geral, com um papel fundamental não só enquanto viveiro empresarial mas também pelas funções que desempenha (...) como factor de civilização imprescindível para a fixação de mão-de-obra» (FERREIRA, Eduardo de Sousa, 1984, p. 111); quer de forma não produtiva, através dos terrenos, da

habitação, do tractor, do carro, dos electrodomésticos, o rendimento economizado enquanto no estrangeiro e aquele que entretanto foi capitalizado passam a ser multiplicadores de crescimento no próprio espaço de actuação do ex-emigrante, geralmente confinado à área da sua residência antes da partida.

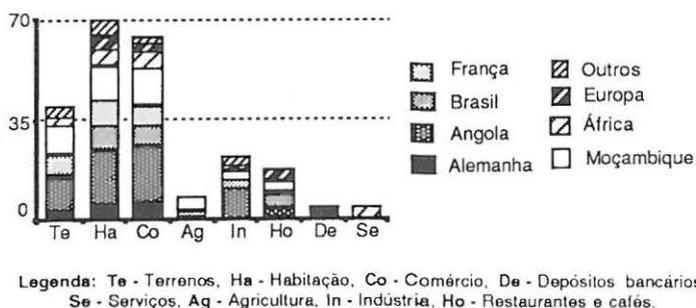


FIG. 24 — Aplicação das economias e remessas efectuadas durante a emigração (%). (Fonte: Inquérito).

O uso das economias da população inquirida, toda ela proprietária de um investimento produtivo, vai muito além desse mesmo investimento (Fig. 24). É na Habitação que aparece um maior número de ex-emigrantes a investirem, suplantando o número daqueles que investiram no Comércio. As economias dirigem-se também para um outro tipo de investimento não produtivo, pelos menos de forma visível ou, de qualquer forma, indirectamente — os Terrenos. Seguidamente, aparecem a Indústria e os Restaurantes e Cafés (investimento produtivo) e, por último, a Agricultura, os Serviços e os Depósitos, valor que neste último caso se julga pecar por defeito excessivo, como aliás se sustenta numa outra parte deste trabalho.

A aplicação das economias¹ por países de destino de emigração (Fig. 24)

¹ As Sociedades de Desenvolvimento Regional apresentam-se como um instrumento de política regional especialmente profícuo ao nível da ampliação das capacidades das autarquias locais, da atracção do investimento produtivo, materializado nas Pequenas e Médias Empresas, cada vez mais importantes no tecido produtivo português. Facilitam, também, a transformação das economias e remessas dos emigrantes e regressados em capitais produtivos para a região, canalizando-as para o processo de desenvolvimento local e regional. Saliente-se, contudo, que este intuito pode ser prejudicado pelas próprias disparidades regionais que o âmbito territorial das SDRs não anula. Suficientemente amplo para um bom funcionamento, este não é suficientemente dilatado para evitar o estabelecimento de fluxos dominantes de acção centrífuga, especialmente perigosos porque, no âmbito de uma mesma SDR coexistente espaços de níveis de crescimento e desenvolvimento muito diversos, como acontece com a projectada Sociedade de Desenvolvimento das Beiras.

faculta uma análise comparada entre as diferentes aplicações das economias. As situações em Angola e Moçambique são muito semelhantes, com o Comércio a assumir a primazia, secundado pelo investimento em Habitação e Terrenos. Salienta-se apenas uma diferença principal na maior importância do investimento Industrial da população retornada de Angola, relativamente à retornada de Moçambique: esta revela um maior pendor para o investimento na Agropecuária, o que se deve ao facto de investirem predominantemente no concelho de Tondela, concelho intimamente relacionado com a criação de frangos e produção de ovos.

Os emigrantes regressados do Brasil são os que apresentam uma relação de investimento mais peculiar. É a Habitação que tem o valor modal, seguida de perto pelo Comércio. Todavia, o investimento em Terrenos é muito pequeno, o que parece depender de uma predisposição para a vida urbana superior à dos restantes regressados. Em contrapartida, são estes os emigrantes que apresentam o maior valor absoluto de investimento em Restaurantes e Cafés, valorizando predominantemente a localização no espaço urbano e com uma qualidade de instalações bastante diferente daquela que encontramos nos regressados da Europa, geralmente associados a espaços rurais.

Os regressados de França apresentam também uma predominância do investimento na Habitação, situando-se num segundo plano, e em situação de igualdade, o investimento no Comércio e nos Terrenos, sendo também de salientar o Secundário, intimamente relacionado à Construção Civil. Os regressados da Alemanha ostentam uma distribuição idêntica, porém com uma menor valorização do investimento na Indústria.

Comparando os dados alcançados com os de outros inquéritos sobre a população regressada e retornada, os resultados são bastante curiosos (Quadro 5), embora resultantes da incidência espacial e temporal do inquérito relativamente ao ciclo migratório e das características da população inquirida.

Na situação A, a predominância dos depósitos bancários surge intimamente ligada à emigração real da população inquirida que capitaliza as suas remessas para a sua independência financeira futura. O investimento produtivo é, por isso mesmo, pouco expressivo, como aliás o é o não produtivo, já que não ocorre aquisição de terras e a construção de habitação é ainda muito incipiente. Na situação F, mais restrita, mostra-se que a importância do investimento produtivo corresponde apenas a metade do investimento total dos indivíduos regressados e retornados. Com efeito, a construção da habitação e a compra de terrenos é de extrema importância para a população ex-migrante como forma de materializar a melhoria da situação económica, expressa claramente nas situações C, D e E. O preterir dos depósitos depende da propensão ao investimento desta população, mas também é devida a um conjunto de respostas que

QUADRO 5 — Aplicação das poupanças dos emigrantes em percentagem do total de investimentos¹

	A	B	C	D	E	F
Terrenos	0	22	24	8.8	27.2	17.24
Habitação	19	49	55	26.5	27.2	30.17
Invest. Produtivo	3	21	15	5.5	12.9	50.43
Depósitos	50	8	6	26.5	28.2	2.16
Educação Filhos	7	0	0	26.5	0.0	0.00

(Fonte: SILVA, Manuela — 1984. Adaptado pelo autor).

pecam por defeito, como se pode ler a partir dos dados da situação E, onde regressados e retornados apresentam 28.2% de inquiridos com depósitos bancários contra os 2.16% da situação F.

Os projectos de investimento da população inquirida (Fig. 25) sublinham a orientação para a ampliação do investimento produtivo, através da vontade expressa, de uma boa parte daqueles que têm projectos para o futuro, de investirem na Indústria (56%). Apenas 24% admitem investir de forma não produtiva (Terrenos e Habitação).

De qualquer forma, uma parte dos inquiridos manifesta a intenção de vir a investir numa unidade territorial diferente daquela em que agora se encontra. As preferências recaem sobre o Algarve, o Porto e o «Litoral», salientando-se também, num segundo plano, Lisboa e Viseu. Efectivamente, a população é atraída para canais usuais de êxodo rural (Lisboa e Porto), inscrevendo-se o Algarve como escolha adstrita à população retornada, devido às potencialidades de investimento que engloba e à constatação do sucesso dos retornados das Ex-colónias que aí se integraram e, mesmo, devido ao clima. É evidente a dife-

¹ Legenda: A — SILVA, Manuela et al., 1984, p. 141 Qd. 4.9 — Forma de aplicação predominante das poupanças enviadas para Portugal pelos emigrantes regressados, durante a sua estadia no estrangeiro; B — SAMPAIO, Luís P. — «Tentativa de Regionalização das remessas dos emigrantes e seus usos», citado por Cravinho, p. 428, Qd. 5 — Estimativa dos padrões de investimento provenientes de remessas utilizadas directamente pelos agregados familiares; C — Dados da Comissão de Coordenação da região Centro; D — BOURA, Isabel et al. — 1983, p. 102 — Uso de remessas. Este resultado é fruto de uma amostra recolhida em 3 freguesias distintas da região Centro (Foios, Mangualde e Leiria) e inclui emigrantes regressados e retornados; E — ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz et al. — 1988, p. 85, Qd. 23 — Aplicação das economias dos emigrantes; F — Resultados obtidos a partir do inquérito elaborado no presente estudo. Este trabalho abrange os concelhos de Sátão, Tondela e Viseu e inclui da população retornada e regressada, apenas aquela que efectuou um investimento produtivo.

renciação entre os concelhos de Tondela e Viseu, por um lado, e o de Sátão, por outro. Efectivamente, os horizontes de investimento dos primeiros são muito mais alargados e é apenas neles que Algarve e Porto são referidos, com um predomínio claro de Lisboa e «Litoral». Os regressados que se fixaram no concelho de Sátão, por seu turno, apresentam como áreas preferenciais de investimento um espaço muito mais circunscrito e que incide em Viseu e em Coimbra.

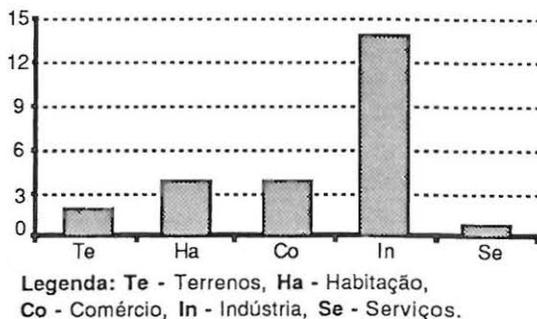


FIG. 25 — Projectos de investimento da população inquirida.

(Fonte: Inquérito).

1.2.3. *Forma jurídica do investimento efectuado, origem do capital e produtividade das empresas*

As divergências entre as populações regressada e retornada são mais amplas e bem visíveis nas características que envolvem o investimento efectuado.

Na análise por concelhos (Fig. 26), é fácil identificar diferenças que são representativas das condições de crescimento e de desenvolvimento sócio-económico, mas também interpretativas de uma diversificação de investimento, fundamentalmente individualizadas pela importância do capital investido.

Os concelhos de Sátão e Tondela apresentam um investimento em empresas individuais e sociedades empresariais muito semelhante, enquanto Viseu se destaca pela preponderância do investimento em sociedade, por vezes mesmo anónimas. Esta dualidade surge em consequência da existência de diferentes tipos e montantes de investimento. Um grande empreendimento envolvendo grandes capitais impõe sociedades, por vezes existentes apenas devido a esse facto, que sirvam de suporte ao investimento a efectuar. Viseu aparece como concelho preferencial no que diz respeito a esta forma jurídica, o que é indicativo de uma capacidade de atracção de maiores investimentos relativamente aos concelhos de Sátão e Tondela, detendo este último maior número de sociedades empresariais.

Esta distribuição implica diferentes formas de investimento em função dos países de destino. São os retornados de Angola e Moçambique e os regressados do Brasil e de Outros Destinos que apresentam os maiores valores per-

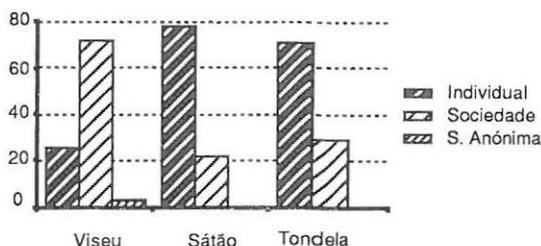


FIG. 26 — Forma jurídica do investimento efectuado (%).

(Fonte: Inquérito).

centuais do investimento em sociedade. A predominância, nestas populações, desta forma jurídica de investimento dependeu, numa primeira fase, da necessidade inadiável de criação de postos de trabalho e dos pequenos quantitativos de capital disponível, e, numa segunda fase, da expansão das empresas, algu-



FIG. 27 — Preferência dos inquiridos relativamente à forma jurídica da empresa e às características da associação.

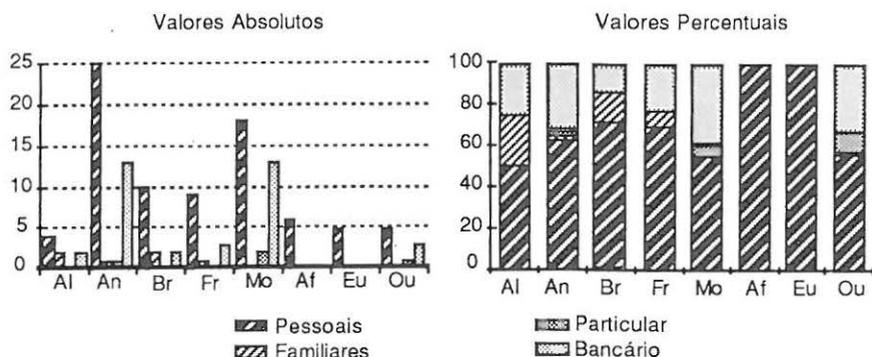
(Fonte: Inquérito).

mas delas projectando-se a nível nacional e mesmo a nível internacional. Todavia, aqueles que não manifestaram uma vontade de expansão da sua empresa ou os que se mostram menos activos em termos de investimento, referem o desejo de transformar a sociedade em empresa individual.

Quando questionados sobre a possibilidade de criar uma sociedade ou investir individualmente (Fig. 27), 64.77% dos inquiridos preferem o investimento individual, mostrando-se este valor superior ao encontrado como forma jurídica das empresas inquiridas, apenas 53.41%, o que é demonstrativo de que

uma parte das sociedades existentes surgem como forma de ultrapassar problemas económicos.

Existe uma tendência para o investimento individual, contrariado pelas circunstâncias sociais e económicas em que vivem a maior parte dos inquiridos (ex-retornados) e pela conjuntura favorável à criação de empresas e diminuição das taxas de juro, que incentivou a população regressada a investir, individualmente ou em sociedade, qualquer que seja o país de onde tenham regressado os emigrantes inquiridos. Todavia, a diferenciação espacial impõe diferentes distribuições das variáveis (Fig. 27). O concelho de Viseu apresenta valores



Legenda: AI - Alemanha, Br - Brasil, Fr - França, Eua - Estados Unidos da América, Ras - República da África do Sul, Ve - Venezuela, Eu - Outros países da Europa, As - Países asiáticos, Ou - Outros países.

FIG. 28 — Origem do capital investido sob a forma de poupanças ou empréstimos. (Fonte: Inquérito).

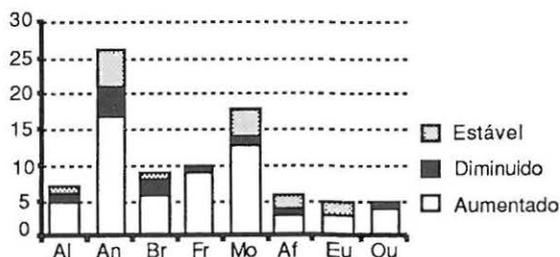
muito superiores de inquiridos dispostos a um investimento com associados do que os concelhos de Sátão e Tondela. Esta diferenciação encontra-se relacionada com o ramo de actividade, com as importantes empresas industriais que no primeiro concelho se instalaram, e o montante de capital dispendido em algumas das empresas, o que fomenta as sociedades.

O capital necessário à formação destas empresas é também objecto de dois percursos bastante diferentes (Fig. 28), separando os regressados dos retornados.

As poupanças pessoais prevalecem claramente sobre qualquer outro tipo de obtenção de rendimento. Todavia, enquanto as dos retornados das Ex-colónias resultam de uma combinação entre as economias que conseguiram trazer e aquelas que foram amealhando na prestação, em Portugal ou em diferentes países para onde re-emigraram, de um trabalho por conta de outrém, verificando-se, nestes casos, uma grande mobilidade profissional, as dos restantes resultam, na sua quase totalidade, do produto do seu trabalho enquanto no estrangeiro. Por outro lado, este grupo recorre à família como forma de acumulação de capi-

tal, evidenciando um tipo de relações socialmente muito estreitas, enquanto os retornados não referem a família como credora, sintomático de uma situação de segregação existente após o retorno, sendo frequentemente citadas as famílias como principais actores desta segregação¹.

O recurso aos serviços das instituições bancárias é concretizado com mais frequência pelos retornados de Angola e Moçambique evidenciando, por um lado, um tipo de comportamento mais coadunado com a realidade económica



Legenda: Al — Alemanha, Br — Brasil, Fr — França, Eua — Estados Unidos da América, Res — República da África do Sul, Ve — Venezuela, Eu — Outros países da Europa, As — Países asiáticos, Ou — Outros países

FIG. 29 — Nível de vendas das empresas inquiridas.

(Fonte: Inquérito).

actual, por outro lado, o desempenho no crescimento local, de um papel mais efectivo devido ao facto de serem os seus investimentos os maiores e os mais numerosos. São também eles os indivíduos que, no grupo em análises (regressados e retornados) mais investem no ramo industrial, multiplicador preferencial desse crescimento.

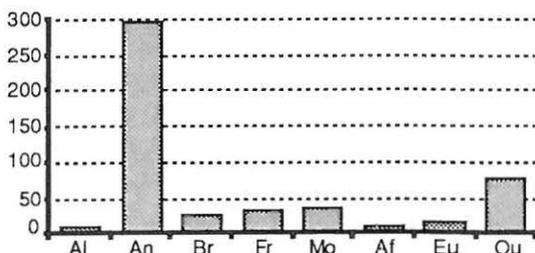
O sucesso dos empreendimentos contactados pode ser comprovado pelo volume de vendas efectuado. Embora alguns dos inquiridos refiram a diminuição da mão-de-obra assalariada como forma de assegurar a sobrevivência da empresa, especialmente as comerciais, o aumento do volume de vendas (Fig. 29) é um fenómeno repetidamente referido nas respostas obtidas. Estas firmas, especialmente as do sector secundário, que registam um claro crescimento,

¹ O inquérito foca também esta temática, procurando auscultar os inquiridos sobre as facilidades ou dificuldades da sua integração e sobre a forma como se sentiam perante os outros cidadãos. Esta questão pôs em destaque sobretudo uma evolução positiva na forma como o retornado sente ser encarado pela sociedade que o rodeia, e como ele próprio se sente relativamente a ela, sendo esta mudança representativa do êxito do fenómeno de integração desta população. Por outro lado, os regressados apontam a inveja como sentimento que justifica a interpretação que dá a sociedade portuguesa ao sucesso, embora a maioria refira que, afinal, a amizade é predominante.

manter-se-ão em funcionamento ao nível a que agora se encontram ou aumentarão decisivamente o seu volume de vendas.

1.2.4. A Ampliação do mercado de trabalho

A sociedade portuguesa foi confrontada com uma enorme pressão sobre o mercado de trabalho, pouco usual nos meios económicos, que foi originada pelo número de regressados, pois «esse regresso dá-se ainda, para a maioria deles, durante a vida activa e com uma duração média de vida activa relativamente elevada» (SILVA, Manuela *et al* — 1984, p. 228).



Legenda: Al — Alemanha, Br — Brasil, Fr — França, Eua — Estados Unidos da América, Res — República da África do Sul, Ve — Venezuela, Eu — Outros países da Europa, As — Países asiáticos, Ou — Outros países.

FIG. 30 — Número de postos de trabalho criados pela população inquirida.

(Fonte: Inquérito).

Se bem que o investimento, tanto de regressados como de retornados, tenha visado, num primeiro momento, a implantação de uma actividade por conta própria para sustento da família, que lhes permitisse manterem-se autónomos, a evolução positiva dos negócios conduziu à ampliação do mercado de trabalho com a integração de um número crescente de operários e empregados (Fig. 30). Este facto é, sem margem para dúvidas, importante no processo de desenvolvimento e crescimento dos espaços periféricos do Centro Interior, geralmente abandonados pela população que vem a vingar nas grandes aglomerações urbanas do litoral; o aumento da fixação de população que assim se faz sentir resulta positiva para a região. Embora a ampliação se continue a fazer sentir, as pequenas empresas e principalmente as comerciais, apresentam, por vezes, uma situação de ruptura, visível pela diminuição do número de empregados.

Tomando em atenção o número de postos de trabalho criados relativamente ao número de inquiridos, por países de destino da emigração, são os retornados de Angola (sem contabilizar em nenhum dos casos abaixo referidos o ex-emigrante ou a família directa como empregados) que criam mais postos de

trabalho, 298 no total, o que dá uma média de onze trabalhadores por empresa inquirida. Também os regressados de Outros Destinos participam de modo importante na criação de postos de trabalho (80), o que nos oferece a média, por empresa, de 16 trabalhadores.

Aqueles que contribuem com menores quantitativos são os regressados da Alemanha, com 14 postos de trabalho, o que nos dá 2 postos de trabalho por empresa. O mesmo se passa com os inquiridos provenientes de Moçambique predominantes no conceito de Tondela, responsáveis pela criação de 37 postos de trabalho, que todavia correspondem apenas a 1,4 pessoas por empresa.

O número postos de trabalho poderia ser aumentado se tivessem sido efectuados outros inquéritos que foram inviabilizados, como, por exemplo o da Habidecor (Têxteis-Lar) (Est. III), investimento de um ex-emigrante que residiu na Bélgica e que só por si apresenta 90 trabalhadores. Por outro lado, é visível nas maiores empresas inquiridas, de que salientamos a Sofma, a Beiraltina, a MV, a Amios, a Electro Gás (Est. IV), a Poligravi (Est. V), a Auto Costa, a Cosimpor, a Cofel, a Beira Adubo, a TexSat, a Labiol ou a Aviagro, uma expansão da capacidade de integração de mão-de-obra, comprovativa da dinâmica dos ex-emigrantes na acumulação do crescimento no espaço onde se integram.

1.2.5. *Condições de investimento por sectores de actividade*

As condições de investimento, na área onde se efectuou o inquérito, são mal conhecidas por parte dos inquiridos. Do total de respostas (Fig. 31), 48.67% correspondem à falta de uma opinião. Por outro lado, a referência a boas condições de investimento são contrabalançadas pelas referências às más condições de investimento, restando como aspecto positivo os 20.53% de «razoáveis» condições ao investimento. Porém, quando se observam apenas as respostas conclusivas, verifica-se que as respostas que são desfavoráveis ao investimento correspondem a 40%. Por isso mesmo, na área amostra, os problemas de investimento parecem manter-se, apesar da recente acumulação de crescimento.

É visível uma predominância das más condições de investimento no sector primário, geralmente preterido pela população retornada e regressada (excepto no que diz respeito à pecuária). Estas dificuldades decorrem da falta de apoio, de informação e de reestruturação do espaço agrícola. Por seu turno, o sector secundário é o que apresenta um maior significado nas «boas» condições de investimento. Efectivamente, a área delimitada apresenta um crescimento industrial que, para além das vontades individuais ou de associados, obteve, nos últimos anos, um apoio efectivo das entidades locais, através da implantação de parques industriais, e das facilidades de instalação, até há pouco tempo inexis-



EST. III — Fábrica Habidecor, Têxteis-Lar, situada no Parque Industrial da Mundão e pertencente a um emigrante regressado que esteve vários anos na Bélgica (90 postos de trabalho).



EST. IV — Electrogás, Distribuição de gás e venda de electrodomésticos. Mais um dos exemplos de reintegração bem sucedida da população retornada.



EST. V — Poligravi, corte e polimento de granitos. Empresa resultante da associação de um emigrante regressado da Austrália e de um português retornado. É actualmente a maior fábrica de polimento de granitos do território em estudo.

tentes. Refira-se ainda que os fundos comunitários, específicos para a indústria, salientando-se o Sistema Integrado de Base Regional (S.I.B.R.) e o Fundo Social Europeu (F.S.E.), contribuem também para o aparecimento de boas condições de investimento na indústria, perspectivada nas intenções de investimento futuro dos inquiridos (ver Fig. 25). O sector terciário apresenta uma situação muito equitativa entre as três variáveis, sintoma da multiplicidade de circunstâncias que envolvem este investimento. As características do investimento, a qualidade do serviço e atendimento prestados, o aspecto exterior da firma, intimamente relacionado com o capital implicado, os produtos vendidos,

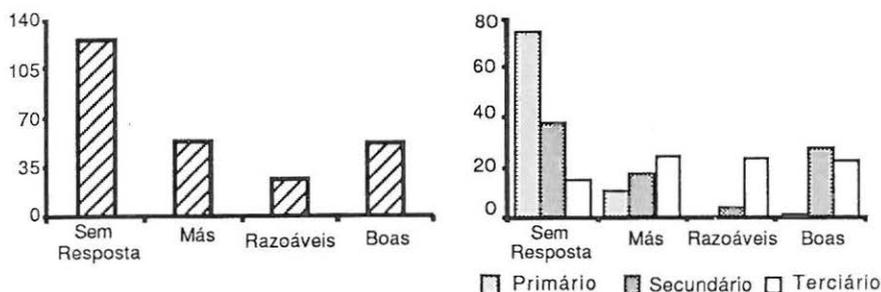


FIG. 31 — Condições de investimento na área em estudo (valores absolutos).

(Fonte: Inquérito).

serão os responsáveis por esta distribuição das respostas, através da projecção das condições de investimento na área em estudo no próprio sucesso ou insucesso da empresa dos inquiridos.

2. O REGRESSO E A FORMAÇÃO DE FIRMA POR CONTA PRÓPRIA

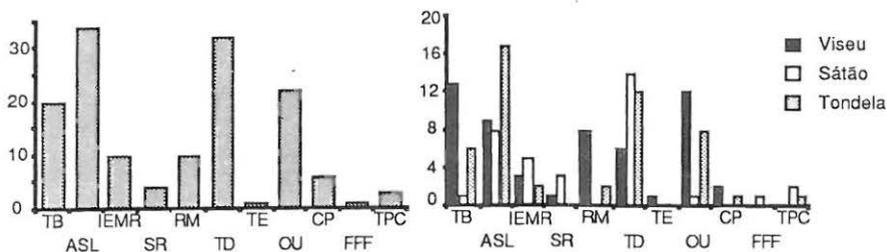
2.1. Razões apontadas para a localização do investimento

Como se verificou, a mobilidade geográfica está também ligada à localização do investimento, conseqüentemente, torna-se pertinente procurar as razões que estão na base dessa localização.

A variedade de motivações que orientam a população inquirida na localização do investimento (Fig. 32) pode ser reduzida a quatro razões principais: «afinidades sentimentais com o local» (ASL), «terreno disponível» (TD), «outros factores» (OU) e «trespasse barato» (TB).

O investimento na área em estudo não está directamente relacionado com a existência de condições atraentes ou de infraestruturas organizadas, depende, sim de determinada postura afectiva que precede a decisão de investimento, são afinidades sentimentais estabelecidas com o local ou a existência de ter-

renos disponíveis. Efectivamente, o investimento não produtivo (Terrenos e Habitação), efectuado anteriormente, influi na localização e na motivação ao investimento produtivo, embora este seja de carácter predominantemente individual. O facto de as razões «trespasse barato» e «rua movimentada» serem também muito apontadas é significativo da existência de uma quantidade de investidores, no seio da população retornada fundamentalmente, que pretendeu assumir um negócio já estabelecido e minimamente estruturado dada a premência de obtenção de um rendimento e de estabilização económica.



Legenda: TB - trespasse barato, ASL - afinidades sentimentais com o lugar, IEMR - inexistência de empresas no mesmo ramo de actividade, SR - sem resposta, RM - rua movimentada, TD - terreno disponível, TE - terreno equipado, OU - outras razões, CP - complementaridade de produção, FFF - facilidades financeiras e fiscais, TPC - terreno com preço convidativo.

FIG. 32 — Razões apontadas para a localização do investimento.

(Fonte: Inquérito).

A distribuição de factores é variável em função dos concelhos, resultando, a predominância de um ou de outro factor do peso das diferentes populações (regressados ou retornados). No concelho de Viseu apresenta-se como muito importante a existência de «trespasse barato», forma escolhida pela maioria dos retornados das Ex-colónias para iniciarem uma actividade produtiva, que frequentemente expandiram. No concelho de Sátão, a existência de «terreno disponível» é a razão mais vezes apontada como influenciadora do investimento efectuado, sendo isto resultado do facto de grande parte dos regressados da Europa ter investido na compra de imóveis e terrenos, não só na sua aldeia, mas também na sede de concelho, o que os predispôs a investir perante as condições favoráveis que surgiram. No concelho de Tondela, são as «afinidades sentimentais com o local» de investimento que mais vezes são citadas como motivo para a escolha da localização da empresa, mostrando-se, assim, este concelho extremamente influente na atracção de retornados, neste caso os que haviam partido desta região, conhecedores das facilidades de investimento na pecuária e nas indústrias química e alimentar a ela ligadas.

2.2. A actividade económica dos emigrantes portugueses regressados que investiram de forma produtiva ¹

Os valores totais de investimento apontam para o predomínio do Comércio (43%) (Fig. 33) sobre todos os outros ramos de actividade. Este facto resultou de circunstâncias variadas como o capital de investimento inicial, a inexperiência da maioria dos investidores em análise, a fraca política de apoio ao investimento industrial, pouco atractiva, sem isenções fiscais e colocando sérias dificuldades na implantação física destes empreendimentos. Porém, esta atitude de investimento no Comércio resulta, também, da influência do investimento efectuado enquanto no estrangeiro. É sobretudo o caso dos retornados; o investimento dos regressados, investidores predominantes em áreas de menor desenvolvimento, constitui, por seu turno, uma resposta directa às necessidades da população do espaço onde se voltam a fixar em conjugação com as facilidades de investimento.

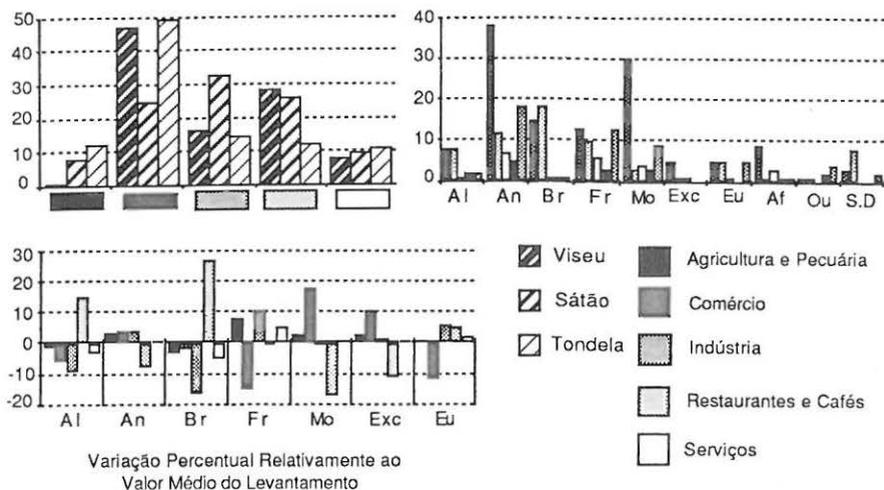
Para além do Comércio, os Restaurantes, cafés e pastelarias (23.07%) evidencia-se também como actividade preferencial da população emigrante, remetendo para segundo plano a actividade Industrial (19.23%), os Serviços (9.09%) e, especialmente, a Agricultura e a pecuária (5.59%).

A determinação das actividades predominantes (Fig. 34): quatro grandes concentrações em torno do Comércio (Minimercados e Supermercados) (26), da Construção Civil (19), dos Cafés e Pastelarias (43) e dos Restaurantes (27), evidenciam a tendência para um investimento que envolva um pequeno capital e cujo rendimento é imediato ou bastante rápido. Da mesma forma, implica uma melhoria considerável na qualidade de vida das populações: os investimentos atrás citados permitem colocar ao alcance das populações, que geralmente não têm acesso a uma grande variedade de produtos de consumo diário ou ocasional, um assinalável número de artigos. Esta alteração verifica-se também em termos habitacionais através da melhoria das condições e do número de habitações disponíveis, assim como através da transferência para o espaço rural de relações sociais e hábitos citadinos.

¹ Durante o período de lançamento do inquérito, auscultando os inquiridos e a população melhor colocada para fornecer essas informações, efectuou-se um levantamento do investimento da população retornada e regressada. Embora muito localizada, coincide, contudo, com as áreas de maior concentração do investimento produtivo: as localidades sede de concelho e localidades que, por aspectos particulares, se apresentam também focadas.

Contabilizaram-se um total de 273 investimentos pertencentes a ex-emigrantes ou retornados, distribuídos da seguinte forma: 61 no Sátão, 77 em Tondela e 135 em Viseu. Os diferentes investimentos correspondem a 287 empresas que foram integradas, por facilidade de análise, em cinco grandes ramos de actividade: Agricultura e pecuária, Indústria, Comércio, Restaurantes e cafés e Serviços.

Estes resultados apontam para uma correlação com os países de destino. Uma primeira característica a sublinhar é a preponderância do Comércio como actividade da população em análise, com excepção daqueles que regressaram do Brasil, onde os Restaurantes, cafés e pastelarias são predominantes (Fig. 33). Por seu turno, a actividade industrial está identificada com os retor-



Legenda: Al - Alemanha, Br - Brasil, Fr - França, Eua - Estados Unidos da América, Res - República da África do Sul, Ve - Venezuela, Eu - Outros países da Europa, As - Países asiáticos, Ou - Outros países, Exc - Ex-colónias, S.D. - Sem dados.

FIG. 33 — Actividades por país de destino e por concelho.

(Fonte: Inquérito).

nados de Angola e os regressados de França, embora o ramo de investimento de uns e outros seja substancialmente diferente. Efectivamente, enquanto os retornados investem em ramos como a indústria metalomecânica, a indústria da madeira e a indústria química, os regressados fazem o seu investimento na construção civil, na indústria alimentar e na indústria têxtil. Não existem, no entanto, em nenhum dos casos, situações de relação exclusivas.

A variação por áreas de destino e por ramos de actividade revela-se bastante expressiva¹. É o Brasil que apresenta uma maior variação relativamente

¹ A individualização por países de destino teve que respeitar a inexistência de alguns dados, o que obrigou à introdução de um destino «Ex-colónias» para além de Angola e Moçambique, embora o primeiro corresponda aos dois seguintes, e a uma outra variável, «Sem Dados», perante a impossibilidade de identificar o país de destino do investidor.

aos valores médios. A variação positiva verifica-se nos Restaurantes e cafés (mais 26.90% que a média), especialmente importante na actividade da população regressada do Brasil, enquanto a variação negativa, sinónimo de menor importância das actividades, é visível na Indústria, com menos 16.20% do que a média. Uma situação idêntica verifica-se entre os que regressaram

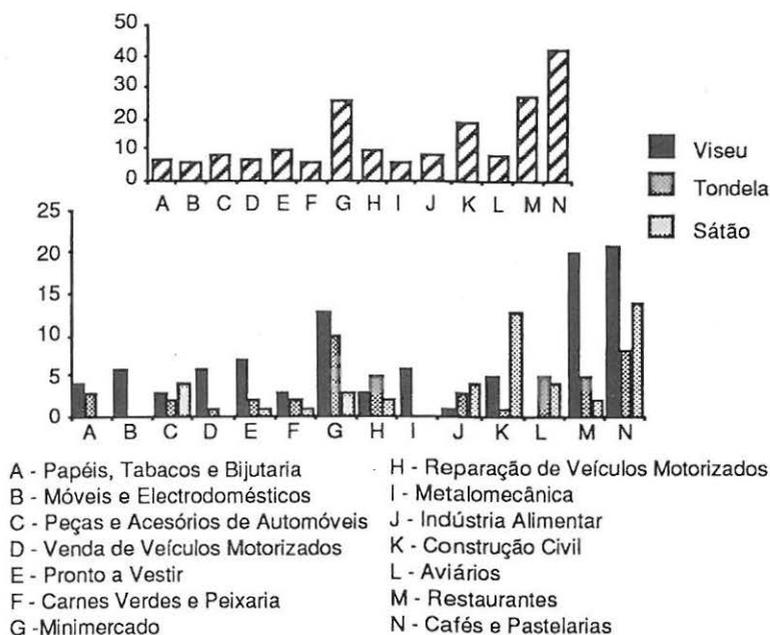


FIG. 34 — Principais ramos de actividade da população regressada e retornada (valores absolutos).

(Fonte: Levantamento em anexo).

da Alemanha (Restaurantes e cafés — 14.99% acima da média; a Indústria — 9.44% abaixo da média), embora a actividade destas populações, enquanto no estrangeiro, tenha sido substancialmente diferente: enquanto o português emigrado no Brasil se dedicou especialmente ao sector terciário (Comércio e Serviços), muitas vezes por conta própria, o português emigrado na Alemanha dedicou-se à Indústria e, quase sempre, por conta de outrem.

Estas duas situações que, tão diversas, vieram a originar circunstâncias de investimento tão parecidas em Portugal apontam-nos para duas realidades:

— a impossibilidade de Portugal canalizar, no sentido mais produtivo, a formação profissional, muito específica, da população emigrada que se dedicou à actividade industrial;

— o carácter aleatório entre a actividade profissional do emigrante no estrangeiro e a actividade que vem a exercer após o regresso.

Outros destinos de emigração apresentam também aspectos particulares. Saliente-se o caso da variação negativa (— 14.90%) da actividade comercial dos regressados de França. Da mesma forma, é inesperada a percentagem de variação positiva da população regressada de França que se dedicou ao sector Secundário (9.93% acima da média), embora, neste caso, a explicação passe pela predominância da construção civil naquele valor.

Das Ex-colónias portuguesas em África, Angola e Moçambique apresentam, também, variações que se reflectem de forma negativa no número de Restaurantes e cafés (8.1% e 17%, abaixo da média) e de forma positiva no Comércio (3.71% e 9.89%, acima da média).

Comparando a situação dos retornados de África com os regressados da Europa salienta-se precisamente a diferenciação existente entre o Comércio, com variação positiva para os retornados e negativa para os regressados, e os Restaurantes e cafés, com variação inversa.

De sublinhar, a importância da Agricultura e pecuária (7.47%, acima da média) nos regressados de França, enquanto os retornados das Ex-colónias apresentam uma percentagem de variação positiva superior aos regressados da Europa. Esta justifica-se pela actividade anterior ao regresso, pela integração numa área onde a pecuária, através dos aviários, mantinha uma grande vitalidade e se apresentou como a forma simples de resolução dos seus problemas económicos e profissionais.

2.3. As circunstâncias de regresso e o país de destino de emigração com o modeladores da relação regresso-investimento

Outras considerações sobre a relação entre o regresso e o investimento podem ser aferidas. O período de três e quatro anos que separa o regresso e o investimento da população inquirida retornada de Moçambique e Angola, respectivamente, é representativo quanto ao tipo de regresso efectuado. Efectivamente, o primeiro emprego surge geralmente por conta de outrém, por vezes até com re-emigração, e só mais tarde, com o acumular de algum capital próprio e com o recurso aos fundos disponíveis a juros bonificados, surge o investimento como forma de criação de postos de trabalho, inicialmente restritas ao núcleo familiar, mas que se alargaram à população em geral.

Quando questionados sobre a existência de emprego planeado imediatamente antes do retorno, 85% dos casos dos retornados de Angola e 74% dos retornados de Moçambique reconhecem que tal projecto não era considerado

(cfr. Fig. 36), o que vem justificar o grande lapso de tempo que decorreu entre os momentos do regresso e de investimento, quando visualizado conjuntamente com as condições à chegada a Portugal.

Também para a população regressada de França, se regista um largo intervalo de tempo entre o regresso e o investimento ao regressar (cfr. Fig. 36).

Estas circunstâncias, à primeira vista opostas, decorrem do facto de um dos emigrantes ter efectuado um investimento produtivo quase duas décadas após o regresso. Assim, de uma maneira geral, o investimento realiza-se em data muito próxima relativamente ao regresso, existindo mesmo situações de investimentos que o precedem. É lógico que se reagrupe a França com a Alemanha e Outros Destinos, visto as similitudes estabelecidas entre si serem consideravelmente mais significativas que as identificáveis relativamente a Angola e Moçambique.

O Brasil confirma-se, de novo, como caso singular. A coincidência entre o ano médio de regresso e o de investimento mostra a propensão destes emigrantes para o empreendimento por conta própria. Isto é visível, desde logo, pelo facto de a maior parte do investimento efectuado se concentrar em Viseu, revelando-se esta atracção como sintoma da maior facilidade de investimento existente neste concelho, relativamente aos outros dois em estudo. De facto, 70% dos inquiridos provenientes do Brasil afirmam terem um emprego planeado no momento da chegada a Portugal¹. De igual modo, a situação perante a actividade económica (Fig. 17), durante a emigração e após o regresso, confirma também este facto. Assim, verifica-se que, de todos os destinos individualizados, o Brasil é aquele que apresenta uma maior percentagem de emigrantes que de imediato, no país de acolhimento, iniciam uma actividade por conta própria.

3. MOBILIDADE PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO REGRESSADA E RETORNADA

3.1. Emprego e mobilidade profissional

Conhecendo-se o local de naturalidade do indivíduo, o local de residência antes da sua partida, o local ou locais de estada fora de Portugal Continental, o local de residência imediatamente após o regresso e o actual local de resi-

¹ Esta situação, conjuntamente com o frequente investimento por conta própria enquanto emigrados e o regresso não compulsivo, é responsável pela grande coincidência entre o período de chegada a Portugal e o de início de actividades empresariais.

dência, pode traçar-se um itinerário da mobilidade dos indivíduos, não remetendo apenas para uma situação de emigração em sentido restrito. Tal informação pode ainda ser complementada com a referência ao local de investimento, responsável por um aumento de mobilidade da população em estudo¹. Todavia, não menos importante é o percurso profissional dos emigrantes, estudo que se pretende concretizar de seguida².

A agricultura, a construção civil e a declaração de ocupação foram as actividades predominantes entre os emigrantes legais portugueses, no momento da partida. Correspondiam estas actividades àquelas que tinham os mais baixos índices de remuneração, conjuntamente com as mais difíceis condições de trabalho: a declaração de ocupação correspondia mesmo a situação que incluíam desde o subempregado ao não remunerado, geralmente vinculado a explorações familiares ou ao estudante e à dona de casa. E se, em alguns casos, o emigrante mantém a actividade que exercia em Portugal, numa boa parte, a mobilidade espacial encetada provoca a mobilidade profissional.

Perante este facto, tornava-se necessário auscultar o emigrante regressado sobre a sua mobilidade profissional. Esta mobilidade é delineada pela identificação da profissão ou profissões do emigrante antes da sua saída de Portugal, durante o período em que se encontrou num outro país e depois de regressar de novo ao seu país de origem.

O emigrante português conseguiu alcançar, em termos de emprego e de forma generalizada, uma melhoria da sua situação no país de acolhimento pelas suas capacidades de trabalho, embora o facto de uma grande percentagem ter saído do país clandestinamente, por isso mesmo, não contabilizada estatisticamente, tenha contribuído para essa melhoria, confirmada após o regresso em diversos inquéritos efectuados a esta população. Esta situação de marginalidade forçou-os a aceitar empregos pouco condizentes com as suas expectativas e foi frequentemente factor de aumento da mobilidade profissional. Enquanto a carta de trabalho e a carta de residência não fossem obtidas, o seu estatuto implicava a aceitação de qualquer exigência patronal, o que os obrigou a humilhações dificilmente consentidas nos seus países de origem. É óbvio que

¹ Esta referência mostra-se aqui de difícil aplicabilidade, visto que as afinidades sentimentais com o lugar de residência são determinantes, assim como a tentativa de transmitir uma imagem de sucesso à restante população, o que confina o território de fixação do emigrante regressado a um espaço coincidente com o do local de residência antes da emigração, especialmente quando a delimitação administrativa se materializa em contornos concelhios.

² Deve-se sublinhar, de novo, que a população inquirida é apenas constituída por emigrantes regressados que assumiram uma atitude empresarial.

a autorização de residência colocava o emigrante numa situação de maior segurança e confiança que resultavam na procura de melhores condições de vida: emprego melhor remunerado, ou ascensão na hierarquia profissional da firma em que já se integrava.

Assim, um grande número de portugueses emigrados teve mais do que uma actividade enquanto no estrangeiro, não sendo insólitos os casos de duplo emprego, pelo menos em algumas alturas do ano, combinando o emprego numa fábrica ou instituição pública com qualquer tipo de serviço pessoal, geralmente ligado às lides domésticas, à jardinagem, à actividade de motorista a tempo parcial.

O português retornado das Ex-colónias patenteia um percurso algo diverso. Os maiores apoios à integração desta população permitem também uma grande mobilidade profissional resultante, principalmente, do facto de existir um espaço sócio-económico extremamente receptivo às inovações e ao investimento e que facultou a mobilidade profissional através de investimentos simultâneos em ramos ou sub-ramos de actividade diversas, frequentemente complementares. Contudo, as condições do seu retorno originam dificuldades de integração profissional, responsáveis por uma maior instabilidade de emprego no período imediato à sua chegada.

Outro dado adquirido é o referente à emigração da família directa do emigrante. Quer se trate apenas da mulher ou da mulher e dos filhos, verifica-se um reagrupamento familiar, já evocado neste trabalho e sempre presente nos retornados. E, se um grande número de filhos não procura emprego de imediato, devido circunstâncias legais como a escolaridade obrigatória, a mulher vai integrar-se na população activa de forma a colaborar na concretização dos objectivos previamente estabelecidos pela família.

A população inquirida evidencia uma assinalável mobilidade profissional que, todavia, resulta do facto de uma parte importante desta não possuir uma situação profissional antes de emigrar, em virtude da sua pouca idade. A emigração provocou desaparecimento da população sem profissão (Fig. 35) e num aumento notório dos indivíduos ligados ao sector terciário. A permanência no estrangeiro fez aumentar o número daqueles que tinham uma profissão no sector secundário, em função do aumento da pluriactividade da população residente em África, enquanto a população ligada ao sector primário se mantém sempre diminuta:

Estas diferenciações tornam-se ainda mais flagrantes ao verificar-se que os pais dos emigrantes se dedicam predominantemente à agricultura, resultando a mobilidade profissional em alterações radicais entre gerações, a que se juntam as alterações provocadas pela própria emigração. Todavia, a actividade dos pais dos emigrantes não se distribuiu uniformemente (Fig. 35). Os valores

máximos de progenitores ligados à agricultura surge entre os emigrantes que se deslocaram para França, Alemanha, Brasil e Outros Destinos (sempre superior a 75%), enquanto Angola, Moçambique, África e Europa apresentam valores próximos ou inferiores a 50%, com a Indústria a ser muito importante nos três primeiros e os Serviços nos que se deslocaram para a Europa.

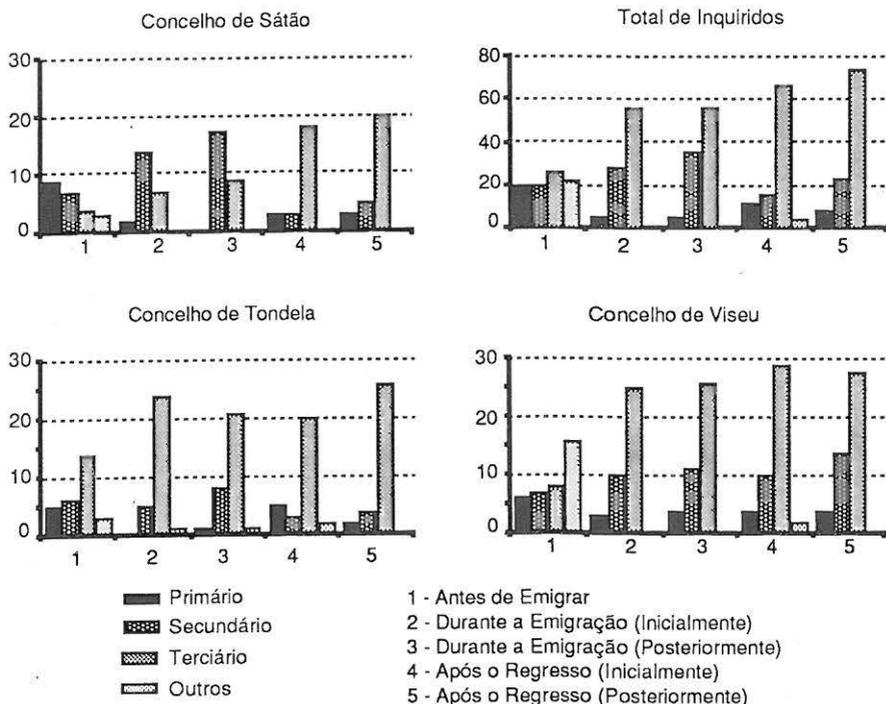


FIG. 35 — Mobilidade profissional da população que fez um investimento produtivo.

Após o regresso, o sector terciário continua a ser dominante, agora de forma mais expressiva ainda, em detrimento de sector secundário. Contudo, a estabilização da situação sócio-económica dos inquiridos após o seu regresso determina o aumento do investimento nos sectores terciário e secundário, contrariamente ao que sucede no sector primário. O aumento da pluriactividade na população inquirida, que decidiu aproveitar a política expansionista e investir o seu capital diversificando a sua produção, assim o determinou.

Em suma, o conjunto de dados recolhidos expressam uma evolução que resultou num processo de concentração da população inquirida no sector ter-

ciário da economia (Comércio e Restaurante e cafés), sendo de salientar também a importância da pluriactividade profissional intimamente relacionada com o sucesso do investimento inicial. O período de emigração evidencia uma importância considerável, embora efémera, do sector industrial directamente dependente do destino da emigração, como podemos verificar pela leitura dos dados, por concelho de fixação, após o regresso.

3.1.1. *O Concelho de Sátão*

A mobilidade profissional da população inquirida residente no concelho de Sátão regista variações motivadas pela predominância de diferentes países de destino de emigração da população desta área administrativa. Porém, a amplitude da mobilidade profissional deve-se às características da população activa do concelho de Sátão, predominantemente agrícola (mais de 80% em 1960 e mais de 55% em 1981).

Antes da emigração, a maior parte dos inquiridos exercia uma actividade no sector primário, apresentando-se o terciário como o sector da economia com menor número de efectivos. O contacto com a estrutura profissional dos países de destino originou grandes alterações. A maioria dos inquiridos, após o regresso, integra-se numa actividade do sector secundário da economia, embora também o sector terciário apresente um aumento significativo, com uma grande diminuição do sector primário, facto ampliado com o decorrer do período de emigração que provoca a passagem da totalidade dos activos do sector primário para o secundário e terciário. Uma análise de pormenor (Fig. 36) permite verificar que é na Agricultura (39.13%) e na Construção Civil (21.73%) que trabalhavam a maior parte dos inquiridos antes de emigrarem. Os primeiros deslocam-se para a Indústria Metalomecânica e para a Construção Civil, enquanto os segundos se mantêm no mesmo ramo de actividade. Este facto faz com que sejam a Construção Civil (26.08%) e a Indústria Metalomecânica (17.39%) a deter os maiores quantitativos de emigrantes, embora seja também visível uma diversificação profissional, através das actividades ligadas à Indústria Alimentar, à Indústria Química e ao sector Hoteleiro, Cafés e Restaurantes. Esta diversificação é ampliada, com a prolongamento do período de estadia no estrangeiro, pela intervenção no ramo dos Transportes, enquanto, simultaneamente, a Construção Civil vai agregando um maior quantitativo de emigrados (34.61%) (Fig. 36).

Após o regresso, as alterações voltam a ser significativas devido à redução da importância do sector secundário, praticamente inexistente no concelho de Sátão, excepção feita à Construção Civil, e à expansão do quantitativo de indivíduos que passam a dedicar-se ao sector terciário.

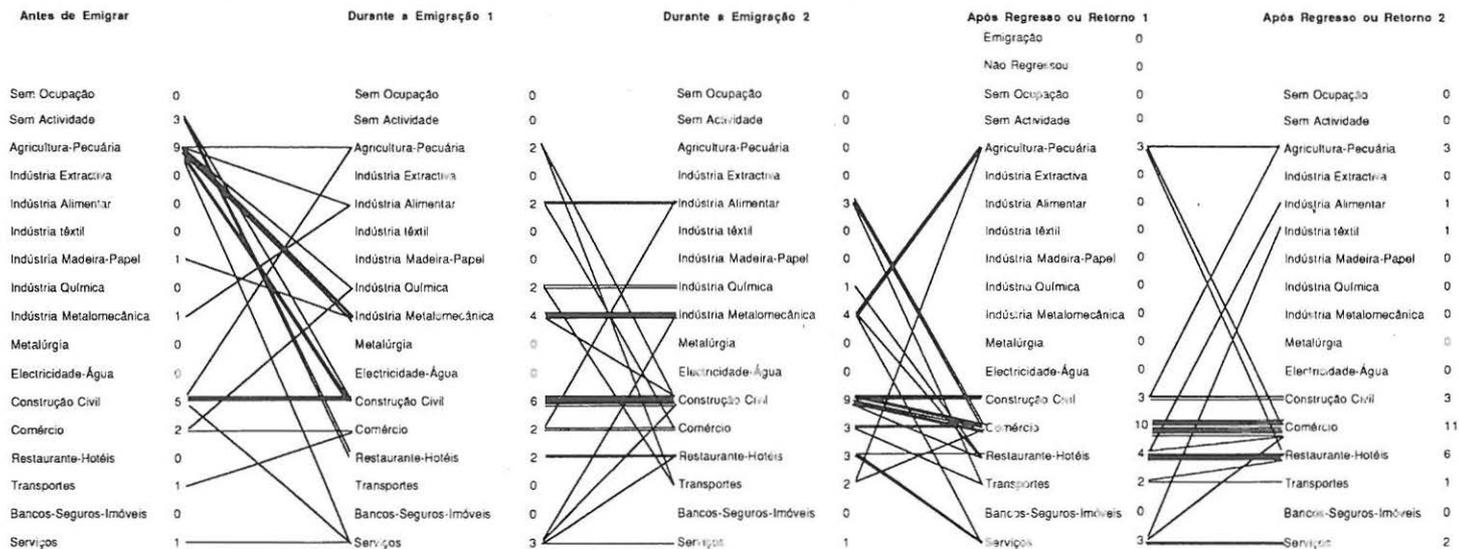


FIG. 36 — Mobilidade profissional da população que esteve emigrada, no concelho de Sátão.

O sector primário retoma um pequeno quantitativo de activos com profissão declarada¹ (12.50%), enquanto a população que se dedicava à Construção Civil e à Indústria Alimentar no estrangeiro se integra no Comércio ou no ramo dos Restaurantes e Cafés; aqueles que se dedicam à Construção Civil são aqueles que tinham essa actividade enquanto no estrangeiro. Desta forma, após o regresso, é o Comércio que se apresenta como actividade dominante (37.50%), enquanto a segunda preferência são os Restaurantes e Cafés (16.67%). O ampliar do período de estadia após o regresso determina ainda uma maior concentração de actividades no Comércio (39.29%) e nos restaurantes e Hóteis (21.43%), mostrando que o investimento da população regressada da Europa praticamente se restringe a um investimento não produtivo², embora muito importante na melhoria das condições de vida das populações rurais.

3.1.2. *O Concelho de Tondela*

A estrutura da mobilidade profissional no concelho de Tondela é diferente da que encontramos no concelho de Sátão. De facto, a população inquirida aqui residente (Fig. 35) dedicava-se, antes da emigração, predominantemente a actividades no sector primário da economia, enquanto a do concelho de Tondela revela uma nítida dominância do sector terciário (28.57%) (Fig. 37), embora os Transportes e os Serviços também sejam representativos. Por outro lado, a população profissionalmente integrada no sector secundário tem como ramo de actividade a Construção Civil.

O período de estada no estrangeiro implica a concentração da população no Comércio (48.48%) e nos transportes (17.24%), sector terciário dominando claramente os outros sectores (no concelho de Sátão, registou-se a situação inversa, pois aí o sector secundário detinha a primazia). A mobilidade pro-

¹ Uma grande parte de regressados, especialmente os provenientes da Europa, vivem dos rendimentos, mantendo-se fora do quadro de activos, mas dedicando-se à agricultura, pecuária e silvicultura, sendo a recolha de resina relativamente importante neste âmbito. Outros ainda, exercendo uma profissão por conta de outrém, assumem uma pluriactividade, em que a agricultura detém sempre uma posição relevante, sendo geralmente importante o investimento nela efectuado. Refira-se, a título de exemplo, a situação da localidade de Rãs, onde existem actualmente 18 tractores, 50% deles pertença de ex-emigrantes, para além de vários motocultivadores, com um subaproveitamento declarado do investimento efectuado. O tractor serve apenas para utilização própria ou para prestação de favores à família ou amigos, mantendo-se parado durante a maior parte do ano.

² Refira-se, contudo, que a única indústria de têxteis-confecções do concelho pertence a um emigrante regressado do Luxemburgo.

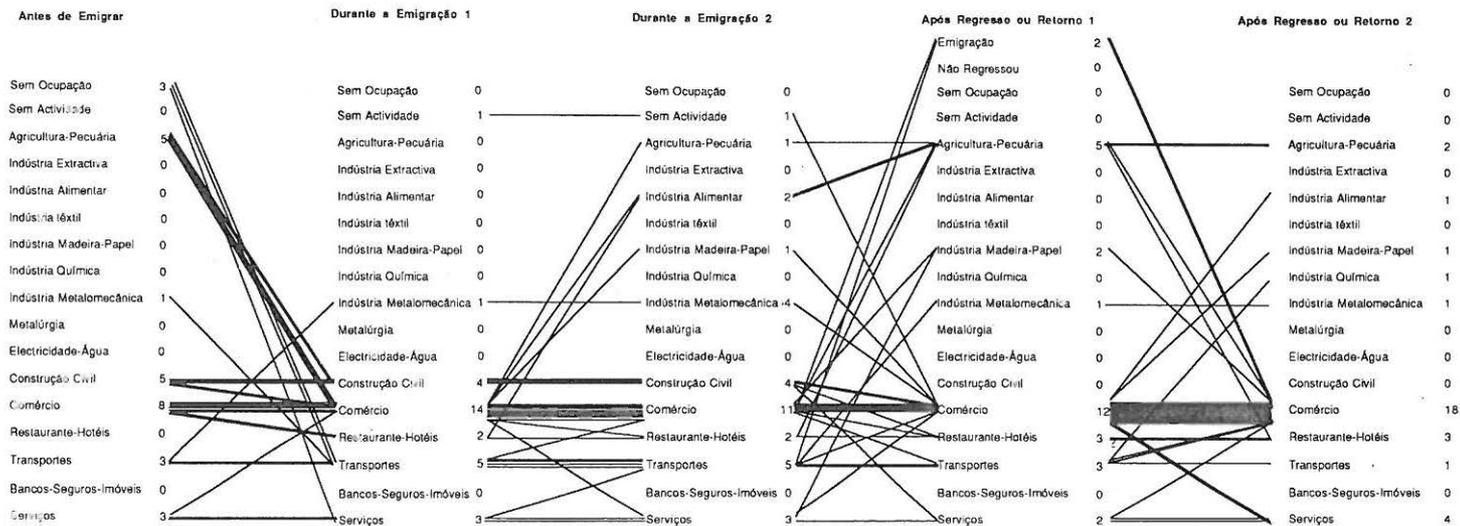


FIG. 37 — Mobilidade profissional da população que esteve emigrada, no concelho de Tondela.

fissional durante a emigração originou a diminuição do número de indivíduos ligados ao sector terciário, em detrimento dos que passam a dedicar-se ao sector secundário. Esta alteração resultou na diversificação das actividades, com a distribuição de uma parte da população que se dedicou inicialmente ao Comércio pela Indústria Alimentar e pela Indústria da Madeira.

Depois do regresso ou do retorno, o sector terciário continua a ser dominante, salientando-se, todavia, o maior significado do sector primário sobre o sector secundário. Esta distribuição profissional será, com o decorrer do período de retorno, mais concentrada no sector terciário, verificando-se, também, um decréscimo do sector primário, com aumento do sector secundário. Com efeito, o nosso inquérito identificou 56.25% dos indivíduos abordados como activos integrados no ramo comercial num primeiro período de investimento, subindo o valor de inquiridos inseridos no sector comercial na actualidade a 81.25% (Comércio, Transportes, Serviços e Restaurantes e Cafés).

3.1.3. *O Concelho de Viseu*

A estrutura profissional dos inquiridos residentes no concelho de Viseu apresenta alguma semelhança com a situação encontrada em Tondela.

No período que antecedeu a emigração, prevalece o sector terciário; contudo, são os indivíduos sem actividade económica que estão em maioria (43.24%), consequência do facto de a idade de saída ser especialmente baixa, numa parte importante inferior a 18 anos e também pelo facto de existirem restrições, por parte das instâncias oficiais, à saída de indivíduos com determinadas actividades profissionais, consideradas essenciais para o desenvolvimento do país. Por outro lado, o período de estada fora de Portugal corresponde a uma alteração significativa em termos profissionais, originando uma escolha, agora clara, pelo sector terciário, embora o sector secundário mantenha quantitativos sempre superiores aos encontrados para Tondela.

Durante a emigração, a população não activa distribuiu-se pelo Comércio (43.75%), mas também pelos Serviços (37.50%) e pela Construção Civil (18.75%). Com efeito, são os Comerciantes provenientes de actividades como o próprio comércio e a agricultura, que estão em maioria (34.21%), evidenciando também os Serviços um quantitativo importante (23.68%); os indivíduos aqui incluídos são não activos, ou activos que já se dedicavam ao ramo antes de emigrar. A estadia no país receptor, embora a mobilidade profissional aí ocorrida seja bem visível (Fig. 38), pouco se modifica relativamente ao primeiro cenário descrito.

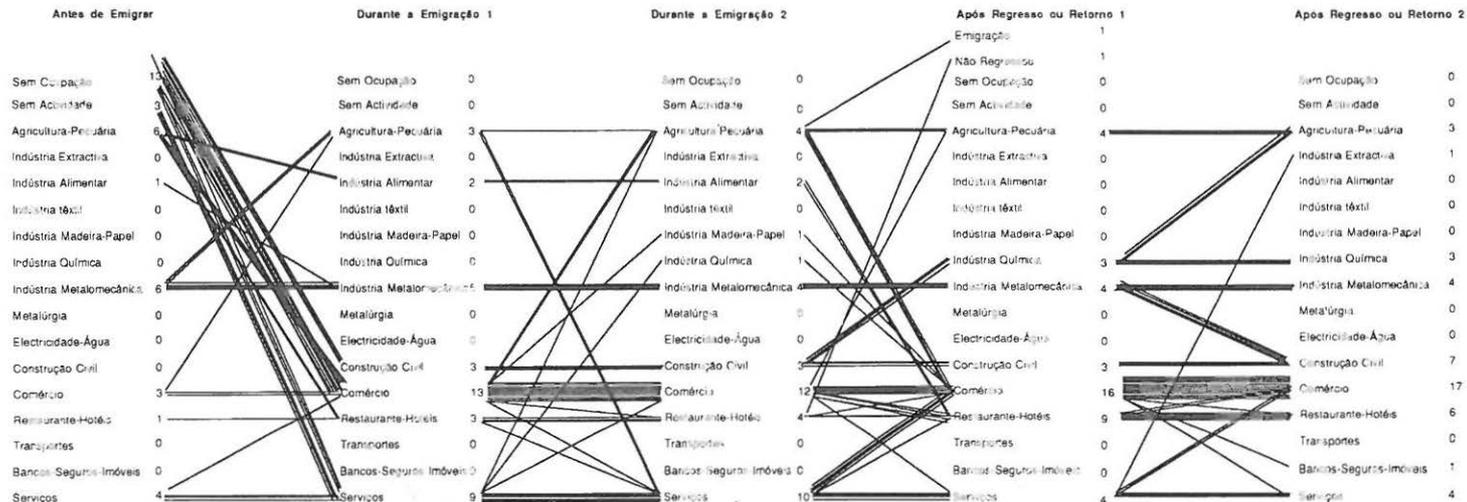


FIG. 38 — Mobilidade profissional da população que esteve emigrada, no concelho de Viseu.

As maiores alterações surgem após o regresso ou retorno a Portugal. O sector terciário amplia o seu domínio sobre os outros sectores de actividade, especialmente, através do Comércio (35.56%), que atrai população com actividade Agrícola, anteriormente nos Serviços, na Indústria Química e na Indústria da Madeira, e dos Restaurantes e Cafés (20%), e 33.34% daqueles que se dedicavam ao Comércio e ainda aos Serviços e à Indústria Alimentar. A estabilização da situação em Portugal provoca algumas alterações que passam pela valorização da Construção Civil, de 6.67% a 14.29%, pela desvalorização dos Restaurantes e Cafés, de 20% para 12.24%. Na realidade, as alterações referentes a este segundo período após o retorno ou o regresso corresponde mais ao aumento da pluriactividade do que a uma simples mobilidade profissional. São os empresários com firmas bem enraizadas no mercado que, promovendo os seus negócios, investem em novas actividades. Isto origina o aumento do sector industrial relativamente aos restantes, o que expressa, por parte dos empresários, uma consciencialização do poder deste sector no efeito multiplicador dos seus rendimentos e, indirectamente, na acumulação de crescimento no ponto de concentração do investimento, embora, no caso de Viseu, tal seja resultante de políticas de descentralização pontual da indústria.

Tendo em consideração a área em estudo, existe uma mobilidade diferentemente expressa e em conformidade com os diferentes períodos do ciclo emigratório. Comparando o período anterior à emigração, com a estadia no estrangeiro e com o período posterior ao regresso, pode-se verificar a evolução dos diferentes ramos de actividade.

A população Sem Actividade e Sem Ocupação concentra-se praticamente, no período antes da emigração, correspondendo, a que surge durante a emigração, a indivíduos nascidos fora de Portugal. Esta concentração põe em destaque e justifica uma importante emigração de tipo familiar que caracterizou a saída de portugueses para as então colónias de África. Também a população que se dedicou à agricultura durante o ciclo migratório o faz antes da emigração, corroborando a ideia generalizada, já expressa ao longo deste trabalho, de que, numa primeira fase, são as populações dos espaços rurais que mais contribuem com efectivos para o fluxo emigratório, demonstrando a pouca incidência do investimento na Agricultura após o regresso.

Durante a emigração as actividades dominantes alteram-se substancialmente. A Indústria Alimentar, a Metalomecânica e a Construção Civil apresentam-se como preferenciais para a população emigrada, assim como os Transportes e os Serviços.

Após o regresso, as actividades dominantes passam a ser a Indústria Têxtil, a Indústria da Madeira, a Indústria Química (produtos farmacêuticos) e, ainda, os Restaurantes e Cafés e o Comércio. Sublinhe-se, também, que

os activos no sector primário, depois do regresso, dedicam-se a criação de gado, (galináceos e bovinos).

As variações profissionais apresentam-se bem demarcadas, podendo ser perspectivadas como consequência fundamental de todo o processo emigratório português.

3.2. Modos de acesso ao emprego

A emigração, de uma maneira geral, e a portuguesa, de forma particular, depende, em grande parte, em termos de destino, da imagem de sucesso que a população emigrada projecta na população residente e da existência de orientação e apoio no momento da chegada ao país receptor.

Não é, pois, de estranhar que o emigrante português procure localizar-se junto de amigos e familiares, quando procura emprego no estrangeiro. Para o potencial emigrante, revela-se de extrema importância saber que a sua integração pode ser acompanhada e apoiada de perto por alguém da sua confiança já conhecedor das alternativas de emprego na área onde reside. De forma idêntica, não é de estranhar, da parte de amigos e familiares previamente estabelecidos em diferentes países de acolhimento, a colaboração na integração do novo emigrante no mundo do trabalho, em que eles próprios já se encontram, vendo sempre com bons olhos a possibilidade de manterem contactos com população portuguesa. Esta é, por vezes, a única forma de contacto social, fundamental numa sociedade onde as pressões se multiplicam, e que resulta frequentemente em associações de nacionais portugueses.

Na realidade, em diversas situações, são os familiares que facilitam as partidas, não exclusivamente pela imagem de sucesso que exibem, mas pelo acolhimento, informação e orientação que podem facultar e que se tornam essenciais para a efectivação da emigração.

No mesmo cenário se inscreve a importância da clandestinidade emigratória na mobilidade internacional portuguesa. Na verdade, a emigração clandestina veio a condicionar consideravelmente a forma como o emprego foi obtido. Executando uma saída do país «a salto», o emigrante português raramente contava com qualquer tipo de apoio no país de acolhimento, excepto quando a família e amigos estavam já emigrados, o que lhe permite um estabelecimento rápido e a penetração no mercado de trabalho.

A realidade dos portugueses retornados das Ex-colónias volta a ser diferente daquela aqui já referida, isto, porque as saídas de Portugal Continental para as Ex-colónias envolviam sempre a posse de uma carta de trabalho, para além de um posicionamento social favorável à ascensão económica, possível também devido às potencialidades do espaço em que se integraram. Daí que

grande número de portugueses, depois de empregados por conta de outrém nas Ex-colónias, aí investiram as suas economias e criaram empresas, desempenhando um papel importante no investimento, tanto em Angola como em Moçambique. Esse vem a ser, posteriormente, o seu papel também em Portugal Continental. Esta é uma situação que praticamente não se regista, no que diz respeito aos emigrantes portugueses na Europa, embora a emigração portuguesa para o Brasil, à semelhança do que acontece com os portugueses saídos para as Ex-colónias, implique, também, frequentemente, o investimento efectuado por conta própria.

A grande dificuldade do movimento encetado anos atrás pelos retornados de África surgiu, de forma premente, após o regresso forçado ao Continente. Por isso mesmo, mostrou-se fundamental analisar também a forma como o emprego foi obtido após o retorno, definindo-se, assim, dois momentos, como forma de salientar uma possível evolução verificada na actividade profissional depois de um regresso, compulsivo ou não. Sublinha-se, assim, o papel fundamental do investimento dos portugueses retornados pela inclusão de uma variável referente à criação de um negócio por iniciativa própria ou à participação em sociedades empresariais.

No país de destino (Fig. 39), a forma com o emprego foi obtido, embora variada, destaca como preponderante a intervenção de familiares (56%) e amigos (14%), especialmente decisiva entre os emigrantes que se deslocaram para o Brasil (100%), mas de menor importância na Alemanha e Europa. Aqui, a necessidade de contratos celebrados antes da emigração relegam para segundo plano a importância das relações familiares ou de amizade no processo de integração profissional. Outro tanto não se verificou com os emigrantes que se deslocaram para a França, muitos deles clandestinamente ou com passaporte de turismo, que se viram necessitados de recorrer a amigos e familiares já emigrados para o seu ingresso no mundo do trabalho.

A forma como o emprego foi conseguido, depois do regresso ou do retorno (Fig. 36), apresenta variantes muito diversificadas, em função da situação no país de acolhimento. A visualização desta realidade identifica-nos as respostas «nada arranjado» e «criou negócio» como dominantes, associadas a destinos diferentes perfeitamente individualizados. A ajuda da «família» e dos «amigos», poucas vezes referida, é indicada pelos retornados das Ex-colónias¹ e regressados de África, embora, muitos deles com reticências.

¹ Num outro ponto deste trabalho refere-se precisamente o contrário daquilo que aqui se afirma. Efectivamente, os inquiridos retornados das Ex-colónias, embora refiram o apoio dado pelos familiares, mostram-se frequentemente desiludidos com o seu auxílio. Julga-se que esta ambiguidade resulta, quer das enormes carências dos retornados, a quando da sua

A declaração de que o regresso acontece com «nada arranjado» surge ligada à população retornada de Angola e Moçambique, relacionada com a saída intempestiva desses países e com a retenção de grande parte dos bens.

A forma como o emprego foi obtido (Fig. 39) depende, em grande medida, do planeamento do regresso efectuado pelo emigrante. A afirmação da inexistência de emprego planeado para o regresso agrupa, mais uma vez, os retornados de Angola e Moçambique, directamente confrontados com os factores

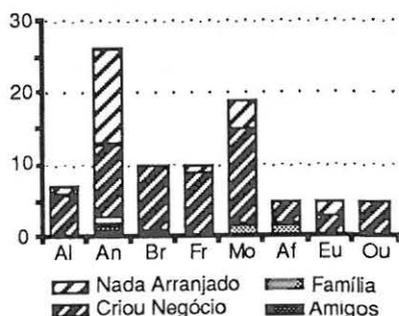


FIG. 39 — Forma de acesso ao emprego após o regresso.

(Fonte: Inquérito).

compulsivos do fenómeno que os reconduziu a Portugal. Por outro lado, são os regressados de França, Outros Destinos e Brasil que referem com mais frequência um planeamento do emprego antes do regresso. Assim, parecem existir relações entre o regresso compulsivo e as afirmações de «nada arranjado», ajuda da «família» e dos «amigos» na reintegração social e económica em Portugal.

A situação actual dos ex-emigrantes apresenta alterações substanciais, embora as condições de vida sejam bastante diferentes do que aquelas que foram indicadas antes da emigração. As situações «satisfatórias» são dominantes, embora uma «boa» situação seja também muito frequente, representando, contudo, um retrocesso relativamente ao período de emigração. Este facto é extremamente importante na decisão de re-emigração que é relegado para um segundo plano devido à aldeia e à família, embora, em última análise, essa

chegada a Portugal, quer das suas expectativas de ajuda incondicional por parte da família. Mas, resulta também, do receio dos autóctones que têm dos familiares emigrados uma imagem de enorme sucesso e se sentem no «direito» de escamotear o apoio a quem durante tanto tempo viveu sem nunca ter se preocupado com as suas dificuldades. O jogo destas variáveis, conjuntamente com a ajuda incondicional dada, nalguns casos, por amigos e familiares explica a validade das duas tomadas de posição, embora contraditórias.

possibilidade não se tenha ainda desvanecido no espírito de grande número dos inquiridos.

Um aspecto que representa um factor atractivo relativamente a Portugal é o perspectivar da evolução das condições de vida a médio prazo (cinco anos). Se alguns dos regressados não mostram ter uma ideia clara sobre o assunto, a maioria aponta para a melhoria da sua situação actual, referindo, um certo número de indivíduos a possibilidade de ascenderem a uma situação melhor do que aquela de que usufruíram enquanto no estrangeiro. Tal pormenor é muito importante, até pelo facto de os mais optimistas serem aqueles que investiram na indústria transformadora e, como tal, dignos representantes de desenvolvimento potencial da área em estudo.

NOTA FINAL

A emigração tem sido uma constante na estruturação da sociedade portuguesa, no entanto, as condições que originam a alteração das características da movimentação internacional dos portugueses podem resumir-se: à área de emigração, ligada a uma noção de tempo de deslocação e espaço físico a vencer, à crise económica mundial evidenciada com a Crise Energética de 1973-1974; às alterações sócio-económicas e políticas de Portugal na década de setenta; ao período de emigração médio do trabalhador português; à disposição de regresso da maior parte dos portugueses que saíram do país.

Só por si, o regresso estabelece toda uma temática que envolve as mais diferenciadas características e as mais variadas situações, que se reflectem no país de partida, no país de acolhimento, nas populações destes países e, de forma decisiva, no ex-emigrante: na sua integração social, facilita ou não, na sua participação no desenvolvimento e na vida sócio-económica local, regional e nacional. Na realidade, nos últimos anos o emigrante regressado tem tido uma importância efectiva no desenvolvimento local e regional, de tal forma, que se transforma em factor de desenvolvimento.

A recessão económica da década de setenta acelerou o regresso de milhares de trabalhadores que haviam engrossado a população dos países desenvolvidos da Europa Central. Alteram, contudo, o seu estatuto de países receptores de mão-de-obra, diminuindo as taxas de imigração com o intuito de diminuir o desemprego e as pressões sociais, resultantes da instabilidade decorrente dos menores rendimentos, do desemprego e da xenofobia. Todavia, vão ser os países fornecedores de mão-de-obra a debater-se com os principais problemas agravados por uma estruturação económica pouco equilibrada. O regresso é ainda facilitado pela vulnerabilidade da população imigrante, dependente de um conjunto de estatutos a adquirir (carta de residência, carta de trabalho, inserção sócio-profissional), sujeita a restrições de direitos, por vezes, a tratamento marginal e vivendo sob o efeito de uma xenofobia sufocante. «O retorno não é então uma eventualidade mas sim um fenómeno necessário na realização da estratégia capitalista» (Sains, Angels Pascual de — 1983, p. 51), todavia, «abordar a questão do regresso de emigrantes portugueses é, antes de mais, analisar o contexto social, económico e geográfico do fenómeno emigratório português» (CÓNIM, Custódio — 1985, p. 77). Até porque, as áreas de partida, pelo jogo de factores de atracção, que são fomentados ou esbatidos, podem, conjuntamente com o mesmo jogo de factores mas nas áreas de destino potenciais,

provocar uma reciclagem de emigrantes regressados e motivar a população autóctone a iniciar o ciclo migratório, processo que parece estar pungente na sociedade portuguesa.

Estas movimentações tem contribuído para a recuperação populacional em espaços que manifestaram, ao longo de décadas anteriores, níveis preocupantes de repulsão de população. Potencializa-se, agora, o desenvolvimento através do jogo de recursos em que o homem como consumidor, produtor, mão-de-obra, difusor de inovações, criador de espaços, é expoente relevante: os ainda emigrantes, os emigrantes regressados e retornados têm funcionado como agentes de desenvolvimento de espaços periféricos locais e predominantemente rurais. Sendo estes continuamente relegados para um segundo plano de aproveitamento e exploração de factores de desenvolvimento e/ou reconversão, o investimento dos emigrantes têm funcionado como panaceia: colmatando dificuldades, quer através dos serviços prestados, quer dos postos de trabalho criados, quer do nível de vida melhorado; servem também de alerta, pois, permitem verificar que a igualdade de oportunidades, satisfação de necessidades, oferta de serviços, em suma, acesso às comodidades da sociedade moderna, não alcançou ainda uma grande parte dos cidadãos.

O concelho de Viseu atraiu a população e o investimento dos retornados das Ex-colónias e dos mais dinâmicos emigrantes regressados. Esta fixação, num espaço que para alguns é naturalmente seu, representa, para estes e para a maioria, o reconhecimento das potencialidades de investimento e de clientela deste concelho. E se o concelho de Tondela é representativo de uma situação intermédia, o concelho de Sátão, predominantemente agrícola, com o comércio e os serviços muito incipientes e uma indústria praticamente inexistente, tem repellido o investimento. Mas, o emigrante regressado tem, neste concelho, um papel muito importante. Embora com facilidades fiscais e com facilidade de obtenção de áreas minimamente equipadas para a localização da indústria, o êxito destas políticas tem sido praticamente nulo na população em geral e o seu aproveitamento tem sido efectuado precisamente pela população emigrante, que funciona como principal agente de desenvolvimento local.

O tipo de investimento do emigrante regressado e do retornado concentra-se no sector terciário da economia, com baixos investimento e lucros mais rápidos, evidenciando desta forma as motivações que o fizeram emigrar: a obtenção de sucesso financeiro que o catapultasse, se possível, para uma posição social de relevo. Porém, algumas das grandes empresas industriais da área em estudo estão directamente dependentes do investimento da população regressada e retornada, indicador da existência de agentes activos, no seio daquelas populações, responsáveis pela dinamização do espaço em que se reintegraram.

Podem-se distinguir dois comportamentos distintos entre retornados e regressados, que dependem, contudo, de um mesmo objectivo específico: a independência económica e profissional. A passagem por assalariados como trampolim para a obtenção do capital suficiente para um investimento por conta própria, por vezes temporalmente simultâneo, no caso dos primeiros; a incerteza do tipo de investimento a efectuar, por parte dos regressados: para melhorar o seu nível de vida (habitação própria, carro, tractor, electrodomésticos, terrenos), para obtenção de rendimentos de forma passiva (aluguer e arrendamento), ou, de forma activa, virado para o sector produtivo através de criação de uma ou várias firmas por conta própria. Julgamos que a população regressada passa frequentemente por estes diferentes tipos de investimento antes de assumir um papel interventor na produção ou no mercado, responsável pela diferença encontrada entre ano de regresso e ano de investimento. Todavia, não se podem determinar situações de exclusividade e é, sem dúvida, possível encontrar população retornada confrontada com a mesma incerteza em relação ao seu investimento. A distinção mais significativa encontra-se na população que não investiu de forma produtiva: enquanto os emigrantes regressados procuram uma situação de independência profissional, através da exploração dos terrenos que entretanto adquiriram ou que já possuíam; os retornados integram-se, mais frequentemente, na população activa a trabalhar por conta de outrem, devido também à sua reintegração ter sido efectuada predominantemente em espaços urbanos.

A relação entre ramos de actividade e países de destino é também elucidativa. A população que esteve no Brasil e nas Ex-colónias dedica-se predominantemente ao Comércio e aos Restaurantes e Cafés. Porém, tanto em Tondela como no Sátão, é importante o sector primário dependente dos investimentos efectuados na pecuária, pelo estímulo da existência de estruturas organizadas ligadas à criação de galináceos, à recolha e tratamento de leite, sendo especialmente inovador o investimento feito na lombricultura por regressados no concelho de Sátão, que rapidamente se expandiu a outras áreas e investidores.

O investimento no sector secundário da economia, por parte dos inquiridos, permite, também sublinhar diferentes orientações, directamente dependentes do país receptor da emigração, do tipo de situação perante a actividade económica do indivíduo enquanto emigrado, das suas aspirações enquanto membro de uma sociedade em que se reintegrou, e também da atitude comportamental assumida, passiva ou activa, económica e socialmente. O concelho de Viseu concentra os investimentos industriais mais representativos, sobrepondo-se, também, aqui, o investimento efectuado pelo retornado ao do regressado evidenciando, este facto, o papel mais activo daqueles na criação de empresas industriais. A preferência dos emigrantes regressados, no sector

secundário, recai sobre a Construção Civil. De facto, um grande número investe neste ramo, quer pelo pouco capital inicial necessário, quer pelo facto de tal actividade não implicar um espaço físico devidamente apetrechado, quer pela procura constante deste tipo de profissionais, especialmente incentivada pela população que continua a regressar a Portugal e por aqueles que ainda se mantêm emigrados. A construção de casa própria pela maioria dos emigrantes e o seu investimento em imóveis para habitação formentam o aparecimento de novos empreiteiros, que aproveitam os conhecimentos adquiridos enquanto emigrados, não raras vezes como trabalhadores da construção civil. Mas as condições de investimento são mal exploradas por parte dos emigrantes. Esta situação decorre do desconhecimento relativamente às alternativas ou opções existentes, com especial incidência naqueles que apresentam menor nível educacional e mais fragilidades culturais. É o que acontece no concelho de Sátão, onde a população está predominantemente ligada ao sector agrícola. A expressão desta realidade é visível na imprensa regional, que oferece oportunidades de investimento representativo do reconhecimento das potencialidades que reveste o investimento dos emigrantes regressados e das dificuldades deste em investir.

O fenómeno de regresso e retorno das populações migrantes portuguesas envolve, no princípio dos anos noventa, novas cambiantes que parecem reflectir que a emigração vai continuar a ser a resposta de um grande número de indivíduos às dificuldades de alcance de satisfação pessoal (social, económica e profissional).

A par das estimativas de regresso de emigrantes, integradas em cenários que envolveram números superiores aos efectivamente verificados, implicando a manutenção de grandes comunidades de portugueses no estrangeiro, manifesta-se agora um acréscimo do número de saídas, constatável desde o início dos anos oitenta e ampliado pela atracção de novos destinos, pelo tardar da melhoria das condições vida e pelo apelo duma Europa que parece garantir, agora, iguais oportunidades de trabalho e tratamento, melhores rendimentos e facilidades de integração social e económica.

Estes factos e a situação de ruptura sócio-cultural criada pelas dificuldades de reinserção na sociedade portuguesa e integração efectiva na sociedade do país de destino, por vezes de naturalidade, coloca os filhos dos emigrantes, «a segunda geração», numa posição pouco favorável. Efectivamente, a inadaptação ao «modo de vida rural», onde passam a viver, visto ser frequentemente a área de fixação dos pais, coloca-lhes dificuldades de reinserção que culminam com a migração para áreas urbanas, com a re-emigração ou regresso ao país de naturalidade; onde, embora com um modo de vida que defendem como mais coadunado às suas necessidades,

encontram também obstáculos diversos: xenofobia, marginalização, segregação profissional.

As potencialidades do mercado de trabalho europeu, virão a apresentar um aproveitamento adequado quer através da reciclagem de emigrantes regressados, quer através do aumento da mobilidade de mão-de-obra não especializada, para tarefas consideradas menos nobres nos países receptores, e semi-especializada em concorrência com os seus parceiros europeus. Por outro lado, atingida a estabilidade nas Ex-colónias africanas, Angola e Moçambique parecem ser países especialmente atractivos para os portugueses, facto expresso na população que investiu ao manter relações importantes com aqueles países com o mercado dos seus produtos e como possíveis áreas de investimento futuro, e na população retornada em geral, pelo saudosismo demonstrado e pela esperança de, um dia, recuperarem os seus haveres. Todavia, Portugal pode ver-se confrontado com a *reprise* de regresso compulsivo de grandes contingentes de portugueses. A instabilidade na África do Sul e no Sul de África pode vir a causar a saída generalizada dos emigrantes portugueses (mais de 600.000).

O fenómeno emigratório e as suas implicações estão sempre presentes na história portuguesa, tanto a passada, como a presente com a perspectivada, e as barreiras entre o encerrar e o retornar do ciclo desvanecem-se pelo multiplicar dos factores de atracção-repulsão, pela variedade de áreas de destinos, pelas facilidades técnicas de ligações entre espaços, pela importância do comportamento individual na mobilidade das populações.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos; BARRETO, António (1976) — *Capitalismo e Emigração em Portugal*. Prelo, Lisboa, 312 págs.
- ANIDO, Nayade; FREIRE, Rubens (1978) — *L'émigration portugaise. Present et Avenir*. P.U.F., Paris, 197 págs.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) — *A Emigração Portuguesa. Suas Origens e Distribuição*. Biblioteca Breve, Série História, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 172 págs.
- BARATA, Óscar Soares (1966) — Os Movimentos Populacionais entre a Metrópole e o Ultramar Português. *Estudos Políticos e Sociais*, Vol. IV, n.º 3, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 1009 a 1013.
- BOURA, Isabel e JACINTO, Rui (1984) — Evolução Demográfica, Emigração e Retorno na Região Centro: Transformações Recentes. *Desenvolvimento Regional*, n.º 18, Boletim da Comissão de Coordenação da região Centro, Coimbra, págs. 33 a 47.
- BOURA, Isabel; JACINTO, Rui; PIRES, Ana (1980) — Estudo do Sistema de Lugares Centrais da Região Centro. *Desenvolvimento Regional*, n.º 11, Boletim da C.C.R.C., Coimbra, pp. 47 a 78.
- CAETANO, Lucília de Jesus (1986) — *A Indústria no Distrito de Aveiro. Análise Geográfica Relativa ao Eixo Rodoviário (EN n.º 1) Entre Malaposta e Albergaria-a-Nova*. Vol. I e Vol. II, Comissão de Coordenação da região Centro, Coimbra, 621 págs.
- CAZORLA PÉREZ, J. (1981) — *Emigración y retorno. Una perspectiva Europa*, Instituto Español de Emigración, Madrid.
- CLAP (Comité de liaison pour l'Alphabetisation et la Promotion) (1978) — *Le Retour Vu du Portugal*. Voyage d'étude organisé par le CLAP, Paris, 89 págs.
- COLUMBU, Michele (1987) — *Relatório sobre os Problemas Regionais e os Movimentos Migratórios*. Comissão da Política Regional e do Ordenamento Territorial, Relatórios das Comunidades Europeias, Parlamento Europeu, 27 págs + anexo.
- CÓNIM, Custódio N. P. S. (1985) — Emigrantes Portugueses: O Regresso, 1960-1981. *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, n.º 26, 1983-1984, I.N.E., Lisboa, págs. 73 a 126.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1988) — *A População e o Povoamento da Gândara (Génese e Evolução)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 556 págs.
- DELORME, Jacques (1983) — *Le Portugal et ses Emigrés en France: Étude des Effets Retour*. Le Conseiller Economique et Commercial, Ambassade de France au Portugal, 77 págs e anexo (Policopiado).

- DYJK, Peter Van (1986) — Private Savings, Remitted by Emigrants, and Regional Development. *O Financiamento do Desenvolvimento Regional e Local*, Seminário Organizado pela C.C.R.C. e O.C.D.E., Ministério da Plano e da Administração do Território, Coimbra, págs. 61 a 66.
- FERRÃO, João (1985) — Alguns Elementos acerca da Questão do Investimento Industrial no Concelho de Viseu. *Desenvolvimento Regional*, 1.º semestre, n.º 20, Boletim da C.C.R.C., Coimbra, págs. 25 a 63.
- FERREIRA, E. Sousa (1984) — *Reintegração dos emigrantes portugueses. Integração na C.E.E. e desenvolvimento económico*. Associação de Estudantes do Instituto Superior de Economia. CEDEP. Lisboa.
- GARSON, Jean Pierre; TAPINOS, Georges (1980) — Transferts de Fonds et Comportment Économique des Migrants. L'Argent des Immigrés. Revenus, Épargne et Transferts de huit nationalités immigrés en France. *Travaux et Documents*, Cahier n.º 4, P.U.F., I.N.E.D., Paris.
- GOMES, Rita (1986) — *Questões de Migração. Regresso e Reinserção. Medidas*. Semana Cultural 'Amarante, O Homem, O Mundo. S.E.C.P., I.A.E.C.P., C. M. de Amarante, 14 págs.
- GUERRA, Carlos (1988) — As Maisons. *Jornal Arquitectos*, Junho, n.º 67, Associação Arquitectos Portugueses, pág. 9.
- HEIMER, Franz Wilhelm (1980) — *O Processo de Descolonização em Angola 1974-1976. Ensaio em Sociologia Política*. A Regra do Jogo. Centro de Estudos da Dependência 1, Instituto Superior de Economia, Lisboa, 161 págs.
- JORNADAS DE ESTUDO (1977) — *A Integração Social e Económica dos Desalojados*. Secretaria de Estado da Comunicação Social, Direcção-Geral da Divulgação, Comissariado para os Desalojados, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.
- KING, Russell (1986) — *Return Migration and Regional Economic Problems*. Edited by Russell King, Croom Helm, Londres.
- KING, Russell (1988) — *Return Migration to Italy in Historical Perspective*. Occasional Publications (New Series) n.º 23, Department of Geography, University of Durham, 151 págs.
- LEITE, Carolina (1989) — Casa de Emigrantes: Gosto de Alguns, Desgosto de Muitos. *Sociedade e Território*, n.º 8, Espaço: Emigração e Retorno, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, Porto, págs. 67 a 71.
- MARANHÃO, M. José; QUINTELA, João Granjo Pires (1989) — Repatriamento e Território: Impactos Regionais. *Sociedade e Território*, n.º 8, Espaço: Emigração e Retorno, Revista Estudos Urbanos e Regionais, Edições Afrontamento, Porto, págs. 24 a 35.
- MARTINHO, Alberto (1984) — Os Filhos dos Emigrantes, (16-21 anos) Oriundos do Distrito da Guarda, em França: Nem a Integração, Nem o Retorno. O Estudo Comparado de Duas Amostras. *Emigração e Retorno na Região Centro*, C.C.R.C., Coimbra, págs. 117 a 121.
- MARTINS, Oliveira (1898) — *Fomento Rural e Emigração*, Obras Completas, Guimarães e C.ª Editores, 293 págs.
- MEDIROS, Carlos A. (1985) — Evolução Recente da Emigração Portuguesa (1974-1983). Elementos estatísticos. *Finisterra*, Vol. XX, n.º 39, Lisboa, pp. 173 a 182.

- MOUTINHO, Mário C. (1989) — A Arquitectura das Casas dos Emigrantes na Área de Influência do Museu Etnológico de Monte Redondo de Leiria. *Sociedade e Território*, n.º 8, *Espaço: Emigração e Retorno*, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, Porto, págs. 79 a 80.
- NAZARETH, J. Manuel (1988-1) — *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX. Portugal. Os próximos 20 anos*. III vol., Coleção Temas Actuais, Fundação Calouste Gulbenkian, 398 págs.
- PEREIRA, Gustavo da Costa (1985) — *Potencialidade Distritais para o Investimento de Emigrantes. Guião de Investimento — Viseu*. Série Migrações, Centro de Estudos da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Porto, 37 págs.
- PIRES, R. Pena; MARANHÃO, M. José; QUINTELA, João P.; MONIZ, Fernando e PISCO, Manuel (1987) — *Os Retornados. Um Estudo Sociográfico*. Caderno 14, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 228 págs.
- PIRES, Rui Pena (1989) — Impactos do Repatriamento. Um modelo analítico. *Sociedade e Território*, n.º 8, *Espaço: Emigração e Retorno*, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, Edições Afrontamento, Porto, págs. 17 a 23.
- POINARD, Michel (1979) — Le Million des Immigrés. Analyse de L'utilisation de l'aide au retour, par les travailleurs portugais en France. *Révue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Tomo 50, Fasc. 4, Toulouse, págs. 511-539.
- POINARD, Michel; ROUX, Michel (1977) — *A Emigração contra o Desenvolvimento: Os Casos Português e Jugoslavo. A Emigração Portuguesa e o seu Contexto Internacional*. O Poder Europeu-1. Iniciativas Editoriais, Centro de Estudos da Dependência (CEDEP) 4, Instituto Superior de Economia, Lisboa, 307 págs.
- PORTO, Manuel Carlos Lopes (1985) — A Sociedade de Desenvolvimento das Beiras, Instrumento de Progresso para a Região. *Desenvolvimento Regional*, 1.º semestre, n.º 20, Boletim da Comissão de Coordenação da região Centro, Coimbra, págs. 9 a 24.
- RIBEIRO, F. G. Cassola (1986) — *Emigração Portuguesa. Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984*. Série Migrações, Sociologia. Centro de estudo da Secretaria de estado das Comunidades Portuguesas, Porto, 112 págs.
- RIBEIRO, Orlando (1975) — *Destinos do Ultramar*. Coleção Horizonte, n.º 28, Livros Horizonte, Lisboa, 100 págs.
- RIBEIRO, Orlando (1981) — *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. Estudos Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 459 págs., 7 cartas.
- ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz (1989) — A Presença dos Ausentes. *Sociedade e Território*, n.º 8, *Espaço: Emigração e Retorno*, Revista de estudos Urbanos e regionais, Edições Afrontamento, Porto, págs. 8 a 16.
- ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; et al. (1988) — *O Fenómeno Migratório na Região Centro Regresso e Reinserção Diocese de Coimbra*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Caritas Diocesana de Coimbra, Coimbra, 199 págs.

- ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz; *et. al.* (1988) — *População Escolar Directamente e Indirectamente Ligada à Emigração*, Colecção Temas de Cultura Portuguesa n.º 13, Editor Projecto Universidade Aberta, Lisboa, 468 págs.
- SANS, Angels Pascual (1983) — Los movimientos migratórios de retorno. Signification y perspectivas. *Documents d'Análisi Geogràfica* 3, Publicaciones del Department de Geografia, Facultat de Lletres, Universitat Autònoma de Barcelona, Belaterra, págs. 47 a 69.
- SERRÃO, Joel (1982) — *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*. Colecção Horizonte 12, Livros Horizonte, Lisboa, 245 págs.
- SILVA, Manuela; AMARO, R. Roque; CLAUSSE, Guy; CONIM, Custódio; MATOS, Madalena; PISCO, Manuel; SERUYA, L. Miguel (1984) — *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Caderno n.º 8, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 287 págs.
- SIMON, Gildas (1986) La nouvelle donne migratoire en Europe du Sud. *Revue Européenne de Migrations Internationales*, Vol. 2 — n.º 1, Setembro, Poitiers, págs. 9 a 33.
- THOMAS, Eric-Jean (1982) — *Immigrant Workers in Europe: Their Legal Status. A Comparative Study*. The Unesco Press, Educational Scientific and Cultural Organization, United Nations, Paris, 245 págs.
- WHITE, Paul; WOODS, Robert (1980) — *The Geographical Impact of Migration*. Longman, London, 245 págs.
- WOODS, Robert (1979) — *Population Analysis in Geography*. Longman, Londres, 278 págs.
- WOODS, Robert (1982) — *Theoretical Population geography*. Longman, Londres, 220 págs.